

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
CENTRO DE PESQUISAS AGGEU MAGALHÃES
Mestrado Acadêmico em Saúde Pública

Mariana Olívia Santana dos Santos

**ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DA MÍDIA
IMPRESSA SOBRE A SAÚDE E O
AMBIENTE NO CONTEXTO DA
INSTALAÇÃO DA REFINARIA DE
PETRÓLEO EM SUAPE-PE**

MARIANA OLÍVIA SANTANA DOS SANTOS

**ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DA MÍDIA IMPRESSA SOBRE A SAÚDE
E O AMBIENTE NO CONTEXTO DA INSTALAÇÃO DA REFINARIA DE
PETRÓLEO EM SUAPE-PE**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Saúde Pública do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz para a obtenção do grau de mestre em ciências.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Lia Giraldo da Silva Augusto

Co-orientadora: Prof^ª. Dra. Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes

Recife

2011

Catálogo na fonte: Biblioteca do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães

S237a Santos, Mariana Olívia Santana dos.
Análise crítica do discurso da mídia impressa sobre a
saúde e o ambiente no contexto da instalação da
refinaria de petróleo em Suape-PE / Mariana Olívia
Santana dos Santos. - Recife: s.n, 2011.
140 p. : il.

Dissertação (Mestrado acadêmico em saúde pública)
- Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação
Oswaldo Cruz, 2011

Orientadora: Lia Giraldo da Silva Augusto; co-
orientadora: Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes.

1. Comunicação em saúde. 2. Comunicação
ambiental. 3. Meios de comunicação. 4. Indústria
petroquímica. I. Augusto, Lia Giraldo da Silva. II.
Gomes, Isaltina Maria de Azevedo Mello. III. Título.

CDU 316.77

MARIANA OLÍVIA SANTANA DOS SANTOS

**ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DA MÍDIA IMPRESSA SOBRE A SAÚDE
E O AMBIENTE NO CONTEXTO DA INSTALAÇÃO DA REFINARIA DE
PETRÓLEO EM SUAPE-PE**

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado Acadêmico em Saúde Pública do
Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães,
Fundação Oswaldo Cruz para a obtenção do
grau de mestre em ciências.

Aprovado em: 30/03/2011

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Lia Giraldo da Silva Augusto – Orientadora
CPqAM/Fiocruz

Profª. Dra. Idê Gomes Dantas Gurgel
CPqAM/Fiocruz

Profª.Dra. Cristina Teixeira Vieira de Melo
PPGCOM/UFPE

Este estudo é dedicado a todos/as trabalhadores/as da Refinaria Abreu e Lima. Tanto aos que estão dando seu suor e sangue na construção, como aqueles que em um futuro próximo estarão atuando no seu funcionamento.

AGRADECIMENTOS

Ao longo desses 10 anos atuando na gestão de saúde pública me serviram de grande aprendizado. Tenho o costume de dizer que foi a minha segunda graduação. Mas neste caminho até chegar à construção deste produto pude contar com a colaboração de muitas pessoas especiais que acreditaram e torceram por mim. Assim agradeço a:

Meu amor, Guilherme, pelo companheirismo e por fazer parte da minha vida;

Minhas filhas lindas: Luara, por entender minha concentração em diversas tardes silenciosas em que passamos juntas em casa, devido ao mergulho necessário no estudo, e a minha pequenina Lis, mesmo sem compreender o processo, por ter se acostumado a ver a mãe estudando nos momentos que deveriam ser dedicados prioritariamente ao lazer e ao seu cuidado;

Minha mãe querida, Socorro Santos, sempre dando total apoio e me ajudando em todos os momentos, e meus irmãos, Denis, Linus e Aaron;

Lia Giraldo, parceira amiga que me introduziu ao universo da pesquisa, orientando com maestria meu caminho no mestrado, porém sempre me incentivando a percorrê-lo de forma autônoma. Agradeço especialmente por reconhecer a importância da comunicação social no campo da saúde e agregá-la dentro das pesquisas desenvolvidas pelo LASAT;

Isaltina Gomes, por ter me acolhido e aceitado ser minha co-orientadora. A sua participação foi importante nesse processo, principalmente, por fazer-me reaproximar ao campo da comunicação, em momentos que me sentia perdida ao mergulhar no universo teórico do campo da saúde;

Idê Gurgel, professora e amiga, que me deu o suporte necessário para que a trajetória transcorresse da melhor maneira possível;

Cristina Teixeira, sempre me atendendo, mesmo que de última hora;

Inesita Araújo, Janine Miranda e Rodrigo Murtinho, por terem me apresentado ao universo da pesquisa em comunicação e saúde do ICICT/Fiocruz do Rio de Janeiro;

Equipe de colaboradoras da pesquisa: Lorena Albuquerque e Kátia Santos. Sem elas não seria possível a coleta de dados, e a Mariane Bigio que veio somar a essa equipe;

Toda turma de colegas do mestrado, especialmente Aline Gurgel, grande amiga desde a especialização, prestativa e parceira nos estudos, na pesquisa, na elaboração de

artigos, nas viagens aos congressos, na atuação da gestão de saúde do trabalhador. Juntas dividimos alegrias, angústias, desafios e conquistas;

Todos os professores com quem tive a oportunidade de conviver e aprender, especialmente, Ana Brito e Giselle Campoza, que sempre me incentivaram;

Toda equipe da biblioteca do CPqAM e todos que fazem a Secretaria Acadêmica do CPqAM, pela presteza e eficiência nas relações com os alunos,

Gerência de Atenção à Saúde do Trabalhador da Secretaria Estadual de Saúde e toda equipe do CEREST Estadual, pelo apoio e por compreender a minha ausência em alguns momentos,

Todos meus amigos e amigas queridos que sempre torceram por mim, principalmente durante toda jornada acadêmica do mestrado, especialmente Flávia Barros, Renata Costa, Lívia Melo, Tania Macêdo, Gildazio Moura, Elisabete Pereira, Suely Oliveira, Juliana Sampaio, Monik Duarte, Suzemires, Luzia, Eline, Hécio, Mabelle, e tantos outros que não listei aqui por falha da memória, e não por serem menos importantes,

Todos que integram a Cooperação Social/Fiocruz/RJ por apoiar e financiar essa pesquisa;

Todos aqueles que me incentivaram e contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho

*“...Dos rios que deságuam em mim
Nascente primária
Os riscos que corre essa gente morena
O horror de um progresso vazio
Matando os mariscos e os peixes do rio
Enchendo o meu canto
De raiva e de pena”*

Purificar o Subaé - Caetano Veloso

*“A mancha vem comendo pela beira
O óleo já tomou a cabeceira do rio
E avança
A mancha que vazou do casco do navio
Colando as asas da ave praieira
A mancha vem vindo
Vem mais rápido que lancha
Afogando peixe, encalhando prancha
A mancha que mancha,
Que mancha de óleo e vergonha
Que mancha a jangada, que mancha a areia”*

A mancha - Lenine/Lula Queiroga

SANTOS, Mariana Olívia Santana dos. Análise crítica do discurso da mídia impressa sobre a saúde e o ambiente no contexto da instalação da refinaria de petróleo em Suape-PE. 2011. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2011.

RESUMO

Na atual perspectiva de crescimento econômico do país estão projetadas uma refinaria de petróleo e diversas indústrias petroquímicas para serem instaladas no Complexo Industrial Portuário de Suape no litoral sul de Pernambuco. Uma análise integrada e contextualizada dos problemas socioambientais pressupõe produção compartilhada de conhecimentos que integre diferentes saberes e práticas. A construção de formas efetivas de comunicação é um desafio central no enfrentamento desses problemas. A mídia impressa é um dos segmentos sociais que atua nesse cenário. É parte e expressa interesses colocados no campo do desenvolvimento de uma região e que são de diversas dimensões: econômica, política, social e cultural. Ao mesmo tempo em que a mídia media outros discursos que são negociados através de um ‘mercado’, ela também apresenta suas próprias ideias organizacionais das empresas que lhe constitui, e com isso acaba selecionando do mercado aquilo que lhe convém, silenciando discursos antagônicos. A presente pesquisa exploratória analisou o discurso da mídia impressa sobre a implantação da refinaria. Realizou-se a construção do corpus a partir de 18 textos jornalísticos selecionados do acervo eletrônico do Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco. As notícias foram sistematizadas e analisadas utilizando conceitos e princípios orientadores da Análise Crítica do Discurso, a partir das teses que dão sustentação a perspectiva da saúde e do ambiente no processo de desenvolvimento sustentável. As matérias observadas são ilustrativas da comunicação unidirecional que reproduz os interesses de empresários e aliados, onde o processo de implantação da Refinaria de Petróleo é percebido como desenvolvimento econômico benéfico, enquanto que as questões referentes à desapropriação de comunidades, novas configurações e conflitos socioambientais, impactos na cultura, na saúde, no ambiente e na vida das pessoas são deixados de lado. Identificou-se que há uma ideologia que sustenta a falta de preocupação dos impactos socioambientais e demonstra que a população está alienada de seus próprios interesses. É preciso que a mídia dê espaço para uma pluralidade de vozes sobre uma mesma temática na cobertura jornalística, pois o conflito dialógico pode proporcionar transformações no território e na vida dos sujeitos sociais contribuindo para o seu *empoderamento* e autonomia possibilitando o enfrentamento consciente em busca dos seus direitos e pela sustentabilidade do desenvolvimento. A ação dialógica, comunicativa, de construção democrática de uma identidade de cidadãos e mesmo de consumidores como sujeitos de direito é estratégica para avançar no diálogo entre muitos sentidos na busca da construção da saúde e da vida.

Palavras Chaves: Comunicação em Saúde, Comunicação Ambiental, Mídia e Saúde, Indústria Petroquímica, Saúde Pública, Saúde Ambiental.

SANTOS, Mariana Olívia Santana dos. Critical discourse analysis of print media on health and environment of the installation of the petroleum refinery in Suape-PE. 2011. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2011.

ABSTRACT

In the current outlook for economic growth of the country are projected to an oil refinery and several petrochemical industries to be installed in the Industrial Port of Suape on the southern coast of Pernambuco. An integrated and contextualized analysis of social environmental problems requires shared production of knowledge that integrates different knowledge and practices. The construction of effective forms of communication is a central challenge in addressing these problems. Print media is one of the social sectors it operates in this scenario. It is part and expressed interest placed in the field of development of a region and are of various dimensions: economic, political, social and cultural. While other media that the media discourses that are negotiated through a 'market', it also has its own organizational ideas that it is business, and it ends with the market by selecting what you want, silencing antagonistic discourses. This exploratory research examined the discourse of the press about the deployment of the refinery. We carried out the construction of the corpus of 18 texts from the collection selected electronic newspaper *Jornal do Commercio* and *Diario de Pernambuco*. The news was systematized and analyzed using concepts and guiding principles of Critical Discourse Analysis, the basis of the theories that support the perspective of health and the environment in the process of sustainable development. The materials found are illustrative of one-way communication that reproduces the interests of entrepreneurs and allies, where the deployment process RNEST is perceived as beneficial to economic development, while issues relating to the expropriation of communities, new settings and environmental conflicts and impacts on culture, health, environment and people's lives are put aside. It was identified that there is an ideology that sustains the lack of concern for environmental impacts and shows that people are alienated from their own interests. We need the media to give space to a plurality of voices on the same theme in news coverage, because conflict can provide dialogic transformation within the life and social subjects contributing to their empowerment and autonomy allowing the confrontation in pursuit of their conscious rights and sustainable development. The dialogical action, communication, construction of a democratic identity of citizens and even consumers as subjects of law is to advance the strategic dialogue between many directions in search of construction of health and life.

Keywords: Health Communication, Environmental Communication, Media and Health, Petrochemical, Public Health, Environmental Health.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Cartaz da campanha nacional sobre o benzeno.....	34
Fotografia 1: Estaleiro Atlântico Sul, Suape-PE, 2011.....	38
Fotografia 2: Ilha de Tatuoca, Suape-PE, 2011.....	40
Figura 2: Maquete da Refinaria Abreu e Lima, Suape-PE.....	43
Quadro 1: Síntese da abordagem do tema comunicação social nas convenções de saúde e ambiente.....	52
Quadro 2: As teses de saúde e ambiente e o discurso da mídia impressa de Pernambuco (modelo).....	77
Fotografia 3: Vista aérea de Suape-PE, 2011.....	79
Figura 3: Mapa de localização do Porto de Suape e sua abrangência regional.....	81
Figura 4: Mapa de distribuição da Região Estratégica de Suape-PE.....	82
Mapa 1: Localização do porto de Suape.....	82
Fotografia 4: Comunidade Vila Socó em Porto de Galinhas, Ipojuca-PE, 2011.....	83
Fotografia 5: Praia de Calhetas, Cabo de Santo Agostinho-PE, 2011.....	84
Fotografia 6: Pontal de Maracaípe, Ipojuca-PE, 2011.....	84
Gráfico 1: Número de matérias sobre a RNEST publicadas no JC, por período de 12 meses, Agosto de 2007 a julho de 2010.....	88
Gráfico 2: Distribuição mensal de matérias sobre a RNEST publicadas no JC, no período de Agosto/2007 a julho/2010.....	88
Gráfico 3: Número de matérias sobre a RNEST publicadas no JC, por caderno, no período de agosto 2007 a julho 2010.....	90
Gráfico 4: Percentual de matérias sobre a RNEST publicadas no JC, por caderno, no período de agosto 2007 a julho 2010.....	90
Gráfico 5: Número de matérias sobre a RNEST publicadas no JC, por descritores temáticos, no período de agosto 2007 a julho 2010.....	92
Quadro 3: Quadro 3: Representação dos Sujeitos sociais nas matérias selecionadas do JC e DP, no período de agosto/2007 a julho/2010.....	99
Quadro 4: As teses de saúde e ambiente e o discurso da mídia impressa de Pernambuco.....	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População estimada dos municípios do Território Estratégico de Suape, no período de 2005-2009.....	80
Tabela 2: Número de matérias sobre a RNEST publicadas no JC, no período de agosto 2007 a julho 2010.....	93
Tabela 3 - Número e porcentagem de matérias sobre a RNEST do corpus de análise publicadas no JC, no período de agosto 2007 a julho/2010.....	94
Tabela 4. Descritores Temáticos Predominante.....	98

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

13ª CNS	13ª Conferencia Nacional de Saúde
3ª CNC	3ª Conferência Nacional das Cidades
3ª CNMA	3ª Conferência Nacional do Meio Ambiente
ACD	Análise Crítica do Discurso
CESA	1ª Conferência Estadual de Saúde Ambiental de Pernambuco
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CF	Constituição Federal
CFC	Hidrocarbonetos Clorofluorados
CIPS	Complexo Industrial Portuário de Suape
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
Compesa	Companhia Pernambucana de Saneamento
COSIPA	Companhia Siderúrgica Paulista
CPqAM	Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães
CPRH	Agência Estadual de Meio Ambiente
DAA	Declaração de Alma Ata
DIESAT	Departamento de Estudos em Saúde Ambiente e Trabalho
DP	Diario de Pernambuco
EAS	Estaleiro Atlântico Sul
EIA	Estudos de Impacto Ambiental
IARC	Agência Internacional de Controle do Câncer
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPT	Instituto de Pesquisa Tecnológica da USP
ISO	International Organization for Standardization
JC	Jornal do Commercio
LASAT	Laboratório de Saúde Ambiente e Trabalho
MS	Ministério da Saúde
NOST	Norma Operacional de Saúde do Trabalhador

ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Panamericana de Saúde
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Polo Industrial de Cubatão
PNSA	Política Nacional de Saúde Ambiental
PNST	Política Nacional de Saúde do Trabalhador
RENAST	Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RNEST	Petroquímica Suape e a Refinaria Abreu e Lima
Sinvsa	Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental
SRTE	Superintendência Regional do Trabalho e Emprego
SUS	Sistema Único de Saúde
VigiSUS	Sistema Nacional de Vigilância em Saúde

Sumário

1	INTRODUÇÃO	11
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1	<i>Saúde, Ambiente e Processo Produtivo</i>	18
2.2	<i>A Indústria Petroquímica e os Impactos Socioambientais</i>	27
2.3	<i>Cubatão: um caso para refletir a exclusão social e degradação ambiental no modelo desenvolvimentista</i>	30
2.4	<i>A instalação da Refinaria de Suape e os impactos socioambientais atuais e futuros.</i>	38
2.5	<i>A Comunicação social nas convenções sobre saúde e ambiente</i>	45
2.6	<i>Os Conflitos Socioambientais nos processos de industrialização</i>	53
2.7	<i>Comunicação, Saúde Pública e Saúde Ambiental</i>	58
2.8	<i>O Papel da Mídia e o direito de Saber</i>	64
3	OBJETIVO GERAL	68
3.1	<i>Objetivos Específicos</i>	68
4	CAMINHOS METODOLÓGICOS	69
4.1	<i>Coleta de dados</i>	70
4.2	<i>Plano de Análise</i>	72
5	CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	78
6	RESULTADOS	79
6.1	<i>Caracterização do Território Estratégico de Suape</i>	79
6.2	<i>Panorama geral do JC: três anos de cobertura sobre a RNEST</i>	86
6.3	<i>O discurso jornalístico, otimismo pelo desenvolvimento e a ocultação dos impactos.</i>	93
7	DISCUSSÃO	111
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
	REFERÊNCIAS	119
	APÊNDICES	127
	<i>Apêndice A - Quadro síntese do corpus de análise</i>	128
	<i>Apêndice B – Artigo</i>	130
	ANEXOS	145
	<i>ANEXO A – Corpus das matérias sobre a RNEST publicadas no Jornal do Commercio.</i>	146
	<i>ANEXO B – Corpus das matérias sobre a RNEST publicadas no Diario de Pernambuco</i>	155

1 INTRODUÇÃO

Este projeto surgiu das minhas inquietações como comunicadora social, sanitária e trabalhadora do Sistema Único de Saúde (SUS)¹. E para trabalhar com a temática de saúde ambiental, incluindo nela a saúde do trabalhador - até então um universo desconhecido para mim - e sua interface com a comunicação social. Tenho que reconhecer que tive dois grandes estímulos disparadores: a aproximação com a equipe de pesquisadores do Laboratório Saúde Ambiente e Trabalho (LASAT) do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (CPqAM) e a atuação na Gerência Estadual de Atenção à Saúde do Trabalhador de Pernambuco. Sobretudo, por entender e acreditar que o caminho para implementação de políticas públicas que garantam equidade, universalidade, justiça social e que realmente promova saúde para as pessoas é a democracia participativa tendo a comunicação com direito de fato, base ideológica deste estudo. Acreditar que o Brasil possa obter um crescimento econômico sem contribuir para a degradação socioambiental do mundo pode parecer utópico para alguns, mas parece-me ser um sonho possível. Os caminhos para alcançar este crescimento são diversos, alguns desconhecidos outros bem conhecidos.

Nessa pesquisa pretendemos problematizar alguns deles e tentar contribuir para a continuidade da existência humana de forma saudável, principalmente por almejar ser um estudo colaborativo no auxílio de preparação de estratégias de comunicação dialógicas prévias à operação da refinaria e outras indústrias que estão se instalando na região em função de um desenvolvimento humano sustentável, exercitando assim, o princípio da precaução. Isso significa poder se antecipar a situações que possam causar danos a saúde e ao ambiente, mesmo que ainda não se tenha comprovação científica de todos esses danos.

No projeto de pesquisa *Saúde do Trabalhador no Contexto do Desenvolvimento Local Sustentável – Modelagem Sistêmica*, realizado entre 2007 e 2008 pelo LASAT do CPqAM, realizamos um estudo sobre cadeias produtivas de Pernambuco e as questões que afetam o ambiente e a saúde dos trabalhadores (AUGUSTO, 2009).

Dentre estas cadeias estudamos o polo petroquímico que está em fase de desenvolvimento na região costeira do sul de Pernambuco, próxima da Região Metropolitana de Recife (RMR). E neste estudo inicial buscou-se então, a partir de dados secundários,

¹ Em fevereiro de 2011 completei 10 anos de atuação como trabalhadora do SUS.

identificar quais os possíveis impactos podem ser causados à saúde dos trabalhadores e ao ambiente, decorrentes da exposição ao petróleo e seus derivados.

Para um mergulho mais profundo nesse tema iniciamos em 2009 o projeto de pesquisa “*Estudo de cenários de risco na cadeia produtiva do petróleo em Pernambuco e proposição de indicadores para vigilância da saúde e comunicação de risco*”.

A partir dos resultados dessas pesquisas (AUGUSTO 2008, 2009; GURGEL, 2009; GURGEL et al., 2011; OLIVEIRA, 2010; SANTOS, 2010; SILVA, 2009; TORRES, 2010) percebemos que além dos problemas socioambientais parece haver baixa preocupação sobre as possíveis nocividades decorrentes dos empreendimentos industriais que estão ou virão a se instalar na região em diversos segmentos sociais, ou então, são discursos que parecem estar ocultos. Chegamos a esta conclusão por diversos motivos, dentre eles, a cobertura que a mídia pernambucana estava dando, apenas exaltando o enfoque desenvolvimentista aparecendo quase que exclusivamente o discurso de atores interessados no desenvolvimento econômico, sem representação social.

No campo da gestão pública de saúde, em espaços de debate e discussão de estratégias e definição de políticas, como por exemplo, a conferência de saúde ambiental, a preocupação com essa nova configuração industrial também não era abordada.

Foi então que decidimos aprofundar ainda mais no tema para investigar a construção dos sentidos pelos sujeitos sociais do território. Queríamos investigar a percepção das pessoas diante a transformação no território e então construímos o projeto *Estratégias de Comunicação para a construção de territórios sustentáveis no contexto da cadeia produtiva do petróleo em Pernambuco – uma abordagem de saúde ambiental*. O projeto foi selecionado pelo edital 01/2009 da Coordenadoria de Cooperação Social para Desenvolvimento Territorializado da Presidência da Fundação Oswaldo Cruz/RJ, o que possibilitou o financiamento de todos os gastos e ainda permitirá a produção de desdobramentos futuros, como investigar o discurso dos atores sociais envolvidos direta ou indiretamente com o novo processo de industrialização de SUAPE, a realização de uma oficina sobre os resultados encontrados e a produção de um documentário.

No presente trabalho apresentaremos os resultados referentes à primeira parte da pesquisa, ou seja, a caracterização do território de Suape e análise crítica do discurso da mídia impressa em dois jornais de Pernambuco.

Observa-se que a sociedade pernambucana, em geral, tem uma percepção predominantemente positiva do recente processo de industrialização que está acontecendo no estado de Pernambuco, principalmente por ser um estado com grandes desigualdades sociais,

onde se destacam sérios problemas sociais historicamente arraigados em todo seu território, como pobreza, alto índice de doenças negligenciadas, desemprego, baixa alfabetização, problemas com abastecimento de água e saneamento básico, moradia, dentre outros. Este pensamento hegemônico deve-se tanto pela carência histórica de emprego, como pelo discurso desenvolvimentista defendido pelo Estado há anos e que vem sendo fortalecido através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal.

Este discurso ocupa também espaços como a mídia, em encontros e debates sobre o novo processo de industrialização em Pernambuco, e para população é traduzido como oportunidades de emprego e de crescimento econômico para a população. Dentro deste conjunto de matérias publicadas nos jornais impressos em Pernambuco, percebeu-se, a priori, que a maioria delas não problematiza questões relacionadas com os problemas trazidos na bagagem da industrialização, como os negativos sociais, no ambiente e na saúde das pessoas.

Os meios de comunicação de massa podem influenciar o conhecimento em saúde, crenças, valores e comportamentos das pessoas principalmente ao estabelecer agendas de saúde e modelos de comportamento saudável. As mensagens sobre saúde podem ter um efeito positivo sobre os indivíduos, influenciando nos comportamentos de saúde e em políticas de saúde, desde que construídas a partir deles e/ou com eles.

Os processos de licenciamento ambiental e de definição de novos empreendimentos de Suape não têm mobilizado a sociedade para avaliar os possíveis impactos negativos na saúde da população e no ambiente, além de parece haver pouca preocupação institucional na organização das políticas públicas para atender esses potenciais impactos negativos, especialmente no campo da saúde e do ambiente.

Reconhecendo que em outros polos industriais do Brasil, particularmente de transformação do petróleo, tiveram grandes dificuldades para enfrentar os problemas socioambientais decorrentes e o fato de Suape estar recebendo os projetos de plantas e investimentos para novos empreendimentos, este momento é importante para que as autoridades sanitárias de Pernambuco aliadas a outras instituições possam se organizar para atender as novas demandas que irão surgir no território (nos vários níveis da atenção, principalmente aqueles relacionados com a promoção e proteção da saúde) em um espaço curto de tempo.

Nesta perspectiva é fundamental a participação dos atores sociais que sofrerão potenciais impactos negativos em todo o processo de mudança industrial, principalmente para entender esta mudança no território e os impactos que irão repercutir nas suas vidas, para

construir juntos aos tomadores de decisão responsáveis pelas intervenções no território estratégias de mitigação.

Dado as questões terem distintas percepções que podem estar em conflitos é importante conhecer os diversos olhares sobre as transformações do território de vida dos sujeitos sociais para construir estratégias de *empoderamento* e autonomia possibilitando assim, o enfrentamento consciente em busca dos seus direitos e pela sustentabilidade do desenvolvimento.

Considerando a complexidade da comunicação na sociedade contemporânea e os complexos fenômenos dos riscos e perigos à saúde, e suas estratégias de controle, é necessária uma reflexão diferenciada, aproximando conhecimentos de diversos campos disciplinares como a sociologia, a antropologia, a saúde coletiva e da comunicação. Porém ainda encontra-se escasso o número de estudos que façam esta abordagem, principalmente no campo da saúde ambiental e do trabalhador tendo como interface a comunicação social.

Os impactos ambientais decorrentes da ação humana constituem um aspecto da complexa interação das pessoas com o meio ambiente. Nesse sentido, o conhecimento dos perigos está diretamente associado às reações que envolvem a percepção dos indivíduos, as suas experiências e vinculações com seu espaço de vida e suas relações com o mundo.

Analisar o discurso de uma comunidade sobre os perigos que potencialmente estará exposta ajudará entender o nível de consciência e organização que ela possui para o seu enfrentamento, assim como, no estudo sistemático dos propósitos e conteúdos dos temas relacionados com saúde veiculados nos meios de comunicação. A análise do discurso sobre saúde e ambiente na mídia pode - a partir dos entraves identificados - permitir uma melhoria na relação entre os profissionais das diversas áreas (comunicação, educação, saúde, ambiente, etc.) e na comunicação participativa, estimulando a comunicação nas diretrizes e ações intersetoriais de saúde ambiental e por propor colaborar com a formação de uma consciência ecológica e sanitária em saúde a partir do discurso identificado na mídia pernambucana.

Ao mesmo tempo em que pode estimular a implementação de medidas adaptativas e de mitigação dos danos, mediante ações de promoção e proteção da saúde e de prevenção no ambiente de forma proativa e positiva. Por isso, seus discursos e práticas (das comunidades e mídia) devem ser identificados e analisados, tanto para compor a teoria social como para iluminar a reflexividade da sociedade e a ação política.

Identificar os atores, seus diversos discursos e suas interrelações, tanto diretamente no seu envolvimento neste contexto produtivo como através da mídia é um desafio para os que buscam o desenvolvimento da saúde pública na perspectiva dos princípios e diretrizes

estabelecidos pelas Teses das Convenções da promoção da saúde (carta de Alma Ata e carta de Ottawa); do desenvolvimento sustentável (Agenda 21, cidade saudável), do direito humano à comunicação, da Constituição Brasileira de 1988 e suas leis infraconstitucionais da saúde e do meio ambiente. A participação democrática do cidadão torna-se tão constitutiva quanto os conhecimentos técnico-científicos específicos da área.

As vulnerabilidades e as situações de perigo presentes nos empreendimentos econômicos são minimizadas e até ocultadas, em contrapartida das promessas de benefícios econômicos e sociais deles advindos são tratados de forma ufanista. Dessa forma há uma ideologia que sustenta a falta de precaução e preocupação aos impactos socioambientais e demonstra que a população está alienada de seus próprios interesses.

Nesse campo ideológico a mídia joga um papel importante mediante as notícias e matérias de opinião veiculadas sobre esses temas, sendo ela (a mídia) um dos segmentos sociais que atua nesse cenário. Ela é parte e expressa diversos interesses colocados no campo do desenvolvimento de uma dada região e que são de diversas dimensões: econômica, política, social e cultural, pois é um dispositivo instituidor do espaço público, pois não só anuncia a noção de realidade que é mediada através dela, mas também como a realidade se faz nela própria. Ou seja, estas duas dimensões – sociológica e discursiva – se apresentam como instâncias distintas, mesmo complementares, pois ao mesmo tempo em que a mídia media outros discursos que são negociados através de um ‘mercado’, ela também apresenta suas próprias ideias organizacionais das empresas que lhe constitui, e com isso acaba selecionando do mercado aquilo que lhe convém, silenciando discursos antagônicos.

Mesmo sabendo da impossibilidade da mídia ter um aspecto de ‘imparcialidade’, ela exerce importante função de interesse público e social e seu papel deveria ser de expressar de forma equânime os vários interesses sociais, políticos e econômicos relacionados com problemas que ocorrem nos territórios onde vivem e trabalham a população e sobre aqueles que afetam a qualidade da vida. No entanto, nem sempre a mídia é equânime ou nem sempre ela procura o ser. Observa-se que há uma tendência em divulgar e opinar sobre temas de importância social, política, econômica e cultural de forma a atender interesses corporativos e não os públicos.

No caso do processo de instalação da Refinaria de Petróleo Abreu e Lima (RNEST), em Suape, esse processo de ocultamento e de baixa percepção dos problemas atuais e futuros para a saúde e para o ambiente na região de abrangência do empreendimento estão ocorrendo. Devido a um hiato de tempo em que as políticas públicas econômicas e sociais deixaram Pernambuco no esquecimento e que fez com que as pessoas tivessem que sair Brasil afora em

busca de emprego para sobreviver, a chegada destas indústrias arregalam os olhos da população para a tão sonhada carteira de trabalho assinada e finalmente poder ter acesso a bens de consumo até então inatingíveis, além é claro, de garantir a sobrevivência da família na terra natal.

Diante do exposto, justifica-se então, a necessidade de estudar esse processo de ocultamento e de alienação sobre as questões de saúde e de ambiente na região de desenvolvimento de Suape na perspectiva de se introduzir nas políticas públicas, especialmente de saúde, ações que possibilitem a promoção, proteção e cuidado da saúde e de prevenção de danos ambientais mediante apropriada informação e comunicação social. E que tenha a participação social como requisito e garantia da sustentabilidade do desenvolvimento do Estado de Pernambuco, princípio este Constitucional (Artigo 200) e presente na Lei Orgânica da Saúde, em seu artigo 5º:

São objetivos do Sistema Único de Saúde SUS: I - a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde; II - a formulação de política de saúde destinada a promover, no campo econômico e social, a observância do disposto no § 1º do art. 2º desta lei; III - a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas (BRASIL, 1990).

O que faz erros do passado se repetirem em um momento histórico tão propício ao desenvolvimento sustentável, como este do Brasil pós Conferência das Nações Unidas para o meio ambiente e o desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como a ECO 92², onde o país sediou o maior evento internacional das Nações Unidas para celebrar a Agenda 21 na direção da proteção do ambiente, da biodiversidade e da qualidade de vida? Ainda mais em um momento em que se está preparando o Rio+20, um encontro para fazer um balanço dos vinte anos pós ECO 92 que será realizado em junho de 2012 no Rio de Janeiro.

É o que nos perguntamos diante da decisão de implantar em Suape um grande polo petroquímico, a se iniciar pela instalação da Refinaria de Petróleo Abreu e Lima (RNEST). Dessa pergunta derivam outras, especialmente relacionadas com a percepção social sobre os impactos negativos no ambiente e na saúde. A mídia que teve importância extraordinária em elevar a consciência ecológica em muitos períodos da história pode também ter um papel oposto, no caso de Suape, isto é, o de ocultar ou minimizar as situações de risco em favor dos interesses econômicos mobilizados no processo de desenvolvimento e crescimento impulsionado pelo PAC.

² Termo que será adotado ao longo do estudo.

Tratando-se de um tema relevante do campo da comunicação e saúde esta pesquisa foca-se na compreensão da produção social de sentidos, realizada por sujeitos históricos, por meio da materialidade das linguagens.

Preocupam-nos a percepção social das nocividades atuais e futuras relacionadas com a instalação da RNEST buscando nas matérias divulgadas pela imprensa escrita de Pernambuco como o tema da saúde e do ambiente está situado frente aos planos de desenvolvimento do polo industrial de Suape, especialmente os relacionados com a refinaria de petróleo.

A ênfase desta pesquisa recai na investigação da constituição e a produção do sentido do texto, destacando o papel do contexto para essa análise conforme fundamentos apontados por Fairclough (2001). Entendendo que os meios de comunicação de massa em geral, e os jornais impressos em particular, trabalham com uma imagem a respeito do interlocutor que determina não apenas questões relativas às escolhas temáticas, mas também questões que dizem respeito ao uso da linguagem e à prática discursiva, podemos analisar mais profundamente as questões – utilizando os conceitos da análise crítica do discurso - que antes já eram produto de nossa preocupação – portanto, buscamos responder nesse estudo a seguinte pergunta condutora: Como as publicações da mídia impressa pernambucana abordaram as questões de saúde e ambiente em relação à implantação da RNEST, no território de Suape, no período de 2009 a 2011?

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Saúde, Ambiente e Processo Produtivo

O processo de industrialização na história do Brasil, que originalmente, foi um país agropecuário, causou diversos impactos no seu desenvolvimento. Impactos positivos, pelo prisma econômico, mas também ocasionou diversas implicações para o trabalho, a saúde e o ambiente.

Atualmente o Brasil se encontra em novo momento desenvolvimentista, mediado pelo PAC, onde diversos empreendimentos produtivos e de infraestrutura estão sendo implementados em diversas regiões do país. Muitas localidades escolhidas para receber essas novas indústrias são palco de conflitos socioambientais, onde a questão da comunicação surge no cenário, geralmente no seu formato unidirecional, com exclusão das comunidades do processo de discussão e decisão sobre a nova reconfiguração socioeconômica e produtiva do território.

Por conta dos grandes problemas sociais instalados, como pobreza, desemprego, moradia e a ausência de uma reforma agrária, cada vez mais dirigentes, autoridades políticas e até lideranças locais expressam seu apoio e anseio por um desenvolvimento econômico que priorize a instalação de grandes equipamentos e processos industriais. Estes segmentos da sociedade apresentam o crescimento industrial como a melhor forma de solucionar o problema do desemprego e melhoria da qualidade de vida. No entanto, estudos apontam que não necessariamente o crescimento econômico e industrial resulta em maior empregabilidade para a população, em melhoria de renda, de saúde e de educação. Os processos produtivos relacionados aos grandes empreendimentos podem até em um primeiro momento possibilitar esse incremento em relação a novos postos de trabalhos, que em sua maioria serão temporários e causará grandes processos de empobrecimento e favelização. A relação entre a produção, trabalho, saúde e ambiente é problematizada de forma ampliada em diversos estudos (AUGUSTO, 2001, 2002, 2005; RIGOTTO; AUGUSTO, 2007; RIGOTTO, 2007, 2008; GURGEL, 2009; GURGEL et al; 2011; GUTBERLET, 1996; FREITAS; PORTO, 2006; FREITAS; GOMEZ, 1997; LIEBER; GOUVEIA; AUGUSTO, 2004) que nos

apresentam questões profundas nesta relação, principalmente aquelas que acabam prejudicando os trabalhadores e a população.

Rigotto (2008) revela que as indústrias ditas como “suja” pelo seu alto poder poluidor, são renegadas aos países menos desenvolvidos que facilitam este processo com anuência de impostos e as recebem de braços abertos, justamente por terem menos condições de fiscalização ambiental e de organização social. Os países mais desenvolvidos e com uma melhor organização social e legislação mais rigorosa que se faz cumprir não mais aceitam todo tipo de indústria, pois conseguem visualizar o amplo impacto socioambiental que elas podem acarretar no futuro gerando muito mais problemas do que os atuais. Novos processos produtivos introduzem novos perigos, novas relações de trabalho, novas configurações do território e conseqüentemente novos impactos na saúde dos trabalhadores e na população. Em países menos desenvolvidos, ou em processo de desenvolvimento, mesmo com um conjunto de leis ambientais robusto, como é o caso do Brasil, percebe-se um favorecimento para construção de novas indústrias em favor do desenvolvimento econômico avassalador. Este favorecimento se concretiza no ‘afrouxamento’ das exigências da legislação ambiental na emissão de documentos e licenciamentos de instalação e funcionamento dos empreendimentos. Mas não se questiona que desenvolvimento é este e muito menos para quem. Rigotto (2007) salienta que os riscos ocupacionais não atingem igualmente pessoas dos diversos segmentos e classes sociais e nem se restringem aos muros das fábricas, atingindo também a população residente do entorno. O agravante é que as camadas mais pobres são as que estão mais suscetíveis e expostas a esses riscos, seja pela falta de acesso à moradia decente, à água potável, transporte, enfim, condições adequadas de vida, seja pelas péssimas condições de trabalho.

O grande “*boom*” do desenvolvimento econômico e tecnológico pelo qual o mundo vem passando nos últimos duzentos anos e cada vez com maior velocidade ainda não resolveu problemas antigos como a fome e a miséria que dominam grandes extensões do planeta. Claro que é importante lembrar que os avanços científicos, econômicos e tecnológicos melhoram a vida em diversos aspectos: a qualidade e eficiência dos transportes, o controle de doenças crônicas e infecciosas até então mortais; mas os problemas regionais e globais continuam crescendo em prol do modelo econômico de globalização: degradação ecológica e ambiental, o ressurgimento de novas doenças, mudança climática, desigualdades sociais, desemprego, problemas que podem ser melhores avaliados e revertidos através da integração de vários campos do conhecimento (PORTO, 2005; FREITAS; PORTO, 2006).

Se, na sociedade industrial, são difundidas as crenças da fé no progresso, confiança na razão instrumental e esperança no controle dos efeitos colaterais da tecnologia, na sociedade contemporânea o progresso pode passar a ser reconhecido como a fonte de autodestruição da sociedade (RIGOTTO; AUGUSTO, 2007).

Nas palavras de Freitas e Porto (2006, p.18):

Os principais beneficiários deste modelo econômico de globalização, que se apresenta como única opção de desenvolvimento para muitos economistas e governantes, é uma elite formada por especuladores financeiros, empresários e profissionais de alta capacitação técnica. Trabalhadores e família rurais são expulsos do campo pelas grandes monoculturas, trabalhadores e industriais vêem suas condições de trabalho tornar-se cada vez mais precárias e são submetidos a diferentes tipos de riscos à saúde[...]

E é o que vem acontecendo na região industrial de Suape: Dentre diversos outros problemas destacam-se a grande especulação imobiliária, processos migratórios, crescimento de obras (construção civil), deslocamento de comunidades tradicionais, aumento do fluxo de veículos e privatização de estradas³. Essa “invasão” de diversas empresas privadas no território modifica toda uma lógica de organização do território, que poderia e deveria estar sendo vista de forma planejada e intersetorial, mas principalmente com a participação do setor saúde.

Influenciados pela ideologia do “progresso” as pessoas que vivem em um dado território tendem a ter uma expectativa muito positiva das iniciativas econômicas relacionadas com a industrialização e almejam os benefícios de curto prazo e, de modo geral, delegam ao poder público, as medidas protetoras e preventivas quanto a possíveis nocividades delas decorrentes, com baixa compreensão da relação que existe entre sua condição de cidadão e os interesses de Estado, entendendo este como o “pai provedor” dentro de uma histórica relação paternalista do Estado patrimonialista. Processa, assim, uma condição social e cultural que é reforçada pelo posicionamento da mídia. Assim as redes sociais ficam alienadas (alijadas) das instâncias de decisão sobre temas que as afetam diretamente, mas com a certeza de que usufruirão dos benefícios do desenvolvimento prometido e acreditam que estarão protegidos pelas políticas públicas que “naturalmente” serão mobilizadas para garantir-lhes a devida proteção social. A questão ambiental, como de natureza mais difusa, tem ainda menor apelo que o da saúde, o que dificulta ainda mais a visibilidade da relação saúde-ambiente no processo de

³ Em 2010 foi construída a primeira rodovia privada de Pernambuco: É preciso pagar pedágio para passar no novo trecho viário que liga os municípios de Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho através da ponte do Paiva e a rodovia Via Parque, que permite acesso à Praia do Paiva. Na verdade é uma parceria público-privada que prejudicou os moradores tradicionais e facilitou o acesso para os condomínios de luxo que estão construídos (PEDÁGIO..., 2010).

determinação social da saúde. Existe um paradigma entre os defensores do desenvolvimento econômico e os defensores ambientais. Os primeiros que querem o crescimento da economia a todo custo, sem pensar nos impactos socioambientais a longo prazo e os ambientalistas, que na luta pela defesa da preservação ambiental, muitas vezes, ficam estigmatizados de antiquados que são contra o progresso e modernização das cidades, o que não é verdade.

E este tipo de empreendimento que ganha espaço em todo território brasileiro, em sua maioria, é aquele tipo de indústria, que por ter seu caráter altamente poluidor, os países mais desenvolvidos não o querem mais em seu território, então, delegam para os países com nível de desenvolvimento inferior e conseqüentemente com menor organização e mobilização social - através de acordos internacionais - arcarem com todo prejuízo ocasionando irreversíveis impactos no ambiente e na saúde das pessoas (RIGOTTO, 2007, 2008; PORTO; FREITAS, 1997).

Por sua vez, estes países em desenvolvimento, por viverem em situações de grande pobreza, aceitam este processo sem uma discussão maior sobre os benefícios e os prejuízos do novo processo produtivo. A história dos acidentes industriais e das doenças relacionadas ao trabalho revela que sempre as novas tecnologias surgem em função do desenvolvimento científico casado com o interesse econômico e só depois é que se tem alguma preocupação com os efeitos sobre a saúde dos trabalhadores e da população em geral (surgimento e ressurgimento de doenças graves, acidentes e mortes). Um caso que ilustra muito bem este processo é o conhecido acidente radiológico em Goiânia ocorrido em setembro de 1987. Um aparelho utilizado em radioterapias das instalações de um hospital abandonado foi encontrado, na zona central de Goiânia. O instrumento, irresponsavelmente deixado no hospital, foi encontrado por catadores de papel, que entenderam tratar-se de sucata. Foi desmontado e repassado para terceiros, gerando um rastro de contaminação, o qual afetou seriamente a saúde de centenas de pessoas. Este acidente teve ampla repercussão na mídia local e nacional. Recentemente (2009) a TV Globo exibiu um programa sobre o caso do Césio 137 mostrando que ainda tem muitas pessoas com sérios problemas de saúde devido ao acidente e que a forma de armazenamento de todo material contaminado (incluindo objetos pessoais das pessoas que manipularam o produto na época) é bastante questionável (LINHA..., 2007; BITTENCOURT, 2011).

Será mais uma vez deixado para o futuro questões que poderiam ser evitadas com o saber tecnocientífico de hoje. Os cientistas e estudiosos comprometidos, que muitas vezes estão à frente da aplicação do conhecimento nas políticas públicas tentam alertar os órgãos

responsáveis e a sociedade, porém, como tudo implica em investimento e não necessariamente lucro, muitas vezes, são informações que são deixadas de lado.

Outro exemplo é a epidemia de benzenismo, exemplificada aqui através de dois estudos, um realizado na Bahia, outro em São Paulo.

O benzeno é uma das substâncias químicas tóxicas mais presentes nos processos industriais do mundo e é reconhecido como cancerígeno para humanos pela Agência Internacional de Controle do Câncer (IARC). Seus subprodutos são altamente tóxicos e se depositam na medula óssea e nos tecidos gordurosos podendo causar diversos problemas de saúde, principalmente o benzenismo, que é uma síndrome decorrente da intoxicação crônica pelo benzeno, o qual produz danos irreversíveis ao organismo humano podendo acarretar doenças como Leucopenia, anemia, plaquetopenia, distúrbios do comportamento e até leucemia (AUGUSTO, 1991, 1995).

No estudo de Rangel-S (2006) é apresentado o caso da epidemia de leucopenia por exposição ocupacional ao benzeno, que aconteceu no Polo Petroquímico de Camaçari nos anos de 1990 e 1991.

Ela relata que após duas mortes em decorrência de leucopenia, técnicos da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) - atualmente Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) - realizaram um levantamento diagnóstico nas empresas do polo que utilizavam o benzeno no processo de trabalho, através de uma investigação epidemiológica e descobriram uma epidemia que estava silenciosa até o momento que ocorreram as mortes. O caso da epidemia foi amplamente noticiado nos jornais locais dos quais a autora analisou a diversidade das abordagens jornalísticas sobre o tema. Ela conclui que *“a análise da cobertura e diversidade das abordagens jornalísticas permite refletir sobre o papel da mídia no crescimento da consciência crítica da sociedade na proteção da saúde de coletividade”* (RANGEL-S, 2006, p.14).

Nos estudos de Augusto (1991, 1995) nos é apresentada como a importância da articulação entre os diversos campos (saúde, ambiente, processos produtivos e trabalho) é fundamental para a atuação do Estado. A partir desta articulação foi possível caracterizar uma das maiores tragédias ambientais e humanas ocorridas no polo siderúrgico-petroquímico de Cubatão, São Paulo, no período de 1978-1995: o caso da epidemia de intoxicação por exposição ao benzeno, que vitimou centenas de trabalhadores, a maioria por exposição ao gás de coqueria. Este problema identificado inicialmente em Cubatão-SP foi, posteriormente, reconhecido em outros polos industriais, tais como Volta Redonda - RJ, Camaçari - BA; Vale

do Aço - MG e Vitória - ES, totalizando cerca de 4.000 casos de benzenismo diagnosticados, em um período de oito anos (AUGUSTO, 1999).

Para o enfrentamento desta questão foram mobilizadas instituições públicas e setores não governamentais, como sindicatos de trabalhadores, associações de moradores e Organizações Não Governamentais - ONGs ambientalistas. A imprensa teve papel fundamental para informação e criação de uma opinião pública que se constituiu em uma verdadeira corrente de pressão sobre os gestores públicos, inclusive sobre o sistema judiciário e parlamentar. Nela as negociações entre as vítimas da exposição e a empresa, desde o início, ocorreram com a participação do setor público (saúde, trabalho, previdência, ambiente e Ministério Público). O resultado foi o estabelecimento de normas técnicas para a seguridade social, para as medidas de proteção à saúde, para o controle ambiental e para a correção do processo produtivo (AUGUSTO, 2009).

Esses casos apresentados são apenas ilustrativos das diversas consequências que os grandes empreendimentos econômicos podem causar na saúde da população, empreendimentos que são postos como “milagre do crescimento” que irá solucionar todos os males sociais da região com investimento econômico e geração de empregos. Os problemas causados por esse modelo produtivo muitas vezes têm diversos impactos imediatos, porém, muitos desses problemas só são verificados a longíssimo prazo o que dificulta a proposição de indicadores para acompanhamento. Pode-se apresentar listas e mais listas dos impactos na saúde e no ambiente, a curto, médio e longo prazo: o aumento da velocidade da extinção de espécies, surgimento de novas doenças e ressurgimento de outras com novas configurações, problemas ecológicos globais como mudanças climáticas, redução da camada de ozônio, emissão dos hidrocarbonetos clorofluorados (CFC), poluição industrial, ausência de um saneamento básico adequado, problemas relacionados à água, esgoto e lixo, acidentes industriais ampliados, como explosão, incêndio, emissão de nuvens tóxicas, escassez dos recursos naturais básicos e matérias primas, aumento das desigualdades sociais, entre tantos outros (AUGUSTO, 1991, 1995, 2005, 2008, 2009; FREITAS; PORTO, 2006; GURGEL, 2009; GURGEL et al, 2011; GUTBERLET, 1996; LIEBER; ROMANO LIEBER, 2003; MINAYO, 2006; RATTNER, 2009; RIGOTTO, 2008, 2009)

Mas como a associação desses problemas às indústrias é deflagrada de forma lenta, sendo muitos deles invisibilizados, negligenciados e até ocultados, à medida que as indústrias vão se instalando, a maioria da população não percebe sensorialmente os impactos no seu cotidiano, já que alguns deles ficam invisibilizados durante longo período, como por exemplo, o câncer que demora anos para ser diagnosticado, ou a poluição dos rios que demora certo tempo para chegar ao seu ponto máximo. Em Cubatão foi necessário quase trinta anos para se chegar ao limite máximo de poluição, mesmo assim, a população não acreditava que toda sua cidade estava com altos níveis de poluição:

Por estranho que possa parecer, a maior parte da população de Cubatão só tomou conhecimento que vivia num local altamente poluído através da imprensa e da televisão. Era inclusive comum ouvir de populares que as denúncias sobre a poluição na cidade eram exageradas, pois não sentiam o efeito da poluição em seu organismo, mas somente o “cheiro”, ocasional, de produtos químicos durante a noite, e apenas em alguns bairros. De acordo com Gutberlet (1996:30), essa atitude deveu-se a “difícil percepção sensorial dos produtos tóxicos liberados no ambiente” (COUTO, 2003, p. 171).

Os danos ambientais e à saúde humana decorrentes dos processos de produção e refino do petróleo e do uso de seus derivados como matriz energética denotam as incertezas e o potencial para o acontecimento de desastres ampliados.

Nesse sentido, as vulnerabilidades e as situações de perigo inerentes a essas atividades são minimizadas, e em contrapartida as promessas de benefícios econômicos e sociais delas advindas são tratados de forma ufanista. Essas questões dão forma às vulnerabilidades e nocividades a que a sociedade está sujeita nestes territórios. Dentre essas está o estabelecimento de políticas voltadas à proteção da vida, que priorizem as ações de proteção individual e coletivas.

Os impactos à saúde estabelecem relação direta com situações de vulnerabilidades socioambientais. Nesse sentido, a exposição de grupos sociais e populacionais aos impactos envolvendo resíduos perigosos exige inserir a preocupação com os danos ambientais na vigilância em saúde ambiental através da aplicação de abordagens ecossistêmicas nas ações do setor saúde, estabelecendo estratégias de comunicação e promoção da saúde, prevenção de agravos e produção de linhas de cuidado em grupos vulnerabilizados.

A percepção dos perigos socioambientais que uma refinaria pode causar geralmente só é percebida após os acidentes e desastres, adoecimento e morte dos trabalhadores envolvidos e/ou com a população residente do entorno muitos deles já citados anteriormente, pois os riscos químicos têm grande invisibilidade por causa da difícil percepção sensorial dos produtos tóxicos.

Com a sistematização do conceito de Promoção da Saúde definido e atualizado a cada Conferência Internacional sobre a Promoção da Saúde (Carta de Alma Ata, Declaração de Jacarta, Carta de Bogotá), resumido aqui como a *“criação de condições que garantam o bem estar geral como propósito fundamental do desenvolvimento, conciliando os interesses econômicos e os propósitos sociais”*, o crescimento econômico e demográfico parece, muitas vezes atropelar as questões sociais e ambientais acarretando a deteriorização das condições de

vida e o aumento dos riscos para a saúde. Processo este percebido na cadeia produtiva do petróleo (BRASIL, 2002; SANTOS E.; 2004).

É imprescindível a retomada pela sociedade e governos do conceito de sustentabilidade do desenvolvimento como *“um processo de mudança social e elevação de oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social”* para nortear a elaboração de políticas públicas que enfrentem problemas atuais e possam prevenir futuros através do princípio da precaução (BRASIL, 2002).

Em resposta às inquietações decorrentes da degradação ambiental, principalmente pelo modelo econômico-produtivo da atualidade, surge a necessidade de evidenciar o princípio da precaução. Este princípio inverte os pressupostos do paradigma preventivista, nas tecnologias que impõem ainda mais incertezas quanto ao potencial de nocividade à saúde e ao ambiente, e passa a exigir dos proponentes e das agências reguladoras uma “avaliação dos riscos”, ou seja, uma avaliação dos impactos das novas tecnologias e da instalação de empreendimentos produtivos (AUGUSTU; FREITAS, 1998; RIGOTTO; AUGUSTO, 2007).

O Princípio da Precaução é a garantia contra os riscos potenciais que, de acordo com o estado atual do conhecimento, não podem ser ainda identificados. Este Princípio afirma que a ausência da certeza científica formal, a existência de um risco de um dano sério ou irreversível requer a implementação de medidas que possam prever este dano (AUGUSTO, 2002, 2009; RIGOTTO; AUGUSTO, 2007).

A base legal brasileira referente à saúde ambiental é bastante robusta e relaciona as questões de saúde às condições ambientais. Essa base legal está presente desde a Constituição Federal (CF) de 1988 até a construção da Política Nacional de Saúde Ambiental (PNSA) em 2009, na primeira Conferência Nacional de Saúde Ambiental que foi realizada de forma descentralizada e intersetorial, com o desafio de construir espaços que favoreçam a sinergia, a articulação e a integração dessas áreas afins (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2009; FRANCO NETTO, 2009).

As preocupações com a saúde ambiental encontram-se expressas em vários artigos da CF, entre eles destacam-se: artigo 23, incisos II, VI, VII e IX, artigo 196, artigo 200, incisos II e VIII, artigo. 225 e artigo 6 - Lei Orgânica do SUS, nº 8.080/90, destaca como fatores determinantes e condicionantes da saúde, entre outros, “a **moradia**, o **saneamento básico**, o **meio ambiente**, o **trabalho**, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais”. Além disso, salienta que “os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País” (BRASIL, 1988; 1990).

Entre a CF e a elaboração da PNSA tem-se também como marco normativo o Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (VigiSUS), projeto da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) que objetiva o estabelecimento de um sistema nacional de vigilância e a criação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador (PNST) que tiveram em seu escopo diversos decretos, leis e portarias⁴.

Como a saúde tem uma determinação socioambiental complexa vale dar ênfase à Política Nacional de Saúde do Trabalhador (PNST). E quando nos referimos à Saúde dos Trabalhadores, estamos inserindo todos os indivíduos que trabalham (formal ou informal e em todas as modalidades) em contextos com situações potenciais ou deflagradas de riscos relacionadas com a atividade produtiva e geradora de danos à saúde.

A saúde do trabalhador é entendida a partir de uma visão ampliada da saúde e compreendida como uma “intervenção social organizada”, programada de acordo com os problemas e necessidades de segurança e saúde identificados localmente nos **ambientes de trabalho, pela ação conjunta das vigilâncias dos riscos** (ou monitoramento e controle dos riscos, objeto da higiene e segurança do trabalho) e **dos fatores adversos sobre a saúde e o ambiente** (objeto da ação em saúde do trabalhador). Essas ações conformam a Vigilância Integrada à Saúde, que, em seu conjunto, induzem e criam os ambientes e pessoas saudáveis.

A PNST em vigor desde 2004 visa à redução dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, mediante a execução de ações de promoção, reabilitação e vigilância na área de saúde. Esta política, como acontece com outras políticas intrasetoriais, está diretamente relacionada com a Política Nacional de Saúde Ambiental.

Suas diretrizes, descritas na Portaria nº 1.125 de 6 de julho de 2005, compreendem a atenção integral à saúde, a articulação intra e intersetorial, a estruturação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST), o apoio a estudos e pesquisas, a capacitação de recursos humanos e a participação da comunidade na gestão dessas ações (BRASIL, 2005).

⁴ Destacam-se: Decreto n.º 3.450/2000, que assegura a implantação da Vigilância em Saúde Ambiental; A Lei n.º 10.683/03, que atribui como uma das competências do Ministério da Saúde (MS) a “saúde ambiental e ações de promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva, inclusive a dos trabalhadores e índios”, O Decreto n.º 4.726/2003, que designa competência à Secretaria de Vigilância em Saúde coordenar a gestão do Sistema Nacional de Vigilância Ambiental em Saúde, incluindo o ambiente de trabalho; A Instrução Normativa SVS/MS n.º 1/2005, que estabeleceu o Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental (SINVSA); A Portaria n.º 777/2004, que definiu os agravos relacionados à saúde do trabalhador como de notificação compulsória em rede sentinela de serviços de saúde. Vale ressaltar, ainda, A Portaria n.º 3.908/98 – Norma Operacional de Saúde do Trabalhador (NOST), que trata das responsabilidades do SUS, nos três níveis de gestão, no campo da Saúde do Trabalhador e a Lei n.º 8.142/90, que trata da participação e do controle social por meio das conferências e dos conselhos de saúde, entre outros não citados (BRASIL, 2007).

O desenvolvimento da referência conceitual da interface entre saúde, ambiente e trabalho coloca em pauta a necessidade de aprimoramento do atual modelo de atenção do Sistema Único de Saúde, de forma que a agenda da promoção da saúde seja compreendida numa dimensão em que a sua construção é realizada nos espaços do cotidiano da vida humana, fundamentalmente fora da prática das unidades de saúde, ocorrendo nos ambientes dos processos produtivos e na dinâmica da vida das cidades e do campo.

É preciso compreender o ambiente como um território vivo, dinâmico, reflexo de processos políticos, históricos, econômicos, sociais e culturais, onde se materializa a vida humana e a sua relação com o universo. Diante desta base legal onde se insere a saúde ambiental e a saúde do trabalhador o grande desafio é fazê-las serem cumpridas, de forma efetiva e superando obstáculos institucionais e rompendo barreiras entre os campos e áreas distintos.

É necessária e urgente a adoção de uma prática de saúde voltada para os determinantes e condicionantes da saúde, a partir da qual se poderia construir mais um novo ciclo do SUS.

2.2 A Indústria Petroquímica e os Impactos Socioambientais

No Brasil, com o crescimento do setor petroquímico, a convivência com substâncias químicas produzidas tornou-se obrigatória e permanente para a população, principalmente para os trabalhadores que estão envolvidos diretamente nestes processos produtivos sofrendo exposições ocupacionais em decorrência de diversas fontes de poluição.

A indústria do petróleo, em todas as fases do processo produtivo, tem potencial para causar impactos negativos sobre o ambiente e a saúde das populações, em especial sobre a saúde dos trabalhadores, em função dos riscos específicos no ambiente profissional. São frequentes os acidentes de trabalho e de engenharia, tais como explosões, vazamentos, disposição inadequada de resíduos e transporte de produtos perigosos. Entre 1945 e 1991, o Brasil ocupou a segunda posição entre os dez países com maior número de acidentes químicos. Esses acidentes catastróficos estão associados à existência de vulnerabilidades sociais e institucionais nos contextos local, regional e nacional (AUGUSTO, 1995; FREITAS; GOMEZ, 1997; GURGEL, 2011; GURGEL et al, 2011; MARIANO, 2001).

O petróleo, principal fonte energética que alimenta as grandes indústrias e o sistema de transporte no mundo, é uma substância complexa formada por vários compostos orgânicos, com predominância dos hidrocarbonetos. E o aproveitamento máximo do seu potencial energético ocorre com a separação dos hidrocarbonetos, no processo de beneficiamento do refino (MARIANO, 2001).

Conforme evidenciado por Gurgel (2009) a partir do processo de refino são produzidas diversas substâncias tóxicas, destacando-se entre essas o coque verde de petróleo, subproduto desse processo, e de grande valor comercial por ser utilizado como combustível em cimenteiras, nas indústrias de cerâmica, calcinadoras de gesso, indústria de confecção entre outras. Destacam-se também os compostos químicos (hidrocarbonetos aromáticos) presentes no petróleo, como por exemplo, benzeno, tolueno e xileno (BTX). Estas substâncias são responsáveis por causar efeitos mutagênicos, carcinogênicos e teratogênicos. Esses compostos podem ser também neurotóxicos e mielotóxicos, dependendo do quadro de intoxicação - aguda ou crônica - estes efeitos resultam em diversos tipos de processos de adoecimento e até morte (AUGUSTO, 2001, 2002, 2009; GURGEL, 2009; GUTBERLET, 1996).

As refinarias de petróleo caracterizam-se pelo seu elevado potencial poluidor, por serem grandes consumidoras de água e de energia. Quanto à poluição apresentam grande quantidade de despejos líquidos no mar, rios e riachos e a liberação de diversos gases nocivos para a atmosfera. Quanto aos resíduos sólidos são de difícil degradação e disposição, que vão se acumulando e contaminando a terra. Em decorrência desses fatos, as refinarias são consideradas grandes degradadoras do ambiente, pois afetam o ar, a água, o solo e, conseqüentemente, todo o meio biótico em seu entorno (GUTBERLET, 1996; MARIANO, 2001).

A geração de resíduos altamente tóxicos (sólido, líquido e gasoso) da refinaria de petróleo está fortemente relacionada com a poluição ambiental e com crescente número de desastres e acidentes que afetam a qualidade de vida das pessoas causando adoecimento e morte (vazamento de substâncias, explosões e incêndios). Por conta desse alto nível de periculosidade na indústria química o Ministério do Trabalho determinou a sua classificação como Atividade Perigosa, o que exige medidas especiais de proteção ao trabalhador e que nem sempre são respeitadas (BRASIL, 1994).

Muitos dos produtos e subprodutos da refinaria são matérias primas e/ou combustível de outras indústrias, e isso acarreta um crescimento do parque industrial no seu entorno, ampliando ainda mais, o crescimento desordenado e os impactos socioambientais. As novas indústrias vão se instalando sem um planejamento e nem preparação do território, e em sua

maioria, são recebidas tanto pelos gestores públicos como pela população exclusivamente como progresso, desenvolvimento e geração de empregos. No entanto, com uma observação mais cuidadosa e crítica o que se percebe na prática é a grande exploração de mão de obra básica (a escolha do local se dá também pelo baixo custo da mão de obra e pela falta de organização da sociedade civil), importação de mão de obra qualificada (os profissionais de primeiro escalão geralmente são trazidos de outros estados e até outros países) e os impactos no processo saúde-doença e no ambiente não são avaliados, discutidos, planejados e muito menos evitados, sendo geralmente os mais expostos, a população de baixa renda, principalmente pelas condições de vida, moradia, educação, emprego (AUGUSTO; FREITAS, 1998; AUGUSTO 1999; RIGOTTO, 2007).

Esses tipos de empreendimentos produzirem uma demanda por força de trabalho temporária (no processo de construção) e induzem fluxos migratórios no mundo contemporâneo. O fenômeno da migração ocasiona importantes impactos, seja o processo de desenraizamento social e psicológico de maior ou menor intensidade, a depender do grau de distanciamento cultural do migrante em relação ao contexto de recepção, a distribuição desigual no mercado de trabalho, aceleração desordenada no crescimento urbano local, desemprego, entre outros.

[...] Voltando a Cubatão, o ponto crucial de seu crescimento populacional é que a mão-de-obra migrante não estava empregada nas dinâmicas indústrias petroquímicas ou siderúrgica, mas sim em empreiteiras encarregadas de construir as instalações industriais das grandes empresas. Ou seja, esses trabalhadores não eram, em sua maioria, empregados das empresas industriais que pagavam bons salários e garantiam e preservavam os direitos trabalhistas. As empreiteiras, em contraste, pagavam salários baixos e, muitas vezes, quando fechavam as portas, deixavam seus empregados sem recebimento dos direitos trabalhistas. (...) Em 1980, somente 18% dos trabalhadores do Polo moravam em Cubatão. Esses números revelavam que as pessoas de melhor remuneração, pertencentes ao quadro de funcionários das grandes indústrias, residiam em outras cidades, ficando em Cubatão, em sua maioria, os trabalhadores das empreiteiras e os de menores salários do Polo Industrial (COUTO, 2003, p. 156).

Da mesma forma como aconteceu em Cubatão, hoje está acontecendo em Suape: aumento da migração de trabalhadores do campo da construção civil (vem de toda parte do país em busca de emprego) que vão morar em alojamentos e casebres com condições precárias, as péssimas condições de trabalho e baixos salários. O aumento do número de trabalhadores do sexo masculino acarreta outro problema: o aumento da prostituição, dificuldade de organização da rede básica de saúde nos municípios dentre tantos outros (RIGOTTO; AUGUSTO, 2007).

Segundo Freitas e Porto (2006), nos países mais pobres e de industrialização recente os efeitos ocasionados por esse tipo de empreendimento são mais graves, principalmente devido à vulnerabilidade das populações que vivem em áreas de risco; os autores lembram os acidentes em instalações químicas e petroquímicas ocorridos na cidade de Bhopal, na Índia, onde morreram milhares de pessoas e o incêndio por causa do vazamento de um gasoduto na favela de Vila Socó, Cubatão, São Paulo, que matou centenas de moradores.

Os grandes projetos industriais foram vistos nas últimas décadas como a principal mola propulsora da dinâmica econômica do Brasil, mas não foram dados os passos necessários em direção a uma melhoria das condições de vida do povo brasileiro ocasionando graves problemas socioeconômicos, ecológicos e sanitários.

Com o grande desenvolvimento científico e tecnológico da atualidade não se justifica a ausência de medidas preventivas, precaucionárias e mitigadoras. Torna-se então pré-requisito o desenvolvimento de medidas em relação à “produção limpa” e gestão ambiental nas empresas, prevenção de impactos, controle oficial da qualidade do ambiente e medidas socioeconômicas para elevar a qualidade de vida da população.

O resgate histórico social sobre os mais diversos processos vividos em outros polos petroquímicos brasileiros é uma oportunidade de não ver repetidos os acontecimentos observados onde os impactos negativos sobre a saúde humana e o ambiente até hoje se fazem sentir com enormes custos sociais e ambientais.

2.3 Cubatão: um caso para refletir a exclusão social e degradação ambiental no modelo desenvolvimentista

É importante fazer o resgate de experiências vividas no processo de instalação de polos petroquímicos nas diversas regiões do Brasil para identificar os problemas e impactos socioambientais ocorridos, e dessa forma, poder tentar minimizá-los na instalação de novos polos.

Nesse capítulo abordaremos as questões vividas no desenvolvimento do Polo Industrial de Cubatão em São Paulo, por ter pontos em comum com o processo que está sendo desenvolvido em Pernambuco.

Após grande disputa nacional (pressão política e da imprensa local) em 1949, Cubatão foi escolhida para sediar a nova refinaria brasileira enaltecida pelo plano de metas do então

presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek. Em seguida, foram construídas as indústrias petroquímicas transnacionais, a grande siderúrgica estatal e os complexos de fertilizantes nitrogenados e fosfatados, transformando-a numa das maiores cidades industriais do Brasil trazendo consequências sociais e econômicas que marcariam para sempre a sua história. Antes desse novo contexto, Cubatão se configurava um município rural cuja economia era gerada principalmente das suas plantações de banana, mas também de laranja e mexerica (COUTO, 2003).

A população, ainda atordoada pelas mudanças, ficou receosa com a construção de uma indústria, de grande risco explosivo, perto de suas casas. No entanto, a possibilidade de melhores empregos e salários entusiasmou os mais jovens; era a chance decisiva de escapar de um mundo economicamente reduzido. A preocupação em relação à poluição atmosférica, que uma refinaria certamente traria, não fazia parte da mentalidade das pessoas daquela época, nem em Cubatão nem em qualquer outro lugar do país, haja vista a acirrada disputa para sediar a indústria (COUTO, 2003, p. 69).

A partir da construção da Refinaria, que também foi sempre sendo ampliada e modernizada, Cubatão passou por uma rápida transformação e crescimento do seu parque industrial consolidando assim o primeiro grande polo petroquímico do país. Desse modo, a indústria petroquímica no Brasil teve início com a utilização de subprodutos da refinação de petróleo, vinculada às ampliações da Refinaria de Cubatão. Coube à Petrobras a tarefa de instalar indústrias que utilizassem o subproduto do óleo da Refinaria.

Visando desfrutar de vantagens locacionais, várias indústrias de pequeno e médio porte se instalaram em Cubatão, durante os anos sessenta e setenta. Tinham a intenção de aproveitar os subprodutos das grandes indústrias (RPBC, Copebrás, Cosipa, Carbocloro e Ultrafertil) como matéria-prima ou fornecer a estas empresas insumos básicos de sua linha de produção. Foram nove indústrias que se instalaram em Cubatão com esse objetivo: Clorogil/Rhodia, Cimento Santa Rita, Engeclor, Engebasa, Gespa, Liquid Carbonic, Liquid Química, Hidromar e Petrocoque (COUTO, 2003, p. 129).

O Polo Industrial de Cubatão (PIC) era constituído, basicamente, por empresas estatais e transnacionais. Os três maiores complexos industriais (Refinaria, Cosipa e Ultrafertil) pertenciam ao Governo Federal, enquanto todas as indústrias químicas eram de origem privada e estrangeira (COUTO, 2003) o que reforça a tese de que os países desenvolvidos buscam instalar suas indústrias “sujas” em países menos desenvolvidos, por diversos motivos, mas principalmente por ter uma legislação mais rigorosa, uma população mais conscientizada, e por que os investidores querem mão de obra mais barata e pagar menos impostos. Esses países mais desenvolvidos se esquecem que os impactos gerados afetam todo o planeta.

Em menos de trinta anos de *'progresso industrial'* Cubatão começou a ver os primeiros grandes impactos na saúde e no ambiente: desmatamento da vegetação, aumento da população, *processo de favelização*, contaminação dos rios, poluição atmosférica:

De vilarejo pequeno e pobre para centro industrial dentre os maiores do país, Cubatão pagaria um preço muito alto: a devastação do seu meio-ambiente e a favelização de suas áreas de mangues e serras. Bastaram apenas 20 anos para que a Serra do Mar se transformasse num “paliteiro” (troncos de árvores sem folhas). Os rios, outrora de águas claras e de boa qualidade, tornaram-se os veículos das águas usadas pelas indústrias; sua vida terminou. Cerca de trinta toneladas de poluentes eram diariamente despejadas na atmosfera de Cubatão (COUTO, 2003, p. 163).

A localização do PIC baseou-se exclusivamente em fatores econômicos e na disponibilidade de recursos naturais. Naquela época os aspectos ambientais e sanitários eram praticamente desconhecidos e por ausência de metodologias e legislações específicas tais empreendimentos não foram implementados com base em estudos de análise de riscos e nem em estudos e relatórios de impactos ambientais que visariam identificar e analisar os aspectos ambientais associados aos processos produtivos, às condições geográficas e climáticas da região e determinar medidas preventivas e corretivas para eliminar ou reduzir ao máximo em tais aspectos (RPBC, 2001:01 apud COUTO, 2003).

O pior é que mesmo com a melhoria da legislação ambiental brasileira na atualidade, esse critério ainda persiste. Em Suape, o mesmo se repete, de maneira pior, pois existem os estudos, as metodologias e a tecnologia, porém os impactos na saúde e no ambiente e nem os aspectos sociais e culturais são levados em consideração ou são deixados em segundo plano.

Suape (PE) recentemente sofreu favelização. Se a gente não se cuidar, aqui (São Gonçalo-CE) vai acontecer o mesmo”, afirma a secretária de Meio Ambiente, Michele Mourão. A consultora ambiental Jeanete Koch, que faz parte da equipe que desenvolveu o estudo do Centec, diz que o estudo prevê impacto socioambiental nas cidades onde o Complexo Industrial será instalado, São Gonçalo e Caucaia. “Vai haver impacto, mas eles foram diagnosticados e o Governo tem subsídio para amenizar os efeitos” (PREFEITO..., 2011).

O perfil topográfico de Cubatão, as características meteorológicas e a concentração de indústrias de alto potencial poluidor do ar, da água e do solo produziram um rápido processo de deterioração ambiental. A partir da década de 1960 foi notificada intoxicação em escolares do município:

Em janeiro de 1961, o jornal Imprensa de Cubatão reclamava da poluição atmosférica, acusando-a pelo baixo rendimento dos bananais ainda remanescentes, bem como do forte cheiro inalado pela população (proveniente da Estireno). No mesmo mês de janeiro, algumas senhoras, vizinhas à Estireno, foram ao mesmo jornal, munidas de uma lençol onde mostravam o pó negro grudado no pano, afirmando também que uma camada de fuligem atingiu plantas, animais, roupas e pessoas. Em 1963, foi a vez da população de Santos e São Vicente fazerem

reclamações sobre a precipitação de pó preto, resultantes, possivelmente, da Refinaria ou da Copebrás (COUTO, 2003, p. 165).

O aumento da poluição estava ficando insuportável e inquestionável então a prefeitura de Cubatão realizou um estudo cujo foco principal seria as indústrias da cidade. No trabalho concluído em 1974, constatou-se que diversos produtos do parque industrial de Cubatão eram responsáveis pela poluição do ar, sendo a topografia da região um empecilho para a dispersão da poluição atmosférica, e que o deficiente sistema de esgoto era um dos responsáveis pela poluição da água. Mesmo assim, o então presidente da República, General Ernesto Geisel, em 1975, retirou dos municípios o direito de fechar indústrias poluidoras e com isso instalou-se um silêncio sobre a questão da poluição que só seria quebrado a partir de 1980 após várias mortes de trabalhadores e com ajuda da divulgação da imprensa e da pressão dos trabalhadores. Foi formada na Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) uma Comissão Especial de Inquérito que elaborou um relatório admitindo os níveis elevados de poluição atmosférica na cidade (AUGUSTO, 2009).

Mesmo assim, somente com a divulgação dos primeiros casos de nascimento de crianças anencefálicas (inexistência da calota craniana), e sua possível correlação com os índices elevados de poluição atmosférica, foi que o caso Cubatão chegou à televisão, sendo noticiado em todo o país. A expressão “Vale da Morte”, em referência ao município de Cubatão, ganhava projeção nacional, passando a cidade a ser vista como doentia e condenada (COUTO, 2003, p.169).

O quadro até então posto só começou a mudar com a posse do novo governador do Estado de São Paulo, democraticamente eleito, o Professor André Franco Montoro, em 1983. Seu governo concedeu alta prioridade ao controle da poluição ambiental em Cubatão. Reestruturou e fortaleceu a CETESB que implantou um Programa de Controle da Poluição Ambiental em Cubatão que tinha três grandes frentes: controle de fontes de poluição, apoio técnico às ações de controle, e educação ambiental e participação comunitária. Processo este que se articulava com outros setores, como o da saúde, do saneamento e da habitação (COUTO, 2003; AUGUSTO, 2009).

No processo de redemocratização do país os sindicatos se organizam para a defesa da saúde do trabalhador no final da década de 70, organizando semanas de saúde do trabalhador, especialmente nas cidades do ABCD⁵ e Baixada Santista no Estado de São Paulo, com destaque para o tema “O direito de Saber” e “Saúde não se troca por dinheiro”, culminando com a instituição do Departamento de Estudos em Saúde e Ambiente de Trabalho (DIESAT) em 1980 (AUGUSTO, 1995, 2009).

⁵ A Região do grande ABCD Paulista é formada pelos municípios Santo André, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo e Diadema, Mauá, Ribeira Pires e Rio Grande da Serra.

Uma onda de denúncias e ações sindicais sobre acidentes e doenças do trabalho ganharam espaço na mídia nacional que teve grande importância em dar visibilidade as péssimas condições de trabalho existentes especialmente em grandes empresas. Uma dessas importantes denúncias que repercutiu nacionalmente e pressionou as instâncias governamentais a tomar atitudes mediante políticas públicas foi a questão das alterações hematológicas decorrente da exposição a poluentes hidrocarbonetos aromáticos. O benzeno e o benzenismo foi alvo de campanhas sindicais de nível nacional como a “Operação Caça Benzeno” e “Benzeno não é Flor que se cheire” (AUGUSTO, 1991, 1995, 2009).



Figura 1 - Cartaz da campanha nacional sobre o benzeno

Fonte: Unidade Sindical (2004).

Concomitantemente, outro movimento digno de nota é a articulação do movimento sanitário com o movimento operário, um deles denominando “Movimento de Renovação Médica” que buscava aproximar o sindicato dos médicos e os Conselhos regionais de medicina das questões de interesse da população, resultando na inclusão de um capítulo no Código de Ética Médica destinado a orientar os médicos do trabalho quanto a sua responsabilidade de informar os trabalhadores sobre riscos e danos à saúde no exercício da ocupação. Outro digno de menção é o ocorrido após as eleições democráticas para os governos estaduais em 1982, resultando pioneiramente em São Paulo, na implementação de ações de saúde do trabalhador na rede pública de saúde, denominado de Programa de Saúde do Trabalhador, com um componente de atenção médica (Centro de Saúde do Trabalhador) e um de informação em saúde, mediante a inclusão de agravos de notificação compulsória⁶ no sistema de vigilância epidemiológica da região da Baixada Santista (Resolução SS-69 de outubro de 1984 da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (AUGUSTO, 1991, 1995).

⁶ A vigilância dos agravos decorrentes da exposição ocupacional aos hidrocarbonetos aromáticos, ao ruído, ao flúor, às poeiras e a outros agentes produtores de dermatoses foram instituídas mediante a Resolução SS-69 (AUGUSTO, 1986; AUGUSTO et al, 1991).

Sem dúvida, esta Resolução foi pioneira do ponto de vista de se ampliar o Sistema de Vigilância Epidemiológica para agravos e riscos não biológicos e constitui um marco histórico importante do Sistema Estadual Paulista e Nacional de Vigilância Epidemiológica. Pela primeira vez na história da Saúde Pública Brasileira foram integrados ao sistema de vigilância epidemiológica os agravos à saúde oriundos de contextos produtivos e ambientais geradores de poluição química e física.

Particularmente na problemática ambiental, a pressão da opinião pública e da mídia foi também se configurando em um processo de mobilização nacional e internacional para reverter o quadro da região e também constituir uma legislação mais restritiva com relação aos processos poluidores das indústrias, como a regulamentação dos licenciamentos ambientais. Comissões em defesa do meio ambiente, fóruns, manifestações foram sendo formadas, com mais ou menos força, a depender da organização social e da abertura e interesse dos governos.

Internacionalmente as ideias “verdes” ganharam força política e certificações implementadas pelo mercado, como a International Organization for Standardization (ISO) 14.000 também serviram de suporte a internalização da questão ambiental nos processos produtivos.

As grandes empresas buscavam realizar campanhas publicitárias para divulgar sua responsabilidade “social” e “ecológica”, nem sempre correspondendo a realidade dos fatos, muitas vezes como pano de fundo para ocultar seus problemas de contaminação ambiental, mas o fato é que este processo impulsionou a idéia de incorporar o tema nas políticas empresariais e que passou a ser tratado no campo reservado à economia e ao mercado nas diversas mídias .

Cubatão, neste momento conhecida como Vale da Morte, teve uma comissão federal interinstitucional em 1982, mas que foi desfeita ao fim de 18 meses por não ter obtido resultados práticos frente ao descontrole da poluição. As denúncias de nascimentos de crianças com anencefalia e outras malformações relacionadas ao fechamento do tubo neural caiu no vazio dessa comissão (AUGUSTO, 1991).

Uma série de eventos socioambientais chamou ainda mais a atenção do mundo para Cubatão nos anos seguintes (COUTO, 2003):

Em fevereiro de 1984 um vazamento do Oleoduto Santos-São Paulo que cruzava a Vila-Favela São José (Vila Socó), durante a tarde, deixou escapar centenas de litros de gasolina e à noite, após um fechamento errado de válvulas, fez pressão que causou uma explosão incendiando completamente a vila, matando mais de 500 pessoas desvelando o contexto

precário da ocupação do solo e de habitação dos trabalhadores do polo industrial de Cubatão, um dos importantes conflitos crônicos existentes na região frente ao processo de expansão das indústrias em territórios habitados por grupos populacionais antigos e recentes dos processos migratórios decorrentes da oferta de emprego, especialmente para as empreiteiras de construção civil e montadoras. Em junho de 1984, diversos casos de benzenismo foram identificados entre os trabalhadores da área de coqueria da Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) causando desespero após a morte de um deles por leucemia (AUGUSTO, 1991, 2009).

Em setembro de 1984, foi decretado “estado de emergência” em Cubatão, em razão do alto índice de material particulado na atmosfera. Era o primeiro decretado no Brasil. Em seguida, um vazamento de 20 mil litros de nafta do Oleoduto da Petrobras, no bairro 31 de Março (COUTO, 2003).

Em janeiro de 1985, um vazamento de 15 mil toneladas de gás de amônia da tubulação, obrigando a evacuação de parte da população por trens da via férrea normalmente utilizada para cargas para o Porto de Santos. Um deslizamento na Serra de Cubatão que estava afetada pelo desmatamento químico (chuvas ácidas) e que não suportou fortes chuvas ocorridas em 1985 marcou o ápice de degradação e poluição ambiental na região, pois comprometia afetar a população e o próprio polo industrial, cujo território tinha no seu subsolo uma intrincada rede de ductos carregados de produtos químicos inflamáveis e explosivos, diante deste quadro o IPT (Instituto de Pesquisa Tecnológica da USP) apresentou as áreas de maior risco e o governo teve que tomar uma série de medidas de contenção da ocupação do solo na encosta da serra, bem como realizar o seu reflorestamento para recuperação da cobertura das áreas degradadas pelas indústrias e exigir medidas de controle da poluição com forte fiscalização da CETESB (AUGUSTO, 1991; COUTO, 2003).

Um dos bairros mais poluídos da cidade conhecido como Vila Parisi – localizado entre a siderúrgica COSIPA e as indústrias de fertilizantes (Ultrafertil) teve que ser extinto em 1992, após um longo processo de luta da população, com cerca de 20 mil moradores (maioria operários mão de obra não qualificada) foram transferidos para um novo bairro denominado Vila Natal, longe das empresas que requereu sistema de transporte público com gastos adicionais nos seus parques rendimentos familiares (AUGUSTO, 1991, 2009; COUTO, 2003; YOUNG, FUSCO, 2006).

A nova Constituição brasileira de 1988 trazia a proteção ambiental contemplada no artigo VIII, capítulo VI, onde era prevista a realização de Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental antes da realização de projetos de desenvolvimento e obras

públicas. Passou a se exigir licenças de instalação e de funcionamento para novas unidades industriais, conseguiu diminuição na poluição atmosféricas, das águas e do solo. A Organização das Nações Unidas (ONU) outorgou à Cubatão, na ECO 92, o Selo Verde como Cidade-Símbolo da Ecologia e Exemplo Mundial de Recuperação Ambiental (BRASIL, 1988; COUTO, 2003).

A Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), mesmo sendo uma das mais desenvolvidas do Estado de São Paulo, tem revelado, para além do progresso, um acelerado crescimento populacional que resultou numa urbanização desordenada, principalmente a partir dos anos 1970. Segundo o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), a Baixada é a região mais urbanizada do Estado. Essa forte expansão urbana produziu também grande desigualdade socioeconômica, evidenciada na segregação espacial de boa parte da população empobrecida que vive e trabalha em territórios de risco ambiental, precariedade e insalubridade (AUGUSTO, 1991; YOUNG, FUSCO, 2006).

Os problemas de degradação, contaminação ambiental, de exclusão social e econômica ainda persistem em Cubatão, mesmo após diversas campanhas e de planos para o combate à poluição. A Refinaria Presidente Bernardes ainda consta na lista da CETESB como área contaminada e poluidora.

A ausência de políticas voltadas para a questão da habitação popular na maioria dos municípios da região propiciou a deflagração de uma situação de déficit habitacional. A população de baixa renda foi colocada em situação de alto risco devido as ocupações subnormais (desmoronamentos, enchentes). Esses riscos associados à ausência de infraestrutura e serviços de saúde tornaram a população mais vulnerável, revelando “uma profunda desigualdade social causada pelo processo de segregação da maioria da população para as porções ambientalmente mais frágeis, insalubres e deterioradas, criando uma **geografia de exclusão** com profundas diferenças na qualidade das moradias, acesso a bens e serviços” (YOUNG, FUSCO, 2006).

Este é um caso triste na história brasileira que deveria servir de referência para que novas regiões não sejam dizimadas pela avalanche do desenvolvimento econômico. Nessa condição de poluição industrial os primeiros e mais intensamente atingidos são os trabalhadores e em seguida a população como um todo.

Estamos em outra época da história do desenvolvimento do Brasil e com um novo contexto político, no entanto evidenciam-se questões que se repetem na atualidade e que não se justificariam diante do avanço do conhecimento científico, da legislação, da democracia e da consciência ecológica e sanitária do país.

Para melhorar a qualidade ambiental, é preciso não só diminuir e controlar a poluição, mas também discutir outros instrumentos e estratégias de comunicação e de ação, focalizando a sustentabilidade do desenvolvimento.

2.4 A instalação da Refinaria de Suape e os impactos socioambientais atuais e futuros

O projeto do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) foi desenvolvido e detalhado pela Suape Complexo Industrial Portuário, empresa pública de direito privado, vinculada à Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do Estado de Pernambuco e elaborou o seu projeto de implantação na década de 1970 (em 1977 iniciaram-se as obras para construção). Em abril de 1984, o porto de Suape iniciou sua operação, finalizando a primeira etapa do projeto (instalação e funcionamento do porto). Sendo o porto interno operado exclusivamente pela iniciativa privada (CAVALCANTI, 2008). O CIPS está localizado predominantemente entre os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, no litoral sul de Pernambuco, mas também fazem parte de sua composição os municípios de Jaboatão dos Guararapes, Moreno e Escada.



Fotografia 1 – Estaleiro Atlântico Sul, Suape-PE, 2011.
Fonte: Santos (2011).

Este é um começo de um ambicioso projeto para ser executado em longo prazo e que não registra a participação da população nas discussões e aprovações das suas etapas, algo

inadmissível em uma sociedade democrática (CAVALCANTI, 2008; GURGEL, 2009; GURGEL et al, 2011; SANTOS, 2010; SILVA, 2009).

Semelhante ao processo ocorrido em Cubatão está acontecendo em Pernambuco. Uma região rural, que tinha uma pequena parte industrializada, começa a ser modificada por um processo de industrialização, que após um grande intervalo de quase 20 anos, é retomado a partir dos anos 2000, com a chegada de grandes indústrias, que dentre elas destacam-se o Estaleiro Atlântico Sul (EAS), a Petroquímica Suape e a Refinaria Abreu e Lima (RNEST) que já estavam previstas desde a construção do porto de Suape na década de 1970.

A contradição de vivenciarmos de um lado os avanços científicos e tecnológicos como colaborador da melhoria da qualidade de vida (aumento de empregos, redução da prevalência de determinadas doenças associadas à fome e às pestilências) por outro, o surgimento de novos riscos, como os de origem química e de impacto socioambiental, situação característica das regiões industrializadas pela cadeia produtiva do petróleo, certamente o resultado desta equação será exposição a substâncias químicas da população trabalhadora e residente dessas localidades e arredores. Conforme afirmação de Augusto e Freitas (2008): “Mesmo que consideremos apenas a dimensão biológica, podemos afirmar que a saúde humana das populações expostas a estas substâncias químicas está sujeita a uma multiplicidade de possíveis efeitos, tais como a teratogênese, a carcinogênese, a mutagênese e danos a órgãos-alvo específicos”. Dentro do espectro das 70 mil substâncias químicas que são utilizadas na vida cotidiana, apenas em torno de seis mil já passaram por alguma avaliação em relação aos riscos que oferecem às pessoas e ao ambiente (AUGUSTO; FREITAS, 1998).

Neste contexto é que se desenvolve a avaliação dos riscos à saúde e ao meio ambiente, a qual, para o caso das substâncias químicas, tem como seus pilares, no campo da saúde, a Toxicologia e a Epidemiologia. Vigilância, monitoramento e prevenção são ações clássicas para a promoção da saúde das populações frente às incertezas envolvendo riscos químicos, tecnológicos e ambientais podendo auxiliar na identificação de vulnerabilidades e potenciais nocividades, permitindo a proposição de medidas corretivas e preventivas para evitar o adoecimento dos trabalhadores e da população no entorno de empreendimentos potencialmente poluidores, considerando questões de ordem social, cultural e ambiental.

Esse processo recente de industrialização na região Estratégica de Suape ocorre em um contexto histórico-cultural de base produtivo, conformado principalmente pelo turismo (o litoral de Pernambuco tem uma grande diversidade de praias que são visitadas por milhares de turistas anualmente) pesca artesanal, agricultura, agroindústria e prestação de serviços, com uma aparente fraca (ou ocultada) organização social para questionar as decisões empresariais

e do planejamento tecnocrático na defesa de seus interesses de proteção da saúde e do ambiente.

Um exemplo da destruição de comunidade tradicionais é a Ilha de Tatuoca, que após o aterramento feito para a construção do Estaleiro Atlântico Sul, deixou de ser ilha, tendo um acesso agora por estrada via terrestre. A comunidade é formada por pescadores artesanais que se estão sendo “engolidos” pelo ‘desenvolvimento’ e que em breve serão expulsos. Este grupo vem tentando se organizar para resistir ao pedido de desapropriação.



Fotografia 2: Ilha de Tatuoca, Suape-PE, 2011.
Fonte: Gurgel (2011).

Por ser considerado um empreendimento de alto poder poluidor e causador de danos à saúde e ao ambiente, são exigidos pelos órgãos ambientais Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), ordenamento territorial, auditoria ambiental, ações de educação ambiental entre outros para obtenção da sua licença de implantação. Além de ser necessário o monitoramento das fontes de poluição e a promoção da participação da sociedade civil nas questões do gerenciamento ambiental (através de conselho ambiental e da saúde, comitês de Bacia hidrográfica, ONGs, organizações comunitárias, audiências públicas, etc.). São providências que não vem sendo tomadas em Pernambuco, pois nesse momento atual, ainda em processo de instalação das principais indústrias que irão compor o polo petroquímico já são registrados diversos impactos e problemas, como conflitos sociais, despreparo do Estado para enfrentamento das modificações de infraestrutura no território, no ambiente e na saúde da população, que poderiam estar sendo minimizados e até evitados através de planejamentos eficazes (AUGUSTO; FREITAS, 1998, SILVA, 2009).

Os EIA/RIMAS são estratégicos para promover o diálogo entre sociedade, empresas e instituições governamentais, e a qualidade da sua elaboração e execução é um dos primeiros passos para que uma obra industrial seja realizada respeitando a legislação ambiental e apresente proposta de mitigação. Considerar os aspectos relativos à saúde nos EIA é, portanto, incorporar os determinantes sociais da saúde nos contextos onde se desenvolve a vida social, incorporando a preocupação com a sustentabilidade no modelo de desenvolvimento adotado (SILVA, 2009; VAZ; FREITAS, 2002).

Vários problemas fazem parte do cenário de impactos da implantação de uma refinaria de petróleo e consequente produção de derivados e resíduos, e nesse cenário, o licenciamento ambiental surge como o principal mecanismo público de prevenção ou precaução a ser seguido no momento da implantação de ameaças à saúde e ao ambiente nos territórios. Apesar do caráter preventivo, no EIA da RNEST os efeitos à saúde não foram devidamente considerados. Os estudos se limitaram a analisar o ambiente físico e biológico. Com um enfoque exclusivamente conservacionista, aspectos sociais e a relação dos impactos ambientais com a saúde das comunidades e dos trabalhadores não foram aprofundados. A exclusão dos possíveis impactos à saúde humana e a negação da incomensurabilidade dos valores ambientais demonstram a falta de uma abordagem ecossistêmica para o complexo problema socioambiental e de negociação sobre medidas a serem tomadas com os sujeitos sociais envolvidos (AUGUSTO, 2009; GURGEL, 2009; GURGEL et al, 2011; SILVA, 2009).

Segundo Silva (2009), em estudo avaliativo sobre o EIA/RIMA da RNEST foi constatado que o Estudo não apresentou em seu escopo os dados relativos à saúde e seus impactos potenciais à saúde humana, análise que obrigatoriamente deveria constar. Identificou-se também que não foi aprofundado as questões sociais e a sua relação com os impactos ambientais e com a saúde dos trabalhadores e comunidade potencialmente exposta e nem a apresentação e defesa através de convocação ampla e democrática da sociedade civil.

Silva (2009) identificou que não há um movimento sindical forte ou mobilização social no território de instalação da refinaria. Ao contrário, a promessa desenvolvimentista de geração de emprego e as frentes de capacitação e de especulação imobiliária são o grande trunfo para criar uma atmosfera pouco reivindicativa e uma baixa presença do setor público regulador. Há pouca participação social para a discussão e resolução dos problemas locais e na defesa dos interesses da população, a exemplo do que ocorreu na audiência pública realizada para discussão sobre os impactos onde não houve qualquer contestação para a

instalação do empreendimento, mesmo diante de flagrantes insuficiências do EIA (GURGEL, 2009; SILVA, 2009).

No estudo de Santos (2010) sobre a percepção dos atores sociais participantes das etapas da Conferência Estadual de Saúde Ambiental de Pernambuco (CESA), referente aos potenciais impactos à saúde e ao ambiente decorrente da RNEST identificou-se pouca expressão nas discussões e nas propostas nos relatórios finais.

A preocupação dos atores foi mais focada em problemáticas já existentes, o que resultou em apenas uma proposta direcionada para o território de Suape. Uma ação que sinaliza para a necessidade da intersectorialidade e da fiscalização na construção dos EIA/RIMA. Esta mesma proposta foi aperfeiçoada e aprovada na plenária final da CESA e encaminhada para a CNSA (SANTOS, 2010).

Torna-se imprescindível repensar a relação entre movimentos sociais, os governantes e os pesquisadores para se discutir um modelo de desenvolvimento sustentável e a necessidade de estudos no território estratégico de Suape, mobilizando as lideranças comunitárias, os diversos conselhos municipais e estaduais, os trabalhadores das indústrias, profissionais da saúde dentre outros, para que sejam definidas medidas mitigatórias de combate aos processos nocivos à saúde, ao ambiente e que venham comprometer a qualidade de vida da população envolvendo-a nas discussões e nas decisões sobre seu território e suas vidas (AUGUSTO; FLORENCIO; CARNEIRO, 2001; MENDONÇA; CARNEIRO, 2009; STOTZ; PERES, 2009).

De acordo com Porto (2007), restringir a análise de riscos ao nível local quando há propostas preventivas é legítimo. No entanto, em contextos vulneráveis esta restrição pode ocultar aspectos das dinâmicas sociais, econômicas, culturais e institucionais que podem influenciar na produção de riscos. E quando envolve processos decisórios de políticas públicas e práticas institucionais devem estar engajados as autoridades, técnicos e representantes de vários grupos de interesse para discutir as estratégias gerais de prevenção dos riscos, promoção da saúde e sustentabilidade do desenvolvimento.

A localização da RNEST na área de Suape foi definida para atender a várias demandas de ordem econômica e política. Considerando nessa localização vantagens diferenciais tais como: a área, que oferece uma taxa elevada de lucro e poucas resistências sociais e políticas no que diz respeito ao controle da degradação ambiental e das injustiças sociais. Observa-se falta de comunicação, informação, fragilidade dos trabalhadores e da população pelas precárias condições de vida, indefinição de políticas integradas e de ações intersectoriais dos

municípios de abrangência dos empreendimentos, bem como a falta de rigor no cumprimento das legislações ambientais e trabalhistas (GURGEL, 2009).

O contexto é propício para a prática da chantagem locacional, onde o capital direciona os investimentos para as áreas que não apenas proporcionem as maiores taxas de lucro, mas também as menores resistências sociais e políticas voltadas para o controle da poluição e das injustiças sociais (PORTO, 2005).

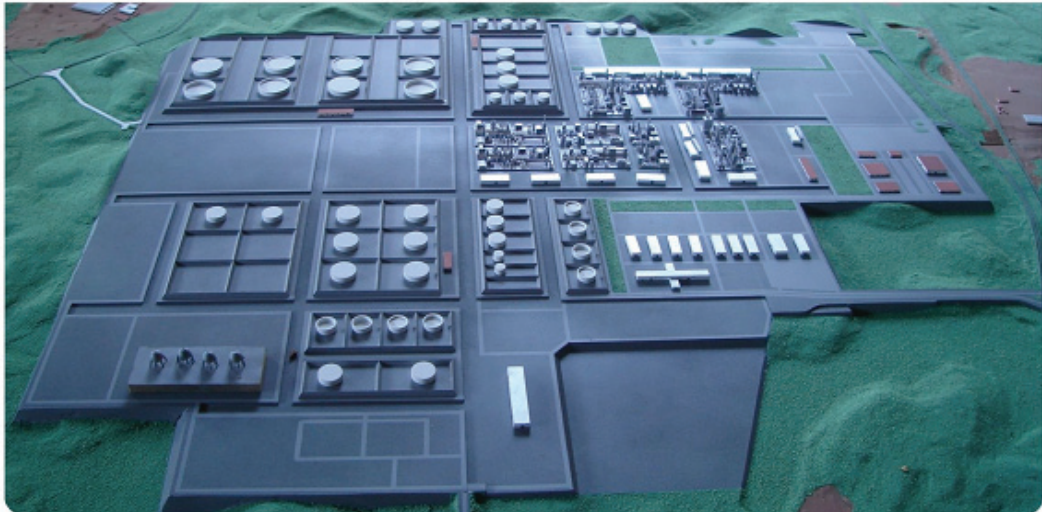


Figura 2: Maquete da Refinaria Abreu e Lima, Suape-PE, 2008
Fonte: Kuo (2008).

Com uma menor escolarização, a população da região tende a ocupar os cargos menos qualificados, de menores salários e vínculos precários e a habitar as periferias urbanas, em condições precárias. A combinação de falta de acesso ao mercado de consumo com a falta de acesso a serviços públicos torna a população mais vulnerável aos agravos de saúde. A oferta de empregos se dá, em grande parte, apenas no processo de construção, quando finalizada a construção da refinaria, o número de trabalhadores contratados para fazê-la funcionar é infinitamente menor, além de ser uma mão de obra bem específica que precisa saber lidar com o maquinário. Os profissionais que atuam na construção civil desses empreendimentos tendem a ocupar terrenos irregulares, seja por conta das péssimas condições contratuais e de trabalho que não garantem o transporte, e assim necessitam morar perto do local de trabalho. Após a finalização da obra provavelmente voltarão a somar os índices de desemprego e estarão mais expostos aos riscos químicos gerados (RIGOTTO, 2008; VAZ; FREITAS, 2002).

É preciso também ter um cuidado com a saúde dos trabalhadores que irão atuar diretamente na operacionalização da refinaria, pois é um trabalho que envolve grande risco de

acidentes triviais e ampliados conforme já relatado. No estudo sobre o perfil de acidentes no trabalho em refinaria de petróleo de Vaz e Freitas (2002) demonstram que os níveis hierárquicos mais baixos são os mais afetados, concentrando-se de modo geral nas atividades de manutenção, e ressaltam a importância para um sistema de registro e investigação de acidentes por parte da empresa e dos órgãos competentes.

Dentre os acidentes identificados estão choques mecânicos, ocorrências de vazamentos/emissões, quedas e/ou rompimentos de material, contato com substâncias químicas entre outros. Também se percebe diferença em relação aos acidentes conforme for o vínculo do profissional. O profissional concursado se acidenta menos do que aquele que é terceirizado, pois está mais exposto às situações e eventos de risco. As funções ocupadas por pessoas com: pouca ou nenhuma capacitação profissional, menor experiência e/ou recebendo menores salários, foram identificadas como as que mais sofreram acidentes e de maior vulnerabilidade aos riscos específicos das atividades de manutenção e do trabalho em uma refinaria de petróleo (PORTO, 2005; VAZ, FREITAS, 2002).

Se, na sociedade industrial, são difundidas as crenças da fé no progresso, confiança na razão instrumental e esperança no controle dos efeitos colaterais da tecnologia, na sociedade contemporânea o progresso pode passar a ser reconhecido como a fonte de autodestruição da sociedade. Trata-se de um conjunto de riscos que ameaçam as atuais gerações, sua qualidade de vida e possivelmente as próprias condições de sobrevivência das gerações futuras, caracterizando, na alta modernidade, uma sociedade de risco, marcada pela perda de controle, a irredutibilidade, a incerteza, a invisibilidade e o desconhecimento dos riscos (RIGOTTO; AUGUSTO, 2007).

Os impactos à saúde estabelecem relação direta com situações de vulnerabilidades socioambientais. Nesse sentido, a exposição de grupos sociais e populacionais aos impactos envolvendo resíduos perigosos exige inserir a preocupação com os danos ambientais na vigilância em saúde ambiental através da aplicação de abordagens ecossistêmicas nas ações do setor saúde, estabelecendo estratégias de comunicação e promoção da saúde, prevenção de agravos e produção de linhas de cuidado em grupos vulnerabilizados.

2.5 A Comunicação social nas convenções sobre saúde e ambiente

A partir do século 20 as questões ambientais começam a aparecer como tema importante nas discussões dos fóruns e encontros internacionais. Essas convenções têm o intuito de reunir os representantes de nações de todo o mundo a fim de partilhar conhecimentos e experiências, analisar e debater assuntos internacionais de saúde e ambiente e apresentar estratégias e recomendações sob a forma de cartas de intenção e proposta que precisam se transformar em ações concretas no mundo (BRASIL, 2007; SANTOS E., 2002).

Diversas conferências⁷ foram realizadas, tendo como encaminhamentos acordos e agendas internacionais, cartas com recomendações que serviram de guia para minimizar os impactos negativos que o mundo começa a tomar consciência e contribuíram para a mudança na saúde pública. É importante relembrar o conteúdo dos documentos que se tornaram representativos na evolução teórica e prática da saúde pública em geral, e na saúde ambiental em particular.

A questão ambiental, então já como um tema presente em diversos eventos internacionais influenciou na decisão pelo encontro entre países resultando na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo, na Suécia.

No início da década de 1980, a ONU retomou o debate das questões ambientais. Indicada pela entidade, a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, chefiou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), para estudar o assunto. O documento final desses estudos chamou-se Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório Brundtland. Apresentado em 1987, o relatório propõe o desenvolvimento sustentável, que é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades” (BRUNDTLAND, 1991).

Fica muito claro, nessa nova visão das relações homem-meio ambiente, que não existe apenas um limite mínimo para o bem-estar da sociedade, há também um limite máximo para a utilização dos recursos naturais, de modo que sejam preservados:

⁷ Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente – 1972, ECO-92, Conferência Internacional sobre Cuidados de Saúde Primários – 1978, 1ª Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde -1986; entre outras.

Como parte de sua contribuição ao desenvolvimento econômico e social deve-se utilizar a ciência e a tecnologia para descobrir, evitar e combater os riscos que ameaçam o meio ambiente, para solucionar os problemas ambientais e para o bem comum da humanidade (BRUNDTLAND, 1991).

Com esse Relatório é introduzida a ideia de desenvolvimento sustentável em um contexto social e político de confronto entre o desenvolvimentismo e a questão ambiental.

Nessa última década se percebe como a palavra sustentabilidade está sendo incorporada nas conferências internacionais e nos debates sobre o desenvolvimento mundial. Nos discursos políticos e científicos é muito utilizado o termo “economicamente viável, socialmente equânime e ecologicamente sustentável”, porém o que observamos em nosso sistema de forma hegemônica é uma insustentabilidade latente, seja do ponto de vista econômico, cultural, ambiental, social e ético (RATTNER, 2009).

Com esse conceito é fortalecido os diversos movimentos em prol da preservação ambiental, ecológica e dos seres vivos no Brasil.

A partir de então, iniciou-se a formação, entre os profissionais de saúde, de uma nova mentalidade, integrando uma abordagem mais holística e a consciência ecológica no trato das questões afeitas à promoção, à proteção e à recuperação da saúde da população com o objetivo de gerar medidas concretas de proteção ao meio ambiente (BRASIL, 2002).

Na Declaração de Alma-Ata (DAA) resultado da Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde - realizado no Cazaquistão, em setembro de 1978 - assume-se a saúde como um direito humano fundamental. Attingir o mais alto nível de saúde em todas as nações corresponderia a mais importante meta social a nível mundial. Para atingir essa meta é necessária a ação conjunta de setores para além da saúde, ainda mais que o contexto mundial é de profundas desigualdades entre países e entre regiões de um mesmo país (BRASIL, 2002).

A saúde dos povos resulta de um conjunto de interdependências e reciprocidades e na DAA são reconhecidos os diversos fatores que a determinam: a paz mundial, o desenvolvimento socioeconômico e a qualidade de vida além de entender a participação e envolvimento no planejamento e prestação dos cuidados de saúde como um direito e dever das pessoas. Envolvem, além do setor saúde, todos os setores e aspectos correlatos do desenvolvimento nacional e comunitário, mormente a agricultura, a pecuária, a produção de alimentos, a indústria, a educação, a habitação, as obras públicas, **as comunicações** e outros setores (BRASIL, 2002).

Com um grande desafio proposto “todos os povos, até ao ano 2000, atinjam um nível de saúde que lhes permita uma vida saudável e economicamente produtiva”. Para tal, apela-se

à responsabilidade de governos, organizações supranacionais e comunidade internacional para colaborar na implementação dos Cuidados de Saúde Primários, entendidos como elemento chave na obtenção da “Saúde para Todos” e pautados pela acessibilidade universal, equidade e justiça social. Essa tem sido considerada como a primeira declaração internacional que despertou e enfatizou a importância da atenção primária em saúde, desde então defendida pela OMS como a chave para uma promoção de saúde de caráter universal (BRASIL, 2002).

Em 1986 foi realizada a Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde em Ottawa, Canadá. Na sua Carta de Intenções é enfatizado um novo modelo de saúde pública que deverá ser alcançado até o ano 2000 e garantir a continuidade para os anos seguintes:

As discussões focalizaram principalmente as necessidades em saúde nos países industrializados, embora tenham levado em conta necessidades semelhantes de outras regiões do globo. As discussões foram baseadas nos progressos alcançados com a Declaração de Alma-Ata para os Cuidados Primários em Saúde, com o documento da OMS sobre Saúde Para Todos, assim como com o debate ocorrido na Assembléia Mundial da Saúde sobre as ações intersetoriais necessárias para o setor (BRASIL, 2002, p. 23).

Seguiram-se, desde então, várias outras Conferências sobre Promoção, mas nenhuma com o relevo e inovação associados a esta que emergiu de um movimento mundial por uma nova Saúde Pública, como resposta e reação às crescentes expectativas de saúde e bem estar, particularmente nos países mais industrializados. A Conferência de Ottawa, em 1986, que introduziu o conceito de promoção da saúde através da Carta de Ottawa:

Promoção da saúde é o nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente. A saúde deve ser vista como um recurso para a vida, e não como objetivo de viver. Nesse sentido, a saúde é um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Assim, a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global (BRASIL, 2002, p. 19).

A Carta ressalta que é preciso buscar condições favoráveis para que os fatores políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, comportamentais e biológicos não prejudiquem a saúde, entendendo que o setor saúde sozinho não dá conta sendo “necessárias ações intersetoriais e interinstitucionais entre governo, setor saúde e outros setores sociais e econômicos, organizações voluntárias e não-governamentais, autoridades locais, indústria e **mídia**” (BRASIL, 2002).

Se na Conferência Internacional sobre Cuidados de Saúde Primários o objetivo era diminuir as desigualdades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, e entre regiões

desfavorecidas na 1ª Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde o foco estava principalmente nos países industrializados.

Em junho de 1992 foi realizada no Rio de Janeiro a ECO-92 que trouxe para o debate as recomendações do Relatório Brundtland, os temas abordados vinte anos antes no 1º Congresso Mundial sobre Meio Ambiente, em Estocolmo. O principal resultado dessa conferência foi a elaboração de dois documentos, assinados por 178 países (BRASIL, 1992):

1. A Declaração do Rio - que preconiza o estabelecimento de acordos internacionais que protejam a integridade do sistema ecológico da terra, ao mesmo tempo em que garantam o desenvolvimento das nações e a melhoria da qualidade de vida, respeitando os interesses de todas as partes;

2. A Agenda 21 Global - que plano de ação que tem como objetivo estabelecer uma série de programas práticos que viabilizem um mundo equilibrado, reconhecendo a complexidade e envolvimento de temas como crescimento populacional, pobreza, desperdício, degradação ambiental, saúde, violência, conflito e decadência urbana, entre outros.

A partir da ECO-92 o conceito de desenvolvimento sustentável assumiu dimensão realmente internacional como exposto no preâmbulo da Agenda 21 Global:

A Agenda 21 está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental. O êxito de sua execução é responsabilidade, antes de mais nada, dos Governos. Para concretizá-la, são cruciais as estratégias, os planos, as políticas e os processos nacionais. A cooperação internacional deverá apoiar e complementar tais esforços nacionais. Nesse contexto, o sistema das Nações Unidas tem um papel fundamental a desempenhar. Outras organizações internacionais, regionais e subregionais também são convidadas a contribuir para tal esforço. A mais ampla participação pública e o envolvimento ativo das organizações não-governamentais e de outros grupos também devem ser estimulados. (BRASIL, 1992, Capítulo 1º - Preâmbulo, item 1.3, 1992).

E no capítulo 31 no preâmbulo, “**A Melhoria da comunicação e cooperação entre a comunidade científica e tecnológica, os responsáveis por decisões e o público**” aponta a comunicação como ação estratégica e delega responsabilidade para alcançar os objetivos propostos (BRASIL, 1992).

Na Agenda 21 do Estado de Pernambuco (2002), no capítulo Bases de Ação para Sustentabilidade, a Estratégia 5 - **Sustentabilidade do Setor de Comunicação** relata que os problemas de comunicação não afetam apenas o setor econômico e com o uso democrático e sustentável da comunicação é possível ampliar o futuro da população local através de estratégias de: **Expansão dos serviços de comunicação; Diminuir as desigualdades sociais;**

Elevar o grau de inserção social nos trabalhos de telecomunicações; Consolidar a infraestrutura de informática; Socializar os meios de comunicação e informação na Inter e Intranet e por fim, **Compatibilizar o setor de comunicações com a questão ambiental** (PERNAMBUCO, 2011).

A partir de então, as questões ambientais fizeram parte das grandes agendas, em grande parte, apenas no discurso, em uma menor parte, conseguiu ser concretizada na prática. O campo da saúde pública começou a absorver os conceitos ambientais e surge a Saúde Ambiental como uma proposta nova e ousada de interface entre saúde e ambiente. Segundo Franco Netto (2009) a Saúde ambiental compreende os aspectos da saúde humana que são determinados por fatores físicos, químicos, biológicos, sociais e psicológicos no meio ambiente que refletem na qualidade de vida. Refere-se também a teoria e prática de avaliação, correção, controle e prevenção de fatores que, quando presentes no ambiente, podem afetar potencialmente de forma adversa a saúde humana da geração atual e futura.

De acordo com as entrevistas realizadas por Mendonça e Carneiro (2009), a realização de uma Conferência Nacional que discutisse questões e norteasse uma política ambiental vinha sendo idealizada desde a ECO-92, mas apenas depois de dezessete anos - em 2009 - é que essa ideia é concretizada a partir do processo de construção da 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental (CNSA). Um processo que se deu na perspectiva da intersetorialidade: sua convocação foi deliberada na 13ª Conferência Nacional de Saúde (13ª CNS) no Eixo III: inéditas, nos itens 68 e 70, na 3ª Conferência Nacional das Cidades (3ª CNC) no Eixo I: as intervenções urbanas e a integração de políticas, no item 42ª, ambas realizadas em novembro de 2007 e na 3ª Conferência Nacional do Meio Ambiente (3ª CNMA), realizada em maio de 2008 (Eixo II: Adaptação – Saúde, no item 1), processo esse construído mediante alianças entre gestores, técnicos, pesquisadores e militantes engajados (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2009).

Em 15 de maio de 2009, o Presidente da República publicou o decreto de convocação e de coordenação conjunta dos Ministérios da Saúde, do Meio Ambiente e das Cidades. A 1ª CNSA foi realizada de 9 a 12 de dezembro de 2009 através de uma parceria entre os três ministérios e a representação respectiva de controle social sendo precedida por conferências municipais e estaduais. O lema da conferência foi “Saúde e Ambiente: vamos cuidar da gente” e o tema “A saúde ambiental na cidade, no campo e na floresta: construindo cidadania, qualidade de vida e territórios sustentáveis” (STOTZ; PERES, 2009).

O objetivo da CNSA foi definir as diretrizes para nortear a Política Nacional de Saúde Ambiental e foi uma conferência que apresentou desafios peculiares por seu caráter

intersetorial, em que as relações entre saúde, ambiente e desenvolvimento urbano foram discutidas de forma a integrar as políticas setoriais, mesmo tendo claramente pontos de extremo conflito, além de propiciar um debate e articulação com diversos segmentos da sociedade, em especial com os movimentos sociais (BRASIL, 2007).

No dia 3 de junho de 2009 o Conselho Nacional de Saúde (CNS) publicou o texto convocatório da 1ª CNSA definindo que, nas esferas municipais, estaduais e do Distrito Federal, os setores de saúde, meio ambiente, infraestrutura, saneamento, educação e trabalho devem se articular, entre si e com a sociedade, para realizar as etapas locais da conferência (SANTOS, 2010).

Ficou estabelecido que as comissões organizadoras de cada etapa garantissem a participação, além das diversas instituições públicas responsáveis, dos distintos movimentos sociais, entidades privadas e de classe e ONGs que se dedicam a estas questões, num esforço de ampliar significativamente a participação da sociedade organizada na Conferência. A partir dessas publicações os municípios e os estados tiveram de se organizar para atender a demanda do CNS. No estado de Pernambuco alguns municípios realizaram Seminários/Plenárias, já que não conseguiram realizar as conferências municipais, para fortalecer a discussão do tema da 1ª Conferência de Saúde Ambiental, reunindo os representantes (convidados e observadores) e eleger os delegados das etapas regionais e estadual (MENDONÇA; CARNEIRO, 2009).

Santos (2010) realizou uma pesquisa ação⁸ durante o processo de discussão e construção das questões abordadas no processo municipal e estadual em Pernambuco e analisou os temas eleitos em plenária. Ela identificou pouca expressão de propostas sobre os problemas socioambientais frente à instalação da RNEST, constatou que a maioria dos delegados participantes ainda não estavam conscientes dos problemas que chegarão ao território pois apresentaram uma baixa mobilização social em relação a alguns temas de injustiças sociais que já estão ocorrendo no território estratégico de Suape, a exemplo da desapropriação dos moradores/pescadores que residem na Ilha de Tatuoca.

Apesar disso algumas propostas sobre a questão da refinaria foram discutidas e apresentadas, e nelas é referenciada a importância da comunicação. Destaca-se uma proposta elaborada no seminário do município Cabo de Santo Agostinho e que foi encaminhada para a CESA que trata da questão da comunicação e participação para combater os impactos socioambientais da refinaria: “criar estratégias de comunicação de risco no município para

⁸ Pesquisa-ação que é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, na qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (AUGUSTO; FLORÊNCIO; CARNEIRO, 2001).

discutir o impacto sócio ambiental causado pela instalação da refinaria e outras indústrias” (SANTOS, 2010). Na etapa estadual destacam-se as seguintes diretrizes e ações estratégicas com interface da comunicação social:

- **Mobilização da sociedade** para as questões relacionadas à saúde ambiental através de meios de **comunicação de massa**;
- Desenvolver **trabalhos educativos** em saúde ambiental voltados para o **protagonista popular**;
- Instituir **meios de divulgação das leis ambientais, dos planos diretores, utilizando as diversas formas de mídias, biblioteca, internet** sob princípios da transparência e da gestão democrática;
- Implantar programas de **educação e conscientização ambiental** nos espaços públicos e privados (CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE (PE), 2009).

Na etapa nacional dentre suas diretrizes destaca-se o tema 5: **Educação, Informação, Comunicação e Produção de Conhecimento**, cuja ação estratégica aprovada no relatório parcial (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2009) é:

Promover e garantir a Educação contínua em Saúde Ambiental em todos os níveis de ensino e segmentos da sociedade elaborada conjuntamente com instituições de ensino superior dos municípios e da região, entidades e profissionais que atuam com a temática saúde e meio ambiente, órgãos governamentais e veículos de comunicação, visando capacitar os trabalhadores rurais, urbanos e comunidade geral, para a informação e potencialização das ações de conscientização, por meio de Diagnóstico Socioambiental e Projetos Educativos com o Plano de Ação e Orientação (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2009).

A comunicação assume uma importância cada vez maior em todos os setores da atividade humana. A atuação no campo da saúde pública tem gerado vários desafios, principalmente a busca pela ampliação da autonomia dos sujeitos. Surgem novas possibilidades de articulação entre democracia, saúde e o conjunto das políticas públicas, entre elas a de comunicação. Por outro lado se percebe dificuldade na implementação, seja por ausência de vontade política do poder executivo, por contrariar interesses políticos, econômicos, corporativos ou por contrapor-se às culturas institucionais solidamente arraigadas.

No entanto o tema da comunicação permanece em evidência nos diversos fóruns, que clamam pela emergência de novas estratégias e a conquista de espaços institucionais. É preciso ir além da ampliação temática, e buscar a ampliação do direito à fala dos diferentes sujeitos envolvidos na construção do SUS, de uma comunicação que vá além do caráter “*transferencial*” que ainda é muito difundido. É importante abordar os fenômenos de comunicação como processos de construção de sentidos, que vão sendo disputados e negociados, tanto na instância de produção, como de circulação e recepção.

Todas essas convenções, como apresentadas no quadro 1, consideraram como importante a contribuição que o campo da comunicação deve dar para o alcance efetivo e a

melhoria de vida dos povos sendo esta estratégica para a realização das ações de saúde e diálogo com a população, o que é necessário e a efetivação de ações.

No próximo ano, em junho de 2012, será realizada mais uma **Conferência das Nações Unidas em Desenvolvimento Sustentável**: a RIO+20, que irá fazer uma avaliação destes vinte anos pós RIO-92. Os temas centrais da conferência serão a economia verde e a erradicação da pobreza, no contexto do desenvolvimento sustentável e o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável.

Relatórios das Convenções	Abordagem envolvendo o campo da comunicação
RELATÓRIO BRUNDTLAND (1987)	Como parte de sua contribuição ao desenvolvimento econômico e social deve-se utilizar a ciência e a tecnologia para descobrir, evitar e combater os riscos que ameaçam o meio ambiente, para solucionar os problemas ambientais e para o bem comum da humanidade (Princípio 18).
DECLARAÇÃO DE ALMA ATA (1978)	“Envolvem, além do setor saúde, todos os setores e aspectos correlatos do desenvolvimento nacional e comunitário, mormente a agricultura, a pecuária, a produção de alimentos, a indústria, a educação, a habitação, as obras públicas, as comunicações e outros setores.
A CARTA DE OTTAWA (1986)	É preciso buscar condições favoráveis para que os fatores políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, comportamentais e biológicos não prejudiquem a saúde. E que o setor saúde sozinho não dá conta sendo necessárias ações intersetoriais e interinstitucionais entre governo, setor saúde e outros setores sociais e econômicos, organizações voluntárias e não-governamentais, autoridades locais, indústria e mídia .
AGENDA 21 (1992) da RIO 92	“ Melhoria da comunicação e cooperação entre a comunidade científica e tecnológica, os responsáveis por decisões e o público ” aponta a comunicação como ação estratégica e delega responsabilidade para alcançar os objetivos propostos.
AGENDA 21 de PE (2002)	Estratégia 5 - Sustentabilidade do Setor de Comunicação relata que os problemas de comunicação não afetam apenas o setor econômico e com o uso democrático e sustentável da comunicação é possível ampliar o futuro da população local através de estratégias de: Expansão dos serviços de comunicação; Diminuir as desigualdades sociais; Elevar o grau de inserção social nos trabalhos de telecomunicações; Consolidar a infra-estrutura de informática; Socializar os meios de comunicação e informação na Inter e Intranet e por fim, Compatibilizar o setor de comunicações com a questão ambiental (AGENDA 21 DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2002, p. 105).
1ª CESA/PE (2009)	Criar estratégias de comunicação de risco no município para discutir o impacto sócio ambiental causado pela instalação da refinaria e outras indústrias; Mobilização da sociedade para as questões relacionadas à saúde ambiental através de meios de comunicação de massa; Desenvolver trabalhos educativos em saúde ambiental voltados para o protagonista popular; Instituir meios de divulgação das leis ambientais, dos planos diretores, utilizando as diversas formas de mídias, biblioteca, internet sob princípios da transparência e da gestão democrática; Implantar programas de educação e conscientização ambiental nos espaços públicos e privados (CESA, 2009).
1ª CNSA (2009)	Tema 5: Educação, Informação, Comunicação e Produção de Conhecimento , cuja ação estratégica aprovada no relatório parcial (CNSA, 2009).

Quadro 1: Síntese da abordagem do tema comunicação social em algumas convenções de saúde e ambiente

2.6 Os Conflitos Socioambientais nos processos de industrialização

Os conflitos se fazem presentes em todas as sociedades e conformam um fato social, e que sobre a perspectiva sociológica podem ser vistos como uma disfunção, como um fato social normal ou um motor propulsor da história (SILVA, T., 2009).

Os conflitos socioambientais têm sua origem na luta contra a reprodução das desigualdades sociais e tem distintas formas de se manifestarem, que segundo Tarcísio Silva (2009) pode resultar tanto do inconformismo de populações a instalações de indústrias poluentes em proximidades às suas moradias, quanto à luta pelo acesso a recursos naturais necessários à sua reprodução. Os conflitos são materializados a partir do momento que se questiona o modelo de desenvolvimento, seus impactos e o comprometimento aos recursos naturais.

As discussões realizadas em fóruns internacionais na última década, em especial os estudos promovidos pelas Nações Unidas, recomendam a incorporação de vários temas nos estudos de desenvolvimento sustentável, entre eles a visão ecológica, ambiental, social, política, econômica, demográfica, cultural, institucional e espacial. A noção de sustentabilidade é estabelecida dentro de um espaço multivariado que inclui as dimensões ambientais, econômicas e sociais, ou seja, todas as condições que exercem influência sobre a estabilidade da sociedade num determinado espaço geográfico.

Embora o problema da saúde ambiental tenha sido identificado e reconhecido, sua incorporação à lógica econômica ainda é parcial e a degradação ambiental ainda é vista como uma externalidade aos custos econômicos na maior parte dos casos.

Apesar dessas limitações, inúmeras teorias e práticas de promoção do desenvolvimento com preservação ambiental foram introduzidas internacionalmente nos últimos quinze anos, e colocadas em prática no Brasil dando respaldo aos atores sociais no embate de conflitos socioambientais. Essas iniciativas foram ancoradas na ideia de que é viável, e lógico, promover-se o desenvolvimento sustentável, pois o atendimento às necessidades das futuras gerações depende de que hoje se faça uso racional dos recursos naturais existentes. Existem duas suposições fundamentais na promoção do desenvolvimento sustentável: a de que é economicamente racional e eficiente aderir ao mesmo, e a segunda de que é uma atitude humana racional subscrever à sustentabilidade, pois a sua ausência coloca

em risco a reprodução da vida humana (AUGUSTO, 2005, 2009; RIGOTTO; AUGUSTO, 2007; SILVA, T., 2009; STOTZ; PERES, 2009).

É em torno da ideia de (in) justiça ambiental onde a exposição dos riscos e danos ambientais é determinada pela origem social ou étnica dos grupos atingidos que surgem os conflitos ambientais.

Ao questionar-se o modelo de desenvolvimento que vivenciamos, seus impactos e o comprometimento aos recursos naturais, cria-se uma atmosfera favorável para que tais conflitos se materializem, mesmo que notadamente as disputas em torno do meio ambiente acompanha as discussões sobre os destinos do Brasil desde os tempos do império. De outro modo, as manifestações de conflitos podem ser também mapeadas geograficamente, como já vêm acontecendo em várias partes do país (SILVA, T., 2009).

Diante a exposição não equitativa a esses riscos e em populações atingidas e com bom nível de organização começam a se articular e reivindicar por justiça ambiental em diversas situações e lugares. Observam-se também estudos e pesquisas que defendem o desenvolvimento sustentável.

Em 2010 foi lançado um projeto da FIOCRUZ em parceria com o Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde chamado *Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e Saúde no Brasil*, cujo objetivo é apoiar populações e grupos atingidos por projetos e políticas baseadas numa visão de desenvolvimento considerada insustentável e prejudicial à saúde por tais populações, bem como movimentos sociais e ambientalistas parceiros. O resultado da pesquisa foi a sistematização de 300 casos utilizando o georreferenciamento e está disponível em site próprio, onde organiza e reúne informações que foram coletadas a partir de diversas fontes, com o intuito de dar visibilidade as mais variadas vozes que denunciam e lutam pela melhoria da qualidade de vida nos seus territórios (MAPA..., 2011).

Infelizmente, as questões sobre os impactos socioambientais ocasionados pela Refinaria em Pernambuco ainda não entraram nessa pesquisa, o que reforça a tese da (ainda) baixa preocupação e invisibilidade do problema, por outro lado, ainda poderá ser agregado ao projeto que permite esta atualização.

Como o foco desse estudo é analisar o discurso da mídia impressa, e tentar revelar alguns dos conflitos não exaltados, no caminho dessa busca descobriram-se diversos atores/pesquisadores que tinham um discurso diferente ao hegemônico que está posto pela mídia, pelos empresários e pelo governo de Pernambuco. Um discurso diferente que parece estar diluído nas páginas escassas dos jornais, na televisão e na internet - em diversos sites ou

blogs institucionais⁹ ou pessoais e em iniciativas isoladas e desarticuladas – e em alguns núcleos de pesquisas que não sabem da existência uns dos outros. Interessante ressaltar que os blogs institucionais dos jornais impressos parecem ter uma maior “liberdade” de opinião, pois mesmo sem ter um discurso com tom de militância radical eles apontam uma maior liberdade de expressão do jornalista (GOMES, 2010). A esse fato pode ser associado, talvez, pela pouca audiência que estes veículos têm como uma forma da empresa de comunicação publicizar uma imagem de “empresa com responsabilidade social” ou “empresa verde” um tanto compensatória, ou por que as empresas de comunicação ainda não atentaram para a relevância desses espaços alternativos.

O pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, Cavalcanti (2008), apresenta um resgate histórico dos primeiros planos de desenvolvimento econômico para o território pernambucano; assim como o início dos primeiros embates entre a “*destruição cega*” ocasionada por esse desenvolvimento a todo custo e um dos primeiros movimentos que questionavam os impactos no ambiente e na vida das pessoas liderado por ele a partir de 1975 (CAVALCATI, 2008).

O projeto do desenvolvimento industrial para Suape já estava planejado há anos. Nos anos 1970, quando foi lançado o projeto do porto de Suape já se pensava na construção de grandes empreendimentos de base (uma refinaria de petróleo, um complexo de fertilizantes, uma fábrica de alumínio, uma de cimento e uma de pneumáticos) que iriam contribuir para o desenvolvimento do estado e Nordeste justificando esta ser uma região estratégica, tanto pela sua proximidade à capital pernambucana como pela oferta de recursos naturais necessários:

Quanto à escolha do local para isso – Suape, um espaço bellissimo, povoado de gente e contendo rios, praias, manguezais, matas, pomares de frutas e canaviais –, a justificativa residia em existirem ali “condições naturais propícias” para a instalação de um porto com boa profundidade. Além de “disponibilidade de retroterra para realização de obras portuárias”, retroterra até então “ocupada apenas por canaviais e alguns resíduos de mata e pequenos sítios” – certamente desimportantes –, além de banhada por “vários cursos d’água (CAVALCANTI, 2008).

Olhando através da perspectiva da economia ecológica, como o próprio Cavalcanti (2008) define, como “*uma visão da atividade ou processo econômico na ótica da natureza*”, as intervenções econômicas têm que contemplar as repercussões ecológicas e os projetos de desenvolvimento econômico têm que ser examinados rigorosamente para avaliação dos custos

⁹ O Blog Ciência e meio ambiente embora pertença ao *Sistema Jornal do Commercio de Comunicação*, assume uma postura mais crítica do que o próprio jornal do Commercio e o Diário de Pernambuco em relação aos impactos socioambientais em Suape. Nos seus artigos aparecem em maior quantidade e qualidade questões sobre protestos, debates sobre o caso, fiscalização, críticas e resposta (GOMES, 2010).

ambientais (e da saúde, acrescentaria). E foi com esta concepção que o autor, junto com um grupo de professores e pesquisadores de Pernambuco (historiadores, ecólogos, sociólogos, economistas) escreveram um manifesto denunciando os males do empreendimento do porto de Suape, cujo projeto estava sendo lançado pelo governo de Pernambuco.

Publicado em abril de 1975 no semanário *Jornal da Cidade* o manifesto “a propósito de Suape” foi interpretado como um manifesto contra o progresso e contra um projeto tão importante para o estado. Nos dias seguintes à publicação foi um ‘*bombardeio*’ de matérias e declarações repudiando a iniciativa do grupo:

Eu a começava afirmando que a redigia “para que não se diga mais tarde que não houve quem protestasse contra o apressado projeto de construção do porto de Suape”. Argumentava que não se devia destruir a natureza sem mais aquela, como se fez com a Mata Atlântica ao longo da colonização e nos tempos seguintes. Procurava chamar a atenção para se evitarem “os erros passados, pelo caráter lamentavelmente irreversível das decisões tomadas, sem maior consideração de custos e benefícios de prazo longuíssimo”. E concluía com a consideração de que “um pouco mais de reflexão valeria a pena, numa situação como a de Suape”, declarando: “pouco está a meu alcance fazer para impedir que violência como a construção de um porto em Suape se efetive. Mas não abdicarei do pouco que me resta nesse campo” (CAVALCANTI, 2008, p. 7).

O manifesto colocou em pauta a discussão na mídia, mas como naquela época as questões ambientais ainda não eram consideradas relevantes foi avaliado como um olhar pessimista contra a melhoria do estado e causou grande movimento de repúdio: “[...] Ninguém, praticamente, se preocupava em 1972-1975 com ações em defesa do meio ambiente. O assunto era de baixa popularidade, para todos os efeitos ignorado, e não havia um movimento ecologista atuante no país” (CAVALCANTI, 2008, p. 8). Na atualidade o manifesto “A propósito de Suape” provavelmente não seria massacrado como naquela época, mas sem dúvida são questões geradoras de grandes conflitos contra hegemônicos que precisam ser resgatadas e pautadas à luz dos acordos ambientais citados anteriormente, serem colocadas no debate, na discussão, ainda que o mesmo discurso de 1975 fosse repetido como um mantra pelos políticos, governistas e pela mídia: “o projeto de Suape “trará emprego, melhorará as condições de vida das populações do Estado e dará condições de aumentar a produtividade dos campos de Pernambuco e da região”, absorvendo “o excedente de população do meio rural da microrregião onde se localizará” (CAVALCANTI, 1975, 2008).

Muitos desses conflitos aparecem também através da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho e que até podem ser considerados como efeitos sentinelas, pois se há exposição ao perigo nos processos de trabalho conseqüentemente há grande probabilidade de haver perigo também para a sociedade como um todo. Junto aos

sindicatos e demais movimentos sociais, os trabalhadores unem forças e através de protestos, paralisações e greves chamam atenção para seus problemas e inevitavelmente a mídia noticia. A conotação dessa notícia é que precisa ser analisado.

Mesmo que o discurso pareça ser hegemônico, forte e monolítico em favor do desenvolvimento e crescimento do poder econômico ilimitado e a qualquer preço, através de um mergulho um pouco mais profundo pode-se encontrar o dissenso, o pensamento diferente, daqueles que querem um crescimento, porém, com responsabilidade daqueles que entendem que a garantia do emprego é um determinante social, mas longevidade desse emprego e a garantia de um futuro com qualidade de vida é um determinante social muito mais importante para a saúde. É importante salientar que os perigos decorrentes de processos produtivos e tecnologias que ignoram ou desprezam as necessidades de seres humanos e do ambiente não são enfrentados só tecnicamente por especialistas e cientistas, mas pela atuação organizada dos trabalhadores e dos cidadãos em geral em defesa da vida e da democracia (PORTO, 2008).

O enfrentamento dos grupos aos impactos gerados pelas fontes poluidoras vai depender da sua capacidade organizativa, sua história e experiência de luta e de seu entendimento sobre os problemas atuais e futuros (SILVA, T., 2009).

Os princípios discutidos nas convenções e os diversos estudos sobre essa temática precisam se articular entre si ao mesmo tempo em que se aproximam dos movimentos sociais para o fortalecimento e maior visibilidade dos conflitos existentes possibilitando, assim, a criação de estratégias para enfrentamento dos problemas de forma efetiva.

Mas é preciso garantir o direito humano à comunicação. O direito de expressão sobre temas de interesse público precisam ser garantidos pelos meios de comunicação, que são um dos principais espaços de circulação de informação e cultura e um dos mais importantes para a referência de valores e formação da opinião pública. Trata-se de uma arena de disputa e de debate político, que contribui para a garantia dos direitos civis e políticos e é espaço para que parte deles seja exercida. Esta arena, portanto, deve ser sempre um espaço plural e diverso, não apropriado por interesses comerciais. Assim, esperar que a mídia contribua na promoção dos direitos humanos significa trabalhar com a expectativa de que ela cumpra seu papel de atuar balizada no interesse público.

2.7 Comunicação, Saúde Pública e Saúde Ambiental

A comunicação está presente no mundo desde as primeiras comunidades humanas, evoluindo com o desenvolvimento do signo e da linguagem. Também é um tema eivado pelo senso comum do qual todo mundo participa e tem uma opinião, pois é um fenômeno intrinsecamente social por ser decorrente de uma consciência reflexiva. Mas para ir além deste entendimento comum a todos é necessário um olhar sobre a comunicação como objeto de estudo, o que nos permite compreender as suas interrelações e implicações com outros setores e áreas da atividade humana (ARAÚJO, 2002).

A origem latina da palavra, *comunicare*, significa ‘transmitir’, o ato de ‘fazer saber’, ‘participar’, ‘estabelecer ligação’ ou ‘unir’. Comunicar tem como finalidade levar a todas as pessoas o conhecimento e sentimentos com relação a uma particularidade ou a um conjunto de particularidades. Ter correspondência. A comunicação é, portanto, uma relação que os indivíduos estabelecem dentro de uma comunidade com o objetivo de obter um entendimento recíproco (HOHLFELDT, 2001).

Assim, não há possibilidade de ordenamento simbólico ou de organização social sem a interferência da comunicação. Ou seja, o conceito ‘Comunicação’ se refere, na verdade, ao próprio espaço simbólico (espontâneo ou organizado; natural ou artificial) no qual se dá a interação psicológica, social e de poder entre sujeitos, agentes, atores e autores sociais.

A comunicação como uma matriz estratégica para funcionamento dos campos sociais, seja nas relações entre eles e também nos modos com que cada campo se constitui e funciona, tem se configurado como objeto de interesse da ciência, tanto como uma categoria explicativa da práxis nos planos das redes *socio-técnicas-institucionais*, quanto como uma dimensão levada em conta dentro desses ‘espaços’ (FAUSTO-NETO, 1995). Quando o educador Paulo Freire (2002) afirma que “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” está, também, conceituando o ato de comunicar. Toda sua obra tem como base a comunicação dialógica. Quando fala de uma educação para libertar o ser humano de qualquer situação de opressão – social, política, econômica, cultural e ideológica – está falando da comunicação como um processo entre sujeitos ativos, históricos, referendados na sua alteridade:

Comunicação é a coparticipação dos sujeitos no ato de pensar...implica numa reciprocidade que não pode ser rompida. O que caracteriza a comunicação enquanto esse comunicar, comunicando-se, é a que ela é diálogo, assim como o diálogo é

comunicativo. A educação é comunicação, diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados (FREIRE, 1997, p. 25).

Da mesma forma que Freire coloca a educação verdadeira como condição premente de humanização de homens e mulheres, na busca da transformação do mundo, destaca também como condicionante uma comunicação verdadeira. A ação dialógica, comunicativa, de construção democrática de uma identidade de cidadãos e mesmo de consumidores como sujeitos de direito é estratégica para avançar no diálogo entre muitos sentidos na busca da construção da saúde e da vida, assim como a comunicação plurivocal de Bakhtin (1986). Nessa construção de sentidos, a palavra tem um lugar privilegiado, na medida em que é um dos elementos fundamentais para se compreender e apreender as relações e que representam, nas diferentes formas de discurso (discursos¹⁰), os modos de pensar e viver das sociedades em cada época histórica (BAKHTIN, 1986).

Segundo Bakhtin, a língua, em sua totalidade concreta, viva, em seu uso real, tem a propriedade de ser dialógica. Essas relações dialógicas não se circunscrevem ao quadro estreito do diálogo face a face, que é apenas uma forma composicional, em que elas ocorrem. ao contrário, todos os enunciados no processo de comunicação, independentemente de sua dimensão, são dialógicos. Neles, existe uma dialogização interna da palavra, que é perpassada sempre pela palavra do outro, é sempre e inevitavelmente também a palavra do outro (FIORIN, 2008).

Na saúde, como campo de ação do Estado, em relação à sociedade, mediado por suas políticas, programas e ações observa-se que a comunicação, desde os primórdios da saúde pública vem merecendo atenção quanto ao alcance de sua efetividade. Aliás, identifica-se a relação da comunicação com a saúde desde os primeiros registros da medicina em papiros e outros suportes escritos, descobertos séculos atrás e que apresentavam diversos procedimentos de diagnóstico, tratamento e até cirúrgicos (HANSEN, 2004).

E ela (a comunicação) está presente também no campo da saúde durante toda a trajetória da gestão pública brasileira. Área que deve ser considerada como processo das políticas de saúde (FAUSTO-NETO, 1995).

A década de 1920 foi um importante momento histórico onde surgiam as primeiras mudanças significativas no pensamento médico-sanitário no Brasil. Acompanhando este movimento, a comunicação começa a ser utilizada no intuito de promover a mudança de comportamento da sociedade quanto às questões de saúde e higiene. As práticas educativas e de comunicação começariam a ter uma preocupação na adequação de seus métodos e ajustes de linguagem. Após a Era Vargas (1930-1945), onde a educação, a comunicação e a saúde se

¹⁰ Pois reconhece a existência de múltiplos discursos em disputa na sociedade (BAKHTIN, 1986)

revelaram estratégias econômicas e ideológicas, apoiadas no modelo publicitário, a comunicação na saúde toma um rumo distinto. A partir da década de 1945 a comunicação na saúde considerava a heterogeneidade dos atores sociais e suas relações interpessoais que eram vistas como canais de comunicação e disseminação de informação. O ‘receptor’ que até então era passivo começa a assumir o papel de interlocutor nas ações comunicativas.

O Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) foi seu principal expoente desse modelo no Brasil. (ARAÚJO 2004; CARDOSO, 2003).

Associada com frequência às práticas educativas em saúde, a comunicação foi, no entanto, assumindo a configuração de um conjunto de instrumentos e práticas voltados para ‘persuadir’, ‘convencer’ os indivíduos da população sobre as explicações oficiais e os procedimentos ou intervenções das autoridades sanitárias sobre os problemas, os quais deveriam ser incorporados nos comportamentos e atitudes pelo ‘bem de sua saúde’ (CARDOSO, 2001).

A ampliação do conceito de saúde na Constituição de 1988 foi chave para a construção do Sistema Único de Saúde - SUS, orientado pelo princípio da participação social na implementação de sua política. Construiu-se a partir de então o desejo de que com o exercício do ‘controle social’ a transmissão unidirecional do Estado para a sociedade perderia força, cedendo lugar à voz ativa da população na esfera pública com sua efetiva contribuição nos processos de tomada de decisão política e de ação.

As práticas de comunicação ‘campanhistas e normativas’ da tradição sanitária passam a ser questionadas e surge a necessidade de uma dinâmica condizente com a democratização do Estado e da Sociedade. O novo arcabouço institucional e jurídico possibilitados pela Constituição de 88 exige das instituições – entre elas as de saúde – lógicas distintas de funcionamento, incorporando aquelas oriundas dos meios de comunicação de massa mediados pelo rádio, TV e internet e, os locais, de caráter comunitário e alternativo.

De fato com os avanços científicos e tecnológicos e dos meios de comunicação de massa essa relação se tornou mais evidente (HANSEN, 2004), e os exemplos atuais são inúmeros, como a participação e contribuição dos meios de comunicação no controle da AIDS desde seu surgimento no Brasil. Nenhuma outra doença tinha estado tanto na mídia desde seu aparecimento. Outro caso mais recente é o da pandemia da gripe H1N1 em 2009, que teve na mídia dois espaços: o provocador de pânico num primeiro momento e do esclarecimento e informativo num segundo. Diante tanta confusão, para 2010, o Ministério da Saúde elaborou um plano de comunicação para um controle mais efetivo da doença com várias estratégias educativas, preventivas e assistenciais.

Em uma área específica da saúde, a saúde ambiental, também mantém um diálogo com o campo da comunicação como pudemos perceber no capítulo sobre as convenções de meio ambiente e saúde. Nos contextos socioambientais onde estão os processos produtivos e onde se estabelecem padrões de consumo e de contaminação ambiental a “comunicação” vem se constituindo e sendo vista como necessária para as ações de promoção e proteção da saúde coletiva e controle das situações geradoras de riscos, ou melhor, situações de vulnerabilidades, nocividades e perigos. Nessa área constituiu-se então a Comunicação de Risco.

A comunicação de risco é uma das estratégias para enfrentamento das nocividades, seja nas situações relacionadas à exposição a substâncias perigosas, facilitando as ações em casos de desastres naturais e tecnológicos, ou no enfrentamento das situações de perigo deles advindas. Dada a grande difusão do que se denomina de ‘análise de risco’ para orientar os processos de ‘comunicação de risco’, vamos inicialmente conceituá-la como um conjunto de conhecimentos e metodologias que avalia e deriva a probabilidade (risco) de acontecer um efeito adverso por um agente (químico, físico, biológico e outros), decorrente de processos industriais, tecnologia ou natural. No campo sanitário, o risco de modo geral está relacionado com efeito adverso à saúde, tal como a morbidade e mortalidade, isto é, como algo negativo (LIEBER, GOUVEIA, AUGUSTO, 2004; PORTO, 2008).

Apesar da existência de iniciativas voltadas para a comunicação desses perigos (risco), ainda é modesta a aplicação de estratégias de forma planejada, coesa e coerente com os princípios do SUS e da comunicação social, que valoriza a cultura e a participação das comunidades. Alguns autores desta área específica embasam seu conceito de comunicação num conceito de comunicação ultrapassado e equivocado - seria o caso da visão de comunicação de risco como uma simples transferência unidirecional e vertical de informações, pensada em mão única, embasado no modelo matemático do emissor para o receptor, como se este fosse um depositário fora do contexto político, cultural e social, impedindo uma visão mais abrangente da realidade. Nesta perspectiva, geralmente são construídos indicadores que não articulam os diferentes planos da vida das pessoas frente ao contexto de nocividade real ou potencial dos empreendimentos nos seus territórios. Segundo Rangel-S (2006): O risco é um fenômeno social e complexo; enquanto objeto de intervenção deve ser visto em sua complexidade (...) nas ciências sociais o seu conceito (de risco) é pensado como uma construção social que ocorre tanto na vida social comum, como no campo científico.

Como constatado por Löfstedt segundo Rangel (2007), por exemplo, os modelos de comunicação (de risco) adotados nos Estados Unidos e Europa eram baseados no estilo consensual de regulação, em que as instituições não asseguravam espaços de participação dos grupos expostos a riscos, ignorando seus valores e crenças, ressaltando a visão unidirecional da comunicação.

É preciso ir além dessa perspectiva para ver a população exercendo seu direito de cidadania, portanto como autor/partícipe das tomadas de decisão, o que é muito mais do que um “colaborador” passivo das estratégias de ação do Estado e de outras agências de controle. É importante considerar a dimensão social e aspectos da subjetividade (do sujeito cogniscente) incorporando as percepções e atitudes dos que se encontram expostos as situações de perigo e nocividades, garantindo o poder de sujeito ativo que possa fazer escolhas por modos de desenvolvimento econômico e social menos agressivos à vida humana (HABERMAS, 1989; RANGEL-S, 2007a; RANGEL-S, 2007b).

Como salienta o filósofo russo Bakhtin (1986) a relação contratual, a adesão e a aceitação de um enunciado são feitos num ponto de tensão com as mais diversas vozes sociais. Um enunciado é sempre heterogêneo, que é construído com e a partir de no mínimo duas vozes. Como observa Fiorin (2008, p.25): “Se a sociedade é dividida em grupos sociais, com interesses divergentes, então os enunciados são sempre o espaço de luta entre as vozes sociais, o que significa que são inevitavelmente o lugar de contradição”.

O Conselho Nacional de Pesquisas dos Estados Unidos (National Research Council, USA), elaborou a seguinte definição em 1989: “A comunicação de ‘risco’ é um processo interativo de intercâmbio de informações e de opiniões entre os indivíduos, grupos e instituições. É um diálogo onde se discute múltiplas mensagens que expressam preocupações, opiniões ou reações às próprias mensagens ou acordos legais e institucionais do gerenciamento”. Por este enfoque a comunicação de ‘risco’ permite a uma pessoa, a interessados diretos ou toda uma comunidade a tomar as melhores decisões possíveis para seu bem estar no momento de uma situação de perigo devendo levar em consideração os saberes (conhecimentos, sejam suficientes ou não, corretos ou não) da população exposta (RANGEL-S, 2007a).

É neste contexto que os impactos socioambientais compõem um fenômeno institucional-comunicativo e ao mesmo tempo midiático. Nos espaços de desenvolvimento humano onde ocorrem intervenções orientadas por políticas desenvolvimentistas há conflitos entre as diferentes falas produzidas por distintas vozes (instituições) que são disputadas em meio às

estratégias discursivas e de mobilização social a partir de determinados lugares e competências ao modo de um mercado simbólico. Dependendo do lugar de fala do ator social, o discurso é visibilizado ou silenciado (ARAÚJO, 2002; FAUSTO-NETO, 1995).

Esta perspectiva faz um diálogo e mesmo contraponto com outras estratégias de comunicação nos processos produtivos que envolvem exposição de pessoas a nocividades para a saúde. De modo geral, são denominadas de ‘comunicação de risco’ e que vem sendo consolidada pela Organização Panamericana de Saúde (OPAS), mas também pelos empreendedores e demais instituições. Este conceito de ‘comunicação de risco’ não está apropriado pelas comunidades, pois risco é um conceito abstrato e matemático, e que não traduz com propriedade o mundo real e o discurso das pessoas e das comunidades frente aos processos produtivos expropriadores de recursos naturais e da força de trabalho que afetam a vida (LIEBER, ROMANO LIEBER; 2003).

A avaliação dos possíveis impactos na saúde da população deve ser integrada a um processo de comunicação permanente, que requer um estudo do cenário cultural local frente às transformações produtivas, ambientais e sociais que estão em desenvolvimento para a constituição de uma linguagem que de fato comunique os conteúdos da promoção da saúde nos territórios que estão sofrendo e sofrerão os impactos da instalação da Refinaria.

O fato de promover a participação da comunidade no processo de coleta de informações dá mais credibilidade e prepara as bases para a participação comunitária na resolução dos problemas. As comunidades precisam e querem se envolver ativamente na identificação, caracterização e solução dos problemas que afetam suas vidas. Isso implica muito mais que trabalhar de forma coordenada com a comunidade. O que realmente importa é que depois do vínculo inicial, a comunidade assuma a autogestão para a solução de seus problemas junto com as instituições pertinentes, o que resultará na sustentabilidade do processo sem imposições nem paternalismos (FREIRE, 2002; GIRARDI; LOOSE, 2009; GOMES R., 2007; RANGEL-S; MELO, 2001).

A comunicação entre sujeitos que constituem os grupos sociais expostos a situações de perigo e entre os demais setores da sociedade conformam fluxos de comunicação que requerem estratégias de comunicação específicas (ARAÚJO, 2000; CARDOSO, 2001).

O grande desafio lançado é a efetiva construção de políticas de comunicação¹¹ para a saúde que ultrapassem as estratégias governamentais que se estruturam numa cultura

¹¹ Políticas de comunicação para saúde são definidas por Pitta (2000) como “conjunto de relações comunicativas entre Estado e Sociedade sejam estas mediatizadas ou não, que tenham vínculos concretos tanto com as metodologias de diagnóstico da situação de saúde quanto com as ações necessárias para promover a saúde frente às situações concretas diagnosticadas.

informativo-publicitária com ferramentas que melhoram ou tentam melhorar apenas o acesso à informação, e sim com um papel transformador, inovador e de construção da cidadania que sirvam de base de sustentação para um projeto de democracia participativa entendido como um ideal ético-político a ser alcançado na direção de uma sociedade solidária, democrática e socialmente justa (ARAÚJO, 2000; PITTA, 2001).

2.8 O Papel da Mídia e o direito de Saber

A população busca nos meios de comunicação informação sobre saúde que apresente ideias sobre o que se pode fazer para manter, melhorar e recuperar os modos de vida saudáveis. Ao se analisar o espaço que é reservado para pautas sobre saúde, verificaríamos que é uma quantidade bem considerável, principalmente porque as empresas jornalísticas perceberam que este tema tem sempre grande audiência. Ainda mais se for levado em consideração o conceito ampliado de saúde e que temas como educação, cultura, meio-ambiente, habitação e transporte são determinantes para a saúde, ampliando, portanto, o espaço que ocupam na mídia. Nesse caso, então seria necessário expandir o olhar dos programas, cadernos, sites, colunas e/ou revistas que, exclusivamente, focam na temática da saúde e ambiente para todos os meios e suportes daqueles que tratam de outros temas, como por exemplo, política, esportes, ciência, cultura.

Por outro lado, percebe-se na abordagem da mídia sobre saúde, muitas vezes, uma ênfase ao caráter assistencialista, medicamentoso, onde a fala oficial é do médico, detentor do poder de diagnosticar e curar. Já para as temáticas ambientais, em sua maioria, a abordagem é focada em acontecimentos factuais, de grande repercussão, e de maneira superficial, sem investigação cuidadosa sobre os fatores determinantes causadores daquela questão – como em casos de derramamento de óleo, exposição de produtos químicos e grandes acidentes (GIRARDI; LOOSE, 2009; HADDAD; GOUVEIA; PORTO, 2005; RIGOTTO, 2008).

Percebe-se então que, mesmo com o aumento do espaço da mídia, através dos diversos meios (televisão, impresso, internet) as questões de saúde ambiental ganham conotação errônea, superficial, sensacionalista, distorcida e até “comprada” pelos empresários donos de

empresas poluidoras através de acordos com os donos desses veículos (ALVES, 2002; GIRARDI; LOOSE, 2009; GOMES, 2010; GOMES R., 2007).

Mesmo que as discussões mundiais em torno dos problemas ambientais tenham refletido em um aumento da cobertura da temática na mídia a realidade depara-se frente a sérias dificuldades, das quais se destacam três: 1. A baixa qualidade da formação dos profissionais de comunicação atrelada com suas condições e relações de trabalho, 2. Os interesses econômicos e políticos das empresas, ou seja, os interesses privados, e 3. A baixa participação da população nessa discussão.

Para realização da cobertura ambiental os meios de comunicação esbarram em diversas dificuldades, que vai desde a falta de interesse nesses temas ao despreparo dos profissionais. Para Alves (2002) é papel desse profissional: “...apurar, reunir, selecionar e difundir, notícias, ideias, acontecimentos e informações gerais com veracidade, exatidão, clareza, rapidez, de modo a conjugar pensamento e ação.” A imprensa brasileira dificilmente trata dos problemas ambientais com profundidade e clareza na pauta das discussões públicas, e geralmente ganham enfoques superficiais ou distorcidos, tendo destaque os grandes acidentes e tragédias, disseminando medo e sensacionalismo.

Numa época onde o comunicador desempenha e acumula diversas funções e onde a velocidade da informação é aumentada ainda mais por conta da internet, muitas vezes o repórter não tem tempo de se aprofundar na pesquisa jornalística e por isso não consegue entender a complexidade dos problemas ambientais. Outro fator é que cada vez é mais comum a ausência de profissionais especializados numa área, eles são cobrados para serem “generalistas” e precisam fazer a cobertura de temáticas distintas (ALVES, 2002; GIRARDI, LOOSE, 2009).

A produção de textos sobre a temática ambiental exige responsabilidade, cuidado, objetividade, compromisso com a verdade, pois é um tema que afeta o futuro da humanidade e contribui para educação efetiva da sociedade na formação de cidadãos. É importante o fortalecimento da formação dos comunicadores tanto pela iniciativa privada que os empregam como pelas instituições públicas que atuam nessa área. O desafio está posto e as convenções alertam: a comunicação é estratégica para a efetivação da sustentabilidade do desenvolvimento.

E como as questões dos impactos socioambientais têm relação direta com grandes processos produtivos e empresas, as questões políticas acabam tomando a frente e dando o tom do discurso. O episódio que recentemente demitiu o jornalista Aguirre Peixoto, do Jornal A Tarde (Salvador - Bahia) por ter escrito uma matéria sobre irregularidades ambientais

cometidas por empresários do ramo imobiliário é ilustrativo para essa relação. Peixoto escreveu uma matéria sobre a denúncia feita pelo Ministério Público Federal à Justiça Ambiental sobre crimes ambientais¹² na construção do Parque Tecnológico de Salvador, na Avenida Paralela e listou nomes de empresários da construção civil que dentre eles tem anunciantes do jornal (DENÚNCIA..., 2011).

Foi o suficiente para que o dono do A tarde demitisse Peixoto a pedidos, provavelmente, de seus anunciantes. A imprensa e as instituições locais se organizaram para protestar, e sob pressão, o pedido de demissão foi retirado pelo jornal transformando-se em uma suspensão.

A relação entre o comunicador e a empresa de comunicação na qual ele trabalha é um ponto de tensão e, em algumas situações, de conflito ideológico.

Ao ampliar essa relação agregando a população, os anunciantes, políticos e demais sujeitos sociais apresenta-se um mercado simbólico de disputa de poder, sendo que a distribuição desse poder acaba não sendo democrática, ferindo a liberdade de imprensa e do direito à comunicação, sendo esse último um dos pilares centrais de uma sociedade democrática (DENÚNCIA..., 2011).

Assumir a comunicação como um direito humano significa reconhecer o direito de todas as pessoas de ter voz, de se expressar. Significa reconhecer a comunicação como um direito universal e indissociável de todos os outros direitos fundamentais.

A comunicação como direito humano vem erguendo sua afirmação na história, na medida em que ganha credibilidade e legitimidade de grupos cada vez mais amplos e diversos; sua fundamentação enquanto conceito, provocando debates epistemológicos e políticos; buscando assim a ambiência da positivação. E tudo isso, não se pode olvidar, acontece sob a égide da disputa (GOMES, R., 2007, p. 145).

O direito à comunicação é mais do que a liberdade de expressão e o direito à informação: é o direito de todas as pessoas de ter acesso aos meios de produção e veiculação de informação, de possuir condições técnicas e materiais para ouvir e ser ouvida, de ter o conhecimento necessário para estabelecer uma relação autônoma e independente frente aos meios de comunicação.

A outra (utopia), denominada aqui de *direito humano à comunicação*, é uma utopia emergente da comunicação. Ela tem como princípio e valor a unidade dialética entre a dimensão humanista e a dimensão instrumental da comunicação. A sua proposta tem como base conceitual a comunicação dialógica de Paulo Freire, não bancária e extensionista; a compreensão da comunicação como um novo direito humano, mais além das liberdades de pensamento, expressão e informação, defendida por Jean D'Arcy; a teoria do rádio de Bertolt Brecht, em diálogo com a teoria marxista das

¹² Ele relata que na construção do Parque Tecnológico, diversas empresas são responsáveis pela devastação em uma área de preservação permanente. A construção do Parque Tecnológico devastou a vegetação em área de preservação permanente (APP) e espécies típicas da Mata Atlântica, o que é enquadrado como crime pela lei 9.605 (que trata de infrações ambientais); além de problemas com o licenciamento (DENÚNCIA..., 2011).

mídias de Enzensberger. Não é um ideal em objeção aos avanços tecnológicos, mas ao poderio das máquinas de comunicação como determinantes sociais. A utopia emergente do direito humano à comunicação enxerga as mídias como um instrumento para a realização da comunicação e não o contrário, a comunicação como instrumento, tendo o seu exercício dependente das engenharias tecnológicas (GOMES R., 2007, p. 144).

Portanto, a participação ativa e com uma consciência sanitária dos sujeitos sociais nos processos de gestão da saúde pública é essencial, pois a sociedade dispõe de um conjunto de saberes que alguns se apropriam mais do que os outros, e nesse caso, como nos fala Paim (2007, p.46): “insere-se a questão da mídia, dos meios de comunicação, das formas de viabilizar a transmissão, a apropriação, a difusão, a socialização de determinadas representações da sociedade e da vida”; Torna-se imprescindível a democratização da comunicação e da informação para a comunidade quanto aos perigos socioambientais, grupos vulneráveis, princípio da precaução, a legislação para a constituição de sujeitos capazes de produzir fatos, definir e implementar políticas.

As mediações que participam nos processos de percepção dos riscos socioambientais é que podem auxiliar no *empoderamento* dos atores sociais envolvidos e/ou atingidos pelos processos produtivos industriais e reverter estas preocupações em ações de promoção, proteção e cuidado da saúde. A promoção da saúde e da sustentabilidade socioambiental dever ser pautada numa nova forma de ciência ética e sensível, bem como em novas práticas institucionais, técnico-científicas e sociais, que reconheçam a complexidade dos problemas e busquem estratégias amplas, integradas e participativas para enfrentá-los.

Nesse campo ideológico a mídia desempenha um papel importante mediante a veiculação de notícias e matérias de opinião sobre esses temas. A análise da cobertura e diversidade das abordagens jornalísticas permite refletir sobre o papel da mídia no crescimento da consciência crítica da sociedade na proteção da saúde de coletividade.

3 OBJETIVO GERAL

Analisar o discurso da mídia impressa relacionada às questões de saúde e ambiente no contexto de implantação da refinaria de petróleo Abreu e Lima no território de SUAPE.

3.1 Objetivos Específicos

- a) Descrever as características sócio-territoriais da região de implantação da RNEST;
- b) Avaliar as publicações na mídia impressa de Pernambuco sobre e ambiente em relação ao contexto de implantação da RNEST;
- c) Analisar esse discurso da mídia impressa frente aos preceitos da promoção da saúde, do desenvolvimento sustentável e da relação saúde e ambiente.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

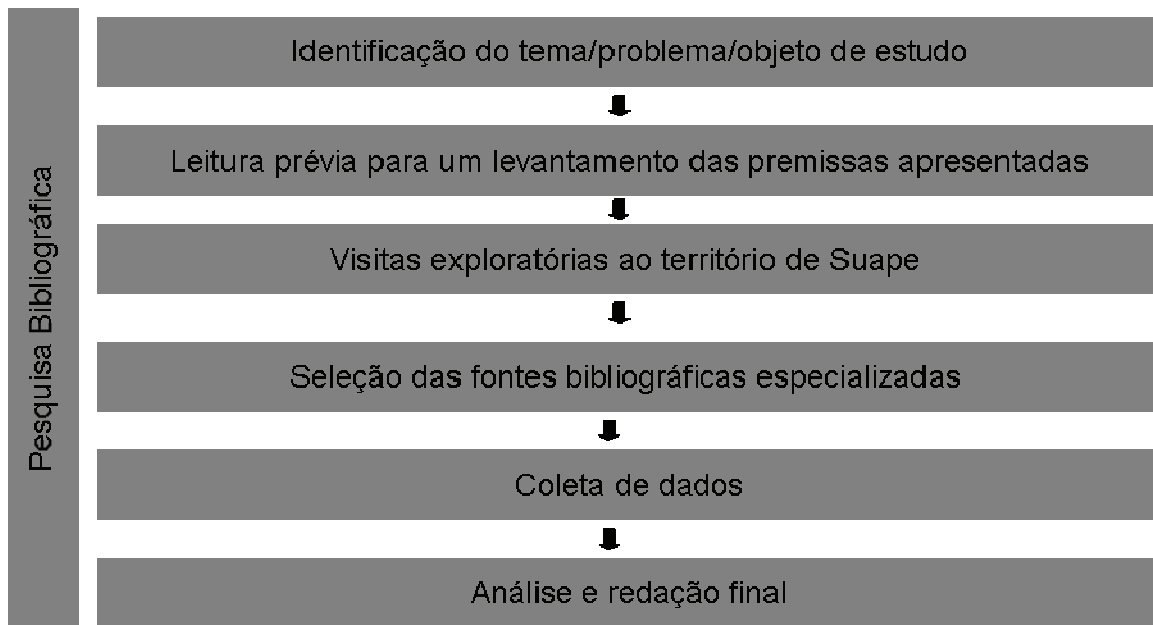
Pela natureza deste objeto de pesquisa, a investigação se configura como um estudo exploratório descritivo, de abordagem quantiqualitativa, e tem caráter de estudo de caso.

O caso de estudo: o discurso da mídia impressa referente à instalação da refinaria de petróleo RNEST na microrregião industrial de Suape/PE, seus possíveis impactos negativos para a saúde e ambiente e a necessidade de um enfoque de comunicação social voltado para a promoção e proteção da saúde, e da prevenção de danos ambientais no território de abrangência.

A pesquisa foi realizada no período de Março de 2009 a março de 2011, englobando diversas fases para seu desenvolvimento, conforme descrito na estrutura base abaixo:

- a) Identificação do tema/problema/objeto de estudo
- b) Leitura prévia para um levantamento das premissas apresentadas
- c) Preparação e qualificação do projeto
- d) Visitas exploratórias ao território de Suape¹³ (Foram realizadas três visitas para registros fotográficos e conversas informais com atores locais (moradores, pescadores, lideranças comunitárias) para uma aproximação da opinião deles frente à instalação da refinaria)
- e) Participação em eventos
- f) Seleção das fontes (bibliográficas especializadas acerca do tema, em documentos públicos e fontes acadêmicas: Estudos, artigos, monografias, dissertações, teses e livros sobre comunicação social, saúde e ambiente em relação a empreendimentos econômicos e processos produtivos, com enfoque antropológico e sociológico)
- g) Coleta de dados (acervo de matérias jornalísticas)
- h) Análise
- i) Redação

¹³ Entendemos exploração do campo como uma fase da pesquisa que envolve prioritariamente a coleta de dados no espaço-tempo delimitado no qual o fenômeno, objeto de estudo, se revela empiricamente; essa fase não interdita um esforço de análise preliminar das informações colhidas.



4.1 Coleta de dados

Para a coleta de dados foi realizada busca de matérias sobre a RNEST publicadas em dois periódicos, Jornal do Commercio (JC) e Diário de Pernambuco (DP), foram escolhidos ambos serem representativos para o estado, terem maior circulação e antiguidade de existência em Pernambuco.

O Jornal do Commercio, cujo dono é o empresário João Carlos Paes Mendonça, tem 87 anos de existência e congrega o Sistema Jornal do Commercio de Comunicação com outros veículos: TV Jornal, Rádios Jornal e JC/CBN e JC Online. Destaca-se como um dos principais jornais de Pernambuco, com maior tiragem e abrangência no estado, constituindo-se como uma empresa jornalística, pretensamente “independente, jovem e de vanguarda”, mas sabidamente vinculada politicamente a alguns interesses do grupo político hegemônico na sociedade Pernambucana.

A estrutura de organização do jornal divide-se em: *Primeiro Caderno* do JC - responsável pela área de política pernambucana, do Brasil e do exterior, tem as colunas *Repórter JC* (geral), *Política* (local e Brasil) e *Brasil*. A *capa dois* é onde fica o *editorial*, *artigo* e *cartas* da editoria de *Opinião*. O caderno *cidades* abrange matérias sobre o Recife e o interior do Estado e tem as colunas *JC nas Ruas*, *Vida e Ciência*, *Mais Saúde*, *Ciência e Meio*

Ambiente, Interior e Consumidor. O caderno *economia* tem a coluna *JC negócios*. O caderno *C* é o destinado ao jornalismo cultural. Conta ainda com os cadernos *Mais Esportes, Classificados JC, Informática, Turismo & lazer, Revista e JC da TV*.

O jornal Diário de Pernambuco, fundado em 1825, por Antonino José de Miranda Falcão é o mais antigo da América Latina ainda em circulação. Assim como o JC, também congrega diversas empresas¹⁴ de comunicação sob o nome *Diários Associados*. Tem como presidente, o empresário Jozil Barros, buscou se incorporar à tendência mundial, promovendo a convergência do seu jornalismo impresso e digital com uma redação multimídia. Merece destaque pelo seu projeto gráfico sofisticado e vencedor de diversos prêmios. A redação do DP divide-se em *Editoria Executiva, Primeira Página e Últimas Notícias*. Editoria de *Política, Opinião, Brasil/Mundo, Economia, Empregos e Imóveis*. O caderno sobre questões da cidade e região metropolitana é *Vida Urbana*. O caderno cultural é *Editoria Viver / Divirta-se / Diário em Revista*. Ainda tem o caderno destinado a *Esportes, Carro e Viagem, Informática, Diarinho e Guia de Profissões* e por fim, Editoria de *Fotografia*.

Por conta da diferente forma que os dois jornais disponibilizam¹⁵ o seu acervo de matérias na plataforma virtual foi necessário fazer a coleta em três etapas:

I Etapa - Coleta eletrônica dos textos jornalísticos, publicados nas edições do JC num período de três anos, contados a partir de 27 de agosto de 2007¹⁶, data que consta na licença de instalação (Nº 00880/2007) da RNEST autorizada pela Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH. Para tanto foi utilizado o banco de dados na plataforma virtual que é disponibilizada para assinantes. Para a busca foram utilizadas as seguintes palavras-chave: Refinaria Abreu e Lima, Refinaria de Suape e RNEST, em todos os cadernos e sessões do jornal (AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE (PE), 2010a).

Nesta etapa foi coletado um total de 399 matérias (amostra global), que foram organizadas, catalogadas e tabuladas no programa Microsoft Office Word 2003 e Excel 2003. Diante de um levantamento tão rico de matérias sobre a temática, tornou-se relevante a dedicação de um capítulo para apresentação quantitativa e qualitativa dos resultados

¹⁴ TV Clube, Rádio Clube AM e FM, Portal Pernambuco.com, Aqui PE, blogs temáticos entre outras.

¹⁵ Constatou-se que o DP não disponibilizava todo o período escolhido pela pesquisa no seu acervo digitalizado, pois estava ainda estruturando seu banco de dados. Além disso, não era possível aplicar a mesma metodologia para busca das matérias publicadas utilizando as palavras-chave, pois ao se fazer a busca, automaticamente o site pesquisava em todas as empresas do grupo, que estão agregadas ao site e não apenas no jornal.

¹⁶ Foi analisadas as matérias publicadas no período de agosto de 2007 a julho de 2008.

encontrados para demonstrar como foi a abordagem jornalística nesse primeiro levantamento no JC, antecipando a análise do discurso mais aprofundada realizada na III Etapa.

II Etapa - Realizou-se leitura cuidadosa da amostra global e elegeu-se 65 matérias que apresentassem questões consideradas de relevância e/ou que envolviam pontos críticos e questões de conflito de interesses privado e público explicitados. A partir desse recorte, e levando em consideração as mesmas datas, foi realizada a busca de matérias sobre a RNEST no acervo do DP.

Deve-se ter em mente que a página digital do DP não disponibiliza aos seus usuários o acesso a busca por temática e/ou palavras chaves para anos posteriores a 1995. Na página virtual desse jornal têm-se ingresso as edições mais recentes (incluindo o período de estudo agosto/2007 a agosto/2010), mas apenas é possível fazer a busca de forma “manual”, ou seja, só poderia encontrar as matérias sobre a temática explorada fazendo a leitura de todos os jornais do período do estudo, o que seria impossível diante do tempo disponível de pesquisa.

Essa situação foi dos principais agravantes para que o sistema de busca apenas por datas de matérias significativas do JC fosse aplicado ao DP.

III Etapa – Como a visão de análise proposta por Fairclough (2001) é especialmente voltada para análise detalhada de um pequeno número de amostra de discurso, constituímos então, um *corpus* de análise composto por 18 textos jornalísticos publicados na mesma data, sendo 9 do JC e 9 do DP.

4.2 Plano de Análise

Para a compreensão das notícias veiculadas utilizou-se o método referido por Fairclough (2001) que reúne a análise do discurso orientada linguisticamente e com o pensamento social e político balizado em autores como Bakhtin (1986), Pêcheux (1990), Gramsci (1981, entre outros (FAIRLOUGH, 2001).

Segundo Bakhtin (1986) há uma complexa interdependência entre o texto e o contexto que o elabora, envolve e no qual se realiza. Essa interdependência direciona este

estudo aos fundamentos dessa ciência visando à compreensão dos mecanismos responsáveis pela unidade de sentido em textos que parecem fragmentados.

A opção pelos pressupostos da Análise Crítica do Discurso (ACD) segue a orientação de que, sob esse enfoque, a investigação ultrapassa os limites impostos pela materialidade do texto e pela descrição de fenômenos linguísticos para alcançar aspectos sociais que envolvem a linguagem em uso. Fairclough discute não só a compreensão dos textos, mas a forma de analisá-los e interpretá-los, como um modo particular do uso da linguagem e de outras expressões simbólicas, refletindo e representando, constituindo e construindo relações sociais. Considera o discurso numa dimensão tridimensional, simultaneamente, texto, prática discursiva e prática social (FAIRCLOUGH, 2001).

A ACD apresenta uma concepção de discurso e um corpo teórico adequado para o uso na pesquisa científica e social e no estudo da mudança social, pois tem o objetivo de reunir a análise de discurso orientada linguisticamente e o pensamento social e política para o discurso e a linguagem (FAIRCLOUGH, 2001).

No caso em pauta, matérias sobre o processo de implantação da RNEST em Pernambuco, essa tridimensionalidade dos efeitos do discurso possibilita verificar o posicionamento, a interação com as ideias da sociedade sobre o tema e como é moldada a prática discursiva da mídia impressa e confrontá-las com as teses que dão sustentação a perspectiva da saúde e do ambiente no processo de desenvolvimento sustentável, como a Agenda 21, a Constituição Federal e a legislação de saúde e meio ambiente; a comunicação social promotora da emancipação e do empoderamento social e da gestão participativa.

A ACD apresenta uma concepção de discurso e um corpo teórico adequado para o uso na pesquisa científica e social e no estudo da mudança social, pois tem o objetivo de reunir a análise de discurso orientada linguisticamente e o pensamento social e política para o discurso e a linguagem (FAIRCLOUGH, 2001).

Diante do exposto o plano de análise foi realizada da seguinte forma:

1. Explicação sobre o *corpus global* de matérias sobre a RNEST publicadas no Jornal do Commercio em um período de três anos;
2. A análise do discurso das matérias do Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio selecionadas a partir da leitura; e por fim;
3. A meta-análise dos achados frente às teses de saúde e ambiente.

Para os itens 1 e 2 no trabalho empírico e operacional sobre as mensagens veiculadas, buscamos diferenciar os seguintes aspectos:

a) Localização do texto no jornal: Nos jornais, as editorias podem ser organizadas em Cadernos e Suplementos, que são fascículos de encadernação separada incluídos no conjunto publicado e de periodicidade predeterminada (geralmente semanal). O conteúdo editorial dos jornais costuma ser dividido em diferentes cadernos temáticos, apresentando um ou vários assuntos: notícias nacionais e internacionais, economia, esporte, cultura, entre outros. Os jornais diários, além da divisão em editorias e cadernos temáticos, apresentam ainda outras seções de conteúdo jornalístico no âmbito da opinião, das informações institucionais e da utilidade pública. Elas costumam estar distribuídas pelos cadernos ou páginas especiais (Editorial - artigos que expressam a opinião institucional e apócrifa (sem assinatura individual) do jornal, Expediente, Dados de tiragem e circulação, Cartas dos leitores - cartas selecionadas pela redação (ou pelo Ombudsman), comentando temas abordados ou sugerindo pautas para novas matérias, Obituário, Coluna Social, Tempo e Clima, entre outros). A localização da matéria jornalística demonstra qual será o maior enfoque/abordagem da matéria, por isso nos interessa saber onde nosso tema está localizado nos jornais pesquisados.

b) Gênero Jornalístico predominante da mensagem: Os gêneros podem ser definidos de acordo com diferentes níveis de abstração. Os pré-gêneros são os gêneros em um alto nível de abstração, como a narrativa, o diálogo, a argumentação e a descrição. Eles são categorias que transcendem redes particulares de práticas sociais: conhecemos, por exemplo, vários tipos de gêneros narrativos, como as narrativas conversacionais, as histórias contadas nas notícias. Mas, há ainda os gêneros desencaixados, aqueles que são menos abstratos que a narrativa, por exemplo, mas que transcendem ainda redes particulares de práticas sociais, como é o caso da entrevista (FAIRCLOUGH, 2001).

A notícia domina a maior parte das páginas dos jornais e pode ser dividida em vários tópicos (economia, política, esportes, polícia). Sendo que a notícia não é o próprio evento, mas o relato ou avaliação de um evento, a representação do real. Assim, algumas vezes, é impossível separar o que é notícia (supostamente real) do que é opinião (construção social de sentido), tendo em vista que, ao recontar um fato, o jornalista vai fazê-lo de forma particular e sob certa ótica. Seu relato deixará de ser uma visão imparcial, tal como os jornais alegam que ocorre, e apresentará diversas vozes (do jornalista, dos personagens, da

empresa de comunicação...), ou seja, que sintetizam a representação do discurso que é uma forma de intertextualidade na qual partes de outros textos são incorporadas a um texto e explicitamente marcadas como tal, com recursos, como aspas e orações relatadas (FAIRCLOUGH, 2001).

Os gêneros jornalísticos¹⁷ são sistemas de regras que orientam a produção dos discursos e o sentido que lhes é atribuído pelos receptores. Proporcionam referências precisas para a criação dos textos, permitindo que estes realizem mais facilmente o processo comunicativo. Os critérios de classificação são intencionalidade e estrutura dos relatos/discursos, tendo duas vertentes: o relato real, através da observação e descrição dos fatos; e a leitura do real, mediante a análise da realidade e a sua avaliação. Podem ser vistos como um conteúdo representacional dinâmico que corresponde a uma forma característica predominante.

c) **principais descritores temáticos:** As matérias foram nomeadas por um descritor temático predominante: Saúde, desenvolvimento, ambiental, saúde do trabalhador, promoção da Saúde, desenvolvimentista, econômico, político, cultural, emprego, social...

d) **Argumentos que a mensagem sugere:** As ideias centrais mais recorrentes no texto foram retiradas do texto jornalístico e organizadas de forma sintetizada.

e) **Sujeitos sociais:** Quais vozes sociais aparecem nas matérias. Os sujeitos, que são comunidades discursivas, que são grupos de pessoas, organizados institucionalmente ou não, produzem e fazem circular discursos, que neles se reconhecem e são por eles reconhecidos.

Com a perspectiva de realizar uma meta-análise (item 3) os resultados subsidiarão os indicativos para a construção de novos enfoques para a comunicação social voltada para a promoção e proteção da saúde, e da prevenção de danos ambientais no território de abrangência da RNEST, para tal foi realizado um quadro com contrapontos baseados em teses

¹⁷ Segundo Marques Melo (2003) os gêneros podem ser classificados por:

Gêneros informativos: breve, notícia, reportagem e entrevista

Gêneros opinativos: editorial, comentário, artigo, resenha/crítica, coluna, crônica, caricatura e carta.

Gêneros interpretativos: análise, perfil e cronologia

Diversional: história de interesse humano, e história colorida

Utilitário ou prestação de serviço: chamadas, roteiro e obituário.

que defendem a sustentabilidade do desenvolvimento, como a Agenda 21, os artigos da Constituição Federal e da legislação pertinente de saúde e meio ambiente; a comunicação social promotora da emancipação e do empoderamento social e da gestão participativa.

A partir de algumas categorias de análise e variáveis identificadas nas principais teses (quadro 2) que dão sustentação a perspectiva da saúde e do ambiente no processo de desenvolvimento sustentável realizou-se a contraposição entre a explicitação conceitual e de ações identificadas nos objetivos específicos “b” (conforme descrito no quadro modelo abaixo).

Categorias de análise	Tópicos Discursivos	Presença da variável no discurso da mídia impressa	Comentário Crítico à luz das Teses consideradas no objetivo específico “c” e os conceitos centrais de desenvolvimento sustentável e de justiça ambiental
Ambiente como parte da determinação da saúde	Proteção dos mananciais		
	Boa qualidade do Ar		
	Não contaminação do solo		
	Proteção da Biodiversidade		
	Saneamento Ambiental das áreas Urbanas		
	Adequação das vias públicas para transporte de produtos perigosos		
	Destino Final de resíduos sólidos industriais		
	Medidas de Antipoluição		
Saúde como condição da qualidade da vida humana	Preocupação com as doenças atuais e futuras		
	Preocupação com acidentes		
	Preocupação com grupos mais vulneráveis e vulnerabilizados		
	Preocupação com os serviços de saúde atuais e os necessários		
	Preocupação com a violência		
	Preocupação com poluição		
	Preocupação com a qualidade da água, do ar e do solo		
Desenvolvimento sustentável	Preocupação com o bem estar social		
	Preocupação com o ambiente		
	Preocupação com a população migrante e os moradores mais antigos		
	Preocupação com a qualidade do emprego		
	Preocupação com a educação		
Conflitos Socioambientais	Deslocamento		
	Expansão Urbana		
	Cultural		
Conflitos econômicos	Indenizações		
	Prioridade de emprego		
	Qualificação		
Informação e comunicação	Desconhecimento		
	Desinformação		
	Acesso		
	Participação		
	Qualidade da informação		

Quadro 2 - As teses de saúde e ambiente e o discurso da mídia impressa de Pernambuco (modelo)

5 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

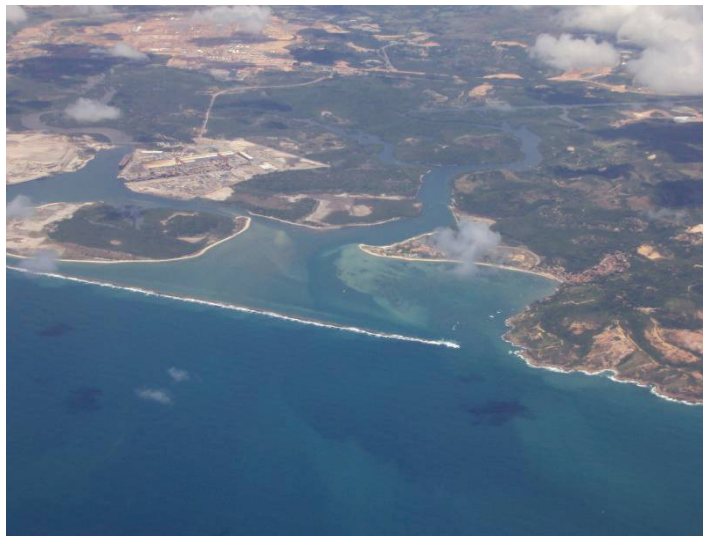
O presente projeto de pesquisa foi baseado em dados secundários de caráter público e está vinculado ao Projeto “Estudo de cenários de risco na cadeia produtiva do petróleo em Pernambuco e proposição de indicadores para vigilância da saúde e comunicação de risco”, desenvolvido no Laboratório de Saúde Ambiente e Trabalho - LASAT/CPqAM/Fiocruz sob a coordenação da Professora Dra. Lia Giraldo da Silva Augusto, e que foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa do CPqAM/ FIOCRUZ, Conforme CAAE 0111.0.095.000-08.

Integra também o projeto *Estratégias de Comunicação para a construção de territórios sustentáveis no contexto da cadeia produtiva do petróleo em Pernambuco – uma abordagem de saúde ambiental* aprovado e financiado através do edital 01/2009 pela Coordenadoria de Cooperação Social para o Desenvolvimento Territorializado da Fundação Oswaldo Cruz.

6 RESULTADOS

6.1 Caracterização do Território Estratégico de Suape

O território estratégico de Suape é composto por cinco municípios, sendo dois de abrangência direta (Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca) e três de abrangência indireta (Jaboatão dos Guararapes, Moreno e Escada). Ocupa um território de 1.774,07 km², com população de 991.711 habitantes, densidade demográfica de 559 habitantes/km² e taxa de urbanização de 94,4%. Suas principais atividades econômicas se concentram na agropecuária, turismo e indústria de transformação; esta última deve ganhar um maior peso nos próximos anos, diante dos recentes investimentos feitos na região (AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE (PE), 2010b).



Fotografia 3: Vista aérea de Suape-PE, janeiro de 2011.
Fonte: Costa (2011).

Como um dos grandes investimentos na área está a duplicação da BR-101 que liga a capital (Recife) ao porto de Suape e às praias do litoral sul (como Porto de Galinha forte polo turístico da região) tais investimentos têm promovido a migração e o crescimento dessas cidades (PERNAMBUCO, 2010).

Os municípios que compõem o território estratégico de Suape possuem forte tradição rural, com predomínio da cana-de-açúcar, além da pesca tradicional; recentemente tem explorado seu potencial turístico (GURGEL, 2009).

A incidência da pobreza é alta na região, em especial nos municípios de Moreno, Ipojuca e Escada (64,90%, 62,83% e 58,44%, respectivamente). Tais municípios possuem, ainda, os menores índices de desenvolvimento humano (IDH), respectivamente 0,693, 0,658 e 0,645 (IBGE, 2003, IDH, 2005). A taxa de analfabetismo é alta, sendo 28,7% em Ipojuca, 28,4% em Escada, 21,5% em Moreno, 19,4% no Cabo de Santo Agostinho e 12,7% em Jaboatão dos Guararapes (BRASIL, 2010).

O Cabo de Santo Agostinho representa o principal distrito industrial do estado e Ipojuca é um dos mais importantes polos turísticos, graças às belezas do litoral e a riqueza dos seus manguezais. Ambos integram a microrregião geográfica de Suape. Jaboatão dos Guararapes é o segundo município da Região Metropolitana do Recife, e teve durante séculos sua economia baseada na monocultura da cana de açúcar, mas na atualidade é um polo logístico, às margens da BR 101. Em Moreno 78% da população reside na zona rural. O município não possui um polo industrial, mas apresenta potencial natural e cultural para o agroecoturismo (PERNAMBUCO, 2010).

O município de Escada está localizado na Mesorregião Mata Sul e na Microrregião Meridional do Estado de Pernambuco, onde 79,5% dos habitantes residem na zona urbana e a economia formal se compõe basicamente da indústria de transformação (BELTRÃO et al, 2010).

A população do Território Estratégico de Suape vem crescendo gradativamente e apresentou um aumento de 6% nos últimos 5 anos, como pode ser observado (Tabela 1). Segundo Luna (2009), o governo de Pernambuco prevê que até 2015, nas cinco principais cidades que compõem o Território Estratégico haverá um crescimento de 11% no número de moradores, chegando a 110 mil pessoas.

Tabela 1. População estimada dos municípios do Território Estratégico de Suape, no período de 2005-2009.

Municípios	2005	2006	2007	2008	2009
Cabo de Santo Agostinho	169229	172150	163139	169986	171583
Escada	58281	58450	59850	62163	62604
Ipojuca	67963	69523	70070	74059	75512
Jaboatão dos Guararapes	640722	651355	665387	678346	687688
Moreno	55516	56650	52830	55102	55659
Total	991711	1008128	1011276	1039656	1053046

Fonte: Brasil (2010)

O CIPS está situado entre os municípios do Cabo e Ipojuca, a cerca de 40 Km ao sul de Recife (ver mapa e foto). Tem uma localização estratégica para a instalação de negócios industriais e portuários, por sua capacidade de expansão territorial, por sua localização central na região Nordeste e pelos recursos naturais disponíveis, algumas característica que Cubatão apresentava.

Grandes investimentos recentes como a futura instalação da Refinaria, do Estaleiro, Polo Poliéster, indústrias de fabricação de alumínio, cimento e concreto, distribuidora de gás, estão provocando uma nova dinâmica econômica de grande impacto nesta área (PERNAMBUCO, 2010).

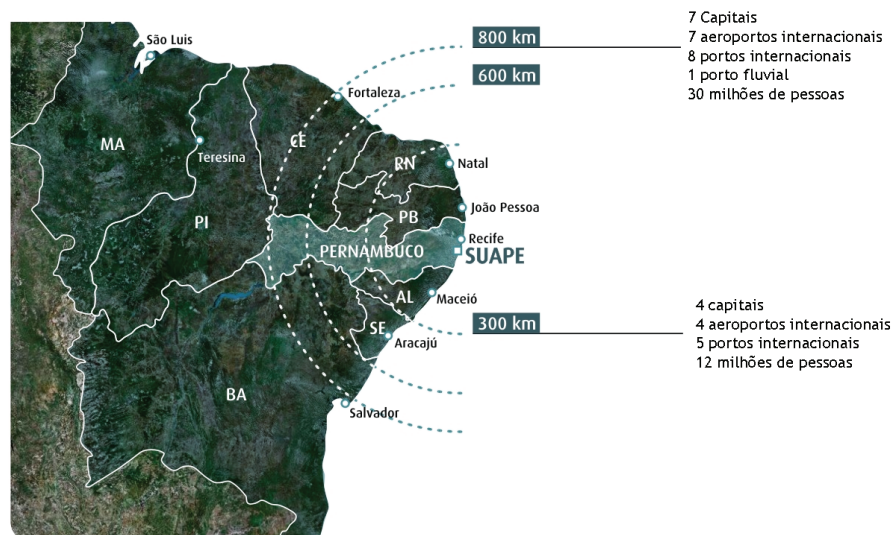


Figura 3: Mapa de localização do porto de Suape e sua abrangência regional
Fonte: Kuo (2008).

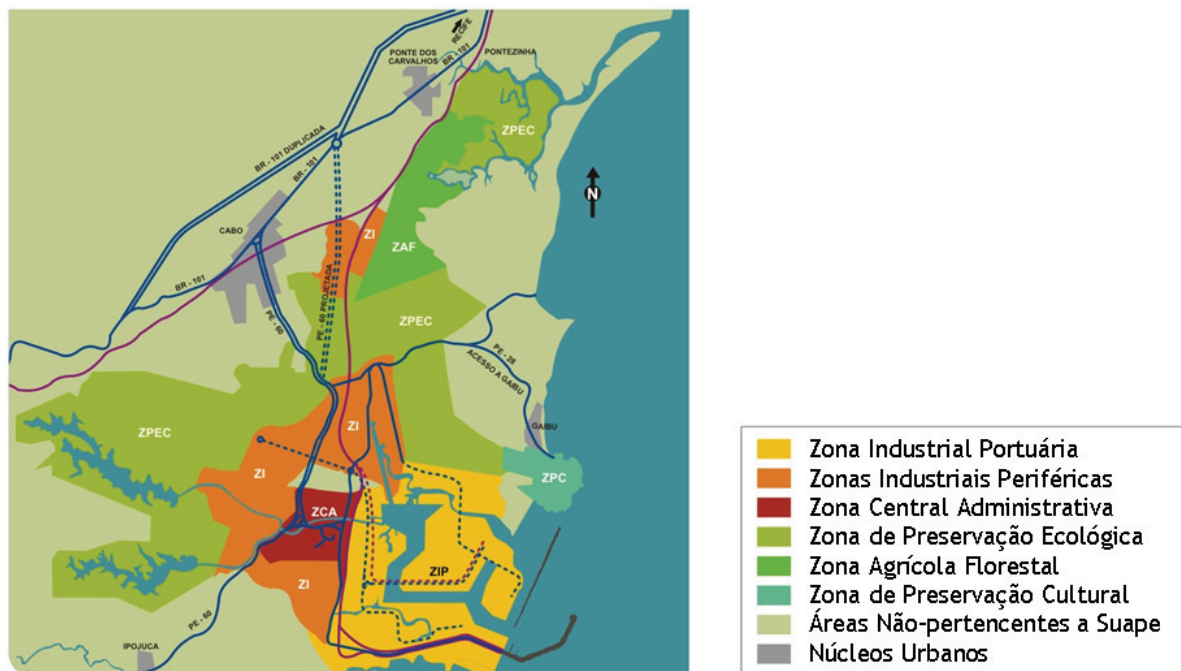


Figura 4: Mapa de distribuição da região estratégica de Suape
Fonte: Kuo (2008).

A construção dos empreendimentos vem favorecendo a migração de pessoas para este território e alterando a realidade sociocultural da região na medida em que locais que tradicionalmente eram habitados por moradores estão sendo substituídos por empresas e indústrias. Atualmente, é possível verificar problemas decorrentes da urbanização acelerada, como a construção de habitações de médio e baixo padrão de construção, e já se observa a presença de bolsões de pobreza. As demandas dos serviços de infraestrutura de abastecimento de água, saneamento e captação de lixo, são sentidas e se não atendidas pode provocar recrudescência e o aumento de endemias tais como a esquistossomose, a dengue e a leishmaniose (GURGEL, 2009).

Dependente principalmente da indústria canavieira por muitos anos, Cabo e Ipojuca tiveram uma mudança no seu perfil com o crescimento do turismo na região, mas a consolidação do CIPS está fazendo com que a região deslanche no desenvolvimento e crescimento econômico, que só poucos parecem usufruir.



Fotografia 4: Comunidade Vila Socó em Porto de Galinhas, Ipojuca-PE, 2011.
Fonte: Bigio (2011).

Ipojuca é um dos principais destinos turísticos do estado, com praias como Porto de Galinhas e Serrambi, que atraem mais de 500 mil turistas anualmente. Esse momento positivo contrasta com a realidade vivida pelos moradores da cidade. O maior PIB (Produto Interno Bruto) per capita do estado ocupa o 44º lugar no ranking do IDH entre os 184 municípios pernambucanos. As praias paradisíacas convivem com palafitas encravadas nos mangues e os negócios milionários destoam da tradicional cultura da cana-de-açúcar.

[...] mas, conhecendo-se a experiência dos sítios industriais no mundo inteiro e lembrando-se como se apresentam suas áreas vizinhas, cinzentas e deformadas, pode-se esperar que Suape seja capaz, de fato, de oferecer ambiente para o lazer – como acontece admiravelmente agora e como ocorreria na hipótese da solução turística? Não é só Suape que pagará, em termos de mutilação do meio ambiente e de deterioração da qualidade da vida, por conta do complexo que se deseja irrefletidamente, no sentido aqui comentado, instalar ali. Todo um conjunto de recantos preferidos por uma população que se descobre asfixiada no ambiente despojado de locais de finalidade recreativa do Recife serão também sacrificados, numa proporção cujos contornos certamente se ignoram no momento (CAVALCANTI, 1975).

São desigualdades que causam estranheza quando se trata de um município com 80 mil habitantes e um orçamento estimado em cerca de R\$ 440 milhões para 2010. Ipojuca já enfrenta problemas de grandes centros urbanos, como a migração em busca de emprego, o crescimento desordenado, a falta de saneamento, a degradação ambiental e a miséria.

O Cabo de Santo Agostinho também tem potencial turístico, porém é caracterizado por atividades de agricultura, indústria, comércio e prestação de serviços, principalmente em torno do Porto de Suape. Com uma população de mais de 180 mil

habitantes, O Cabo possui várias reservas ecológicas, e belas praias conhecidas em todo país, como Gaibu, Calhetas e Paraíso. Possui diversos monumentos históricos (Engenho Massangana, Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e as ruínas do convento carmelita, que datam do final do século XVI, e o Forte Castelo do Mar, construído em 1631) e foi descoberto pelos espanhóis (sob comando do navegador e explorador Vicente Yañez Pinzón) antes da colonização portuguesa chegar a Pernambuco.



Fotografia 5: Praia de Calhetas, Cabo de Santo Agostinho-PE, 2011.
Fonte: Santos (2011).



Fotografia 6: Pontal de Maracaípe, Ipojuca-PE, 2011
Fonte: Bigio (2011).

O contexto é propício para a prática da *chantagem locacional*, onde o capital direciona os investimentos para as áreas que não apenas proporcionem as maiores taxas de lucro, mas também as menores resistências sociais e políticas voltadas para o controle da poluição e das injustiças sociais (PORTO, 2005). Com uma menor escolarização, a população da região tende a ocupar os cargos menos qualificados, de menores salários, e a habitar as periferias urbanas, em condições precárias. A combinação de falta de acesso ao mercado de consumo com a falta de acesso a serviços públicos torna a população mais vulnerável aos agravos de saúde.

Segundo Torres (2010) os acidentes de trânsito mantêm uma complexa relação com as desigualdades sociais o que ressalta a importância do monitoramento deste indicador para a avaliação da saúde da população e da sustentabilidade do desenvolvimento.

Torres estabeleceu uma série histórica dos acidentes de trânsito e pode observar que a maior taxa de mortalidade foi observada no município de Cabo de Santo Agostinho em 2005 (30,14) e a menor taxa em Moreno no ano de 2003 (3,82). O cálculo da média da taxa de mortalidade nos últimos 8 anos mostra que os municípios com maiores taxas são Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca e Escada, com médias de 23,07, 18,67 e 17,79, respectivamente. A autora relaciona as médias ao crescimento, industrialização e migração na região nos últimos anos e à vulnerabilidade da população considerada (pobreza, acesso precário a educação e saúde, entre outros). As elevadas médias nestes três municípios indicam a necessidade de monitoramento da violência no trânsito da região, da realização de ações preventivas e de um planejamento do setor de transportes de forma a permitir o tráfego seguro de veículos (TORRES, 2010).

A população do Território estratégico de Suape se torna mais vulnerável por não ter acesso à informação e aos serviços públicos. Além disto, o adensamento populacional, aliado a falta de saneamento e planejamento urbano favorecem a transmissão de parasitos, tuberculose, leptospirose, dengue, esquistossomose e leishmaniose e de outras endemias que antes estavam controladas ou circunscritas a áreas rurais, acabam apresentando uma nova configuração que acompanha as mudanças no território (OLIVEIRA, 2010).

As características socioeconômicas da população determinam a forma de ocupação do solo nestas cidades, refletindo no modo de reprodução das endemias e na distribuição desigual dos diferentes grupos de risco, demonstrando a complexidade dos problemas sociais e políticos que afetam a qualidade ambiental e de vida.

6.2 Panorama geral do JC: três anos de cobertura sobre a RNEST

Após a realização da coleta de matérias publicadas no JC torna-se relevante dedicar um capítulo para apresentar como está configurado esse banco de dados. Infelizmente a mesma metodologia de coleta não pode ser aplicada para conformar um banco de dados do mesmo porte com as matérias do DP, pois ainda não é possível fazer a busca no acervo eletrônico do jornal utilizando palavras-chave dentro de um dado período.

Por isso nesse capítulo será apresentada uma análise agregando todas as matérias (399) que constituem o banco de dados do JC. Esse panorama geral introduzirá a análise mais aprofundada nas matérias selecionadas do JC e DP a serem detalhadas nos capítulos seguintes.

Agrupamos as matérias em três períodos de 12 meses para uma leitura analítica mais equilibrada. Isso porque não coletamos todos os meses de todos os anos.

O período 1 (Agosto de 2007 a Julho de 2008) apresentou a maior quantidade de matérias publicadas (189), provavelmente por ser o momento de lançamento e início das obras que contou com diversos eventos marcadamente políticos e de divulgação, com a presença diversas vezes do presidente da república (Luiz Inácio Lula da Silva), do presidente Venezuela (Hugo Chávez), do governador do Estado (Eduardo Campos) e políticos locais. O momento ainda era de grande expectativa para o início das obras, portanto, as matérias relatam ainda os acordos políticos, discussão quanto aos incentivos fiscais, importação e exportação de matéria prima, processo de licenciamento, eventos de lançamentos de início das obras, e preocupação com a qualificação da mão de obra (que estava nitidamente despreparada para a chegada desse empreendimento) e a chegada de empregos, sendo esse último, o mais abordado nos títulos das matérias:

- a) O resgate de uma dívida antiga - Depois de várias décadas de espera, finalmente Pernambuco foi contemplado pelo governo federal com um mega investimento na área de infra-estrutura: uma refinaria de petróleo. Publicado no JC em 15/09/2007 (Anexo A).
- b) Sobra emprego em Suape - Porto tem hoje o maior canteiro de obras da história para implantar a refinaria, estaleiro e duplicação da BR-101. Falta gente para tantos projetos. Publicado no JC em 28/10/2007 (Anexo A).

- c) O sonho não é apenas dos desempregados. Publicado no JC em 11/10/2007 (Anexo A).
- d) Governo vai qualificar 25.500 trabalhadores. Publicado no JC em 26/09/2007 (Anexo A).

No período 2 (Agosto de 2008 a Julho de 2009) foram encontradas (102) matérias sobre a RNEST. Este período é um momento em que as obras de construção da refinaria estão em ritmo mais acelerado, a maioria das matérias se dedicaram a apresentar eventuais projetos de readequação e ampliação das empresas da cadeia produtiva do petróleo (principalmente a petroquímica, a siderúrgica, o estaleiro e o porto de Suape), questões de investimento e financiamento de infraestrutura, formação profissional e estudos sobre a viabilidade econômica estrutural para receber outros novos empreendimentos. Outra questão que aparece são problemas de orçamento, como o superfaturamento, atraso nas obras, como exemplificados abaixo:

- a) Refinaria terá capacidade 15% maior. Publicado no JC em 25/1/2009 (anexo A).
- b) Obra da Refinaria Abreu e Lima entre as investigadas. Publicado no JC em 26/3/2009 (anexo A)
- c) Infraestrutura - Suape realizará obra viária de R\$ 146 mi. Publicado no JC em 05/05/2009 (anexo A).
- d) Refinaria: tensão entre TCU e Petrobras - na próxima terça-feira, técnico do TCU vai depor sobre os relatórios que apontam possíveis irregularidades na obra da refinaria de Suape. Publicado no JC em 30/08/2009 (anexo A).
- e) Inauguração de refinaria atrasa um ano. Publicado no JC em 5/2/2009 (anexo A).

No período 3 (Agosto de 2009 a Julho de 2010) totalizou (108) matérias encontradas, um número bem menor do que no período 1.

O período 3 engloba os meses de início de campanha eleitoral, no qual a refinaria foi um tema bastante explorado, porém não houve discussão qualificada sobre o tema pelos candidatos a governador. Neste período, percebe-se também, a inserção de diversas propagandas do governo estadual demonstrando os números de pessoas empregadas nas obras, fotos de trabalhadores equipados (capacete, óculos, luvas) trabalhando na construção da refinaria, e esquemas dos projetos e esse mote foi bastante utilizado na campanha como um

bom resultado de seu governo, no caso, do então governador Eduardo Campos, candidato a reeleição.

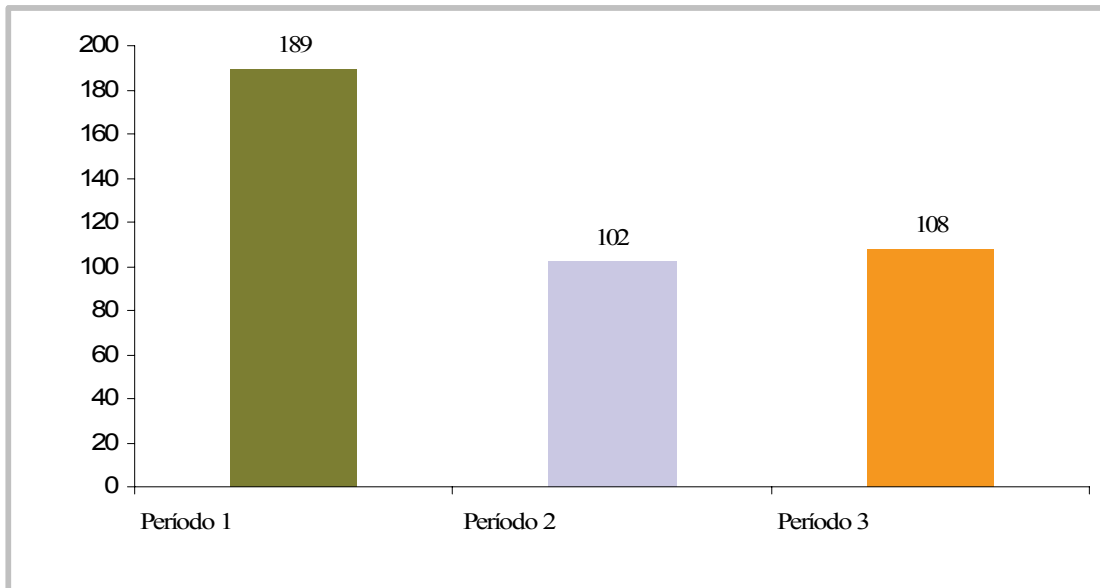


Gráfico 1 – Número de matérias sobre a RNEST publicadas no JC, por período de 12 meses, Agosto de 2007 a julho de 2010. Fonte: Pesquisa elaborada pela autora, 2011.

Ao demonstrarmos a distribuição mensal nos três períodos (gráfico 2) percebe-se que os meses que tiveram maior número de matérias publicadas foram outubro de 2007 (24), março de 2008 (29) e junho de 2008 (25), ficando os demais meses com quantidade inferior a 16 matérias/mês.

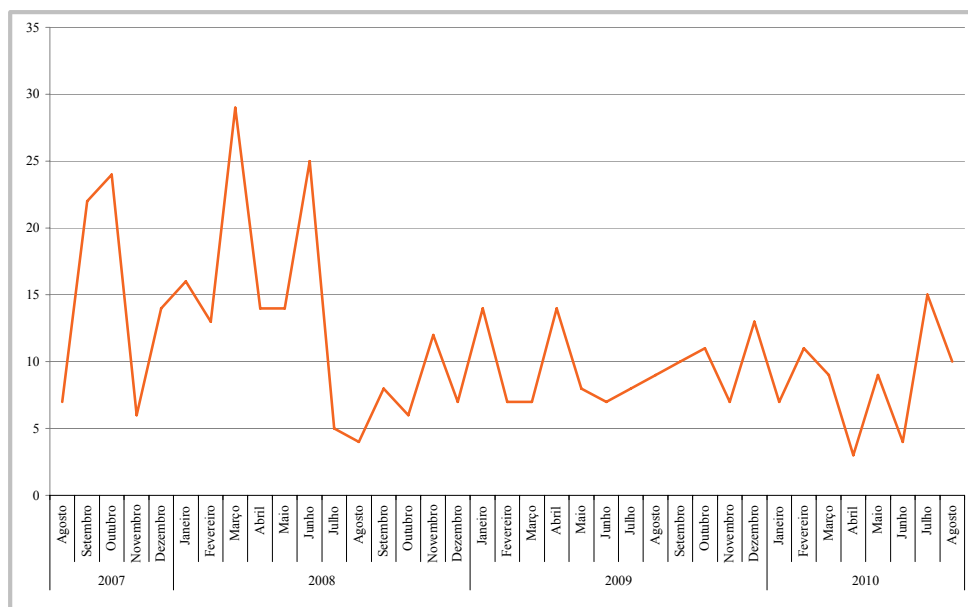


Gráfico 2 – Distribuição mensal de matérias sobre a RNEST publicadas no JC, no período de Agosto/2007 a julho/2010. Fonte: Pesquisa elaborada pela autora, 2011.

A maioria das reportagens ofereceu um enfoque voltado para o desenvolvimento econômico e futuro promissor do estado, como se os problemas de anos de desemprego, miséria e pobreza pudessem ser resolvidos exclusivamente com a chegada desses novos empreendimentos. Essa má distribuição das matérias nos setores do jornal demonstra que o novo processo de industrialização em Suape é prioritariamente discutido e apresentado como uma questão econômica. Vale ressaltar que dentre as matérias do *caderno economia*, foi encontrado a abordagem de diversos temas, como emprego, transporte, habitação e meio ambiente, mas o discurso preponderante é o econômico.

A distribuição das matérias referente à localização no jornal, ou seja, em qual caderno ou sessão as matérias da RNEST são publicadas (gráfico 3 e 4) identificou-se que de um total de 399 matérias, 300 foram publicadas no caderno Economia, representando 75%. Esse dado afirma que a questão do novo processo de industrialização em Pernambuco é visto e apresentado como uma questão econômica.

As 99 matérias restantes estão distribuídas assim: 29 foram publicadas no *caderno de Política* (7%), 13 no *Editorial do jornal* (3%) e 11 (3%) no *Caderno especial Faces da esperança* que foi criado para abordar o assunto em 2007.

As matérias publicadas nas sessões/cadernos: *artigos, Ciência e Meio Ambiente, Empresa e Empresários, Cidades, Caderno especial 2, Capa do dia e Caderno C*, juntos representam 32 (8%) matérias.

Os demais cadernos (*Setor Logístico, Cartas, Turismo e lazer, Informática, JC Agreste, Empreendimentos, Retrospectiva e Internacional*) apresentaram número de matérias inferior a 5, somando todos totaliza 14 matérias (4%).

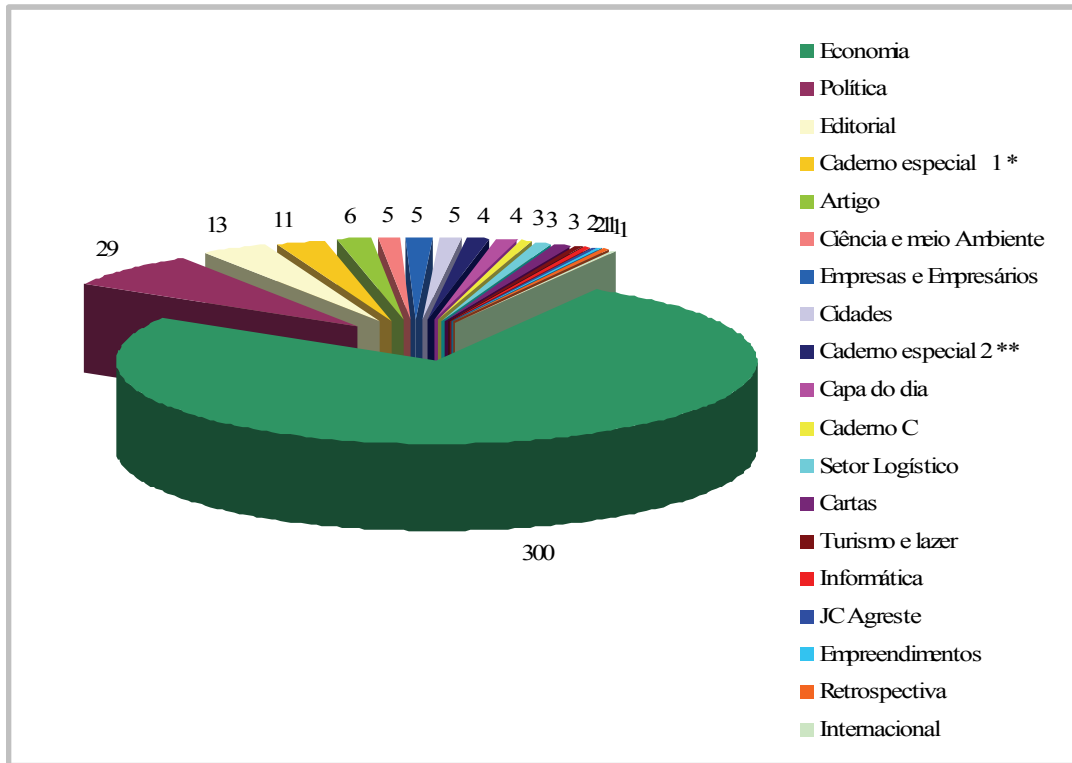


Gráfico 3 – Número de matérias sobre a RNEST publicadas no JC, por caderno, no período de agosto 2007 a julho 2010. Fonte: Pesquisa elaborada pela autora, 2011.

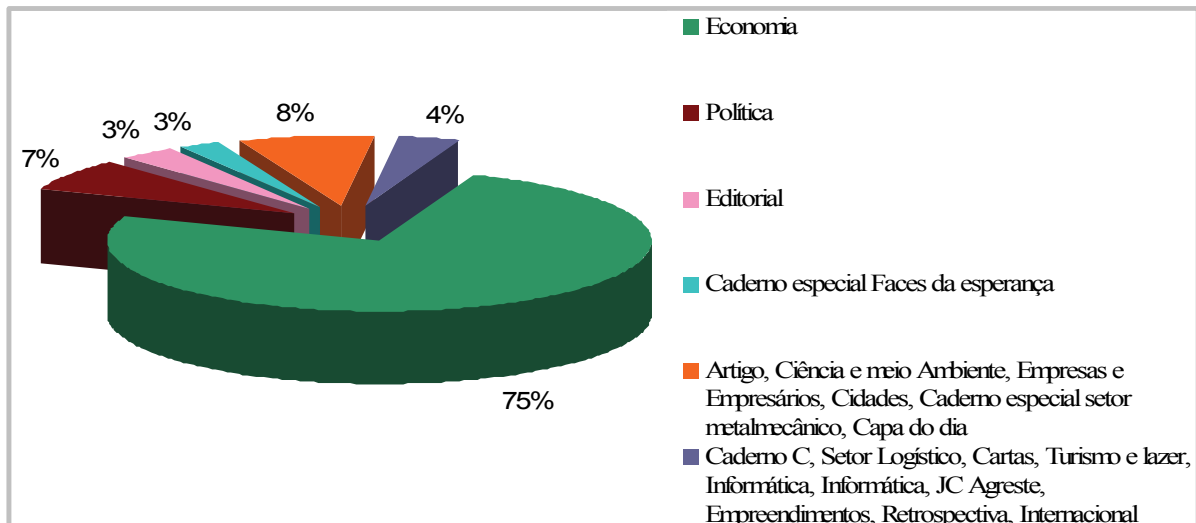


Gráfico 4 – Percentual de matérias sobre a RNEST publicadas no JC, por caderno, no período de agosto 2007 a julho 2010. Fonte: Pesquisa elaborada pela autora, 2011.

Um jornal que tem uma coluna diária sobre Ciência e Meio Ambiente publicar apenas 5 matérias (ver abaixo) em um período de três anos torna-se surpreendente, ainda mais em um momento em que as questões ambientais estão cada vez mais presentes nas discussões sociais, em pesquisas acadêmicas, convenções internacionais e é um tema de interesse do público, ou

seja, as pessoas estão interessadas em saber sobre essa temática, conforme aponta a pesquisa encomendada pela gerência de Marketing do próprio JC (GOMES, 2010).

- a) Retirado projeto que altera compensação ambiental. Publicado no JC em 13/10/2007 (anexo A).
- b) Projeto vai alterar lei de compensação ambiental. Publicado no JC em 06/10/2007 (anexo A).
- c) CPRH quer verba de refinaria. Publicado no JC em 19/09/2007 (anexo A).
- d) Funcionários denunciam exposição a produto tóxico. Publicado no JC em 20/11/2008 (anexo A).
- e) Passado de ilha descoberto: Pesquisadores da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) coletaram vestígios de populações pré-históricas em Tatuoca, no Grande Recife. Publicado no JC em 11/07/2010 (anexo A).

Os gêneros textuais da maioria das matérias são do tipo informativo, com características de reportagem - classificação que se dá quando se tem um relato ampliado de um acontecimento, um texto mais extenso, resultante de uma investigação e tendo como enfoque a temática desenvolvimentista, como pode ser percebido pelos títulos das matérias que denotam um otimismo pelos avanços econômicos e tecnológicos na região como exemplos abaixo:

- a) Petrobrás busca trabalhadores no entorno de Suape. Publicado no JC em 16/08/2007 (anexo A).
- b) Suape investe em infra-estrutura. Publicado no JC em 19/10/2007 (anexo A).
- c) Pernambuco pode evitar a crise: Enquanto a crise deve fazer o Brasil desacelerar em 2009, Pernambuco vai ser beneficiado pelos projetos estruturadores, como a refinaria e o estaleiro. Publicado no JC em 23/11/2008 (anexo A).

- d) PDVSA terá de pagar US\$ 480 milhões: Os recursos devem ser desembolsados pela venezuelana para cobrir os custos iniciais de contratação de projetos, de terraplenagem e de compra de equipamentos que já foram bancados pela Petrobras. Publicado no JC em 31/10/2009 (anexo A).
- e) Conexão Desenvolvimento: JC publica caderno sobre semelhanças entre Ásia e Suape. Publicado no JC em 28/3/2010 (anexo A).

Independente da seção do jornal na qual a notícia foi publicada, ao organizá-las pelos descritores temáticos predominantes percebe-se que a maioria (191) também tem uma abordagem econômica, seguida por emprego (72), política (33) e desenvolvimento (29). As questões socioambientais ficam em segundo plano, pois não são temas recorrentes: tema ambiental (15), conflitos (13), habitação (5) e saúde e social (5) cada. E ao se debruçar nas abordagens destes temas nos textos, constatou-se que eles não são considerados como relevantes.

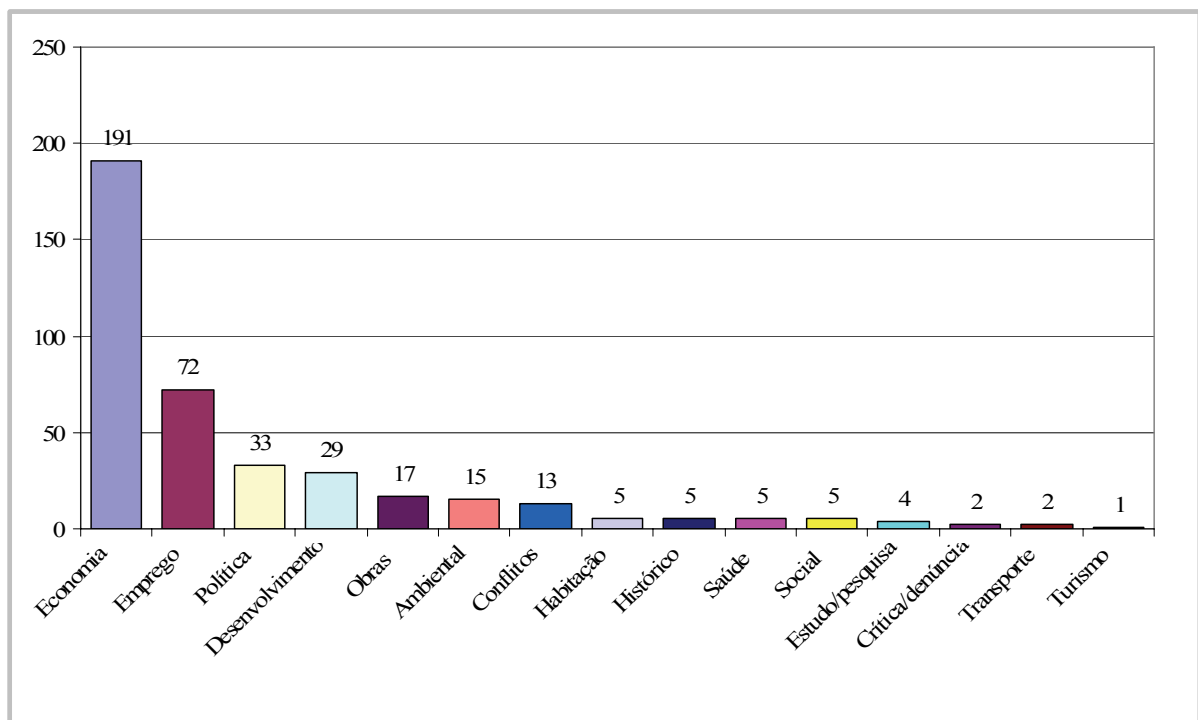


Gráfico 5 – Número de matérias sobre a RNEST publicadas no JC, por descritores temáticos, no período de agosto 2007 a julho 2010. Fonte: Pesquisa elaborada pela autora, 2011.

Tabela 2 – Número de matérias sobre a RNEST publicadas no JC, , no período de agosto 2007 a julho 2010.

N	Caderno editorial	2007	2008	2009	2010	Total
1	Economia	41	115	99	45	300
2	Política	5	14	4	6	29
3	Editorial	4	4	3	2	13
4	Caderno Especial Faces da esperança	11	0	0	0	11
5	Artigo	2	2	2	0	6
6	Ciência e meio ambiente	3	1	0	1	5
7	Capa do Dia	0	1	2	1	4
8	Caderno C	0	1	1	1	3
9	Setor Logístico	0	3	0	0	3
10	Cartas	0	2	1	0	3
11	Turismo e Lazer	1	1	0	0	2
12	Informática	0	1	0	1	2
13	JC Agreste	1	0	0	0	1
14	Empreendimentos	1	0	0	0	1
15	Retrospectiva	0	1	0	0	1
16	Internacional	0	0	1	0	1
17	Caderno Especial Setor Metalmeccânico	4	0	0	0	4
18	Empresa e empresários	0	5	0	0	5
19	Cidades	0	2	2	1	5
Total ano		73	153	115	58	399

Fonte: Pesquisa elaborada pela autora, 2011.

6.3 O discurso jornalístico, otimismo pelo desenvolvimento e a ocultação dos impactos

A análise das notícias mostrou que os dois jornais - Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco - selecionaram aspectos parecidos em torno da instalação da RNEST, revelando um otimismo exarcebado e um discurso em consonância com empresários e políticos que estão à frente das novas indústrias de Suape, ao mesmo tempo em que questões sobre os problemas sociais e impactos da vida das pessoas e no território não são debatidos. Apresentaremos neste capítulo, então, os resultados desta análise.

6.3.1 Localização do texto e gênero jornalístico

A localização predominante nos dois jornais (JC e DP) escolhida para a publicação das matérias sobre a RNEST foi o caderno de *Economia*, totalizando 14 matérias. As demais

foram publicadas no *Caderno Especial* – 2, *Editorial* – 1 e *Mundo* – 1, seguindo uma proporção semelhante da encontrada na amostra global, conforme apresentado na tabela 3.

Tabela 3 - Número e porcentagem de matérias sobre a RNEST publicadas no JC, do *corpus* de análise, no período de agosto 2007 a julho/2010

Caderno/sessão	N	%
Economia	14	77%
Caderno especial	2	11%
Editorial	1	6%
Mundo	1	6%
Total	18	100%

Fonte: Pesquisa elaborada pela autora, 2011.

Referindo-se ao gênero jornalístico dos textos selecionados, todos apresentaram predominância do gênero informativo através da reportagem com enfoque na notícia.

6.3.2 Principais descritores temáticos

Como dito anteriormente, a seção de um jornal impresso já demarca de antemão qual será a abordagem ou enfoque predominante do texto. Porém percebe-se nas matérias analisadas que embora tenha sido a maioria publicada no caderno *Economia*, apresentaram temas transversais diversos como emprego, política, desenvolvimento, meio ambiente, apesar de que, o fator econômico é quem dá o tom nesta abordagem. Outra questão que determinou a abordagem de outras temáticas é o factual, ou seja, o acontecimento de algum evento.

No caso das três matérias cujo descritor predominante foi o ambiental, duas delas publicadas no dia 11 de abril de 2008 (JC e DP), abordaram o tema ambiental por causa de uma ação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) diante áreas de mangue degradadas por empresas do território de Suape. A terceira matéria dessa temática, publicada no JC, é sobre a falta de estrutura que os órgãos ambientais têm para fazer o monitoramento das instalações de empresas em Pernambuco.

- a) Ibama embarga obra em Suape MEIO AMBIENTE // Fiscais encontraram áreas degradadas também na Pamesa e na Monte Carlo. Auto de infração foi de R\$ 108 mil. Publicado no DP em 11/4/2008 (anexo B).
- b) Meio Ambiente - Ibama embarga obra de fábrica e autua Suape. Publicado no JC em 11/4/2008 (anexo A).
- c) Órgãos ambientais sem estrutura para fiscalizar. Publicado no JC em 25/4/2010 (anexo A).

As matérias descritas tematicamente como conflito, foram sobre um fato reportado também em ambos os jornais: a paralisação do trabalho nas obras de terraplanagem pelos operários. Sendo este o primeiro grande conflito noticiado envolvendo os trabalhadores da obra da RNEST. É interessante ressaltar que os trabalhadores não ocupam nenhum espaço do discurso dos textos.

- a) As obras de terraplanagem da Refinaria Abreu e Lima, em Suape, ficaram paralisadas durante a madrugada e parte da manhã de ontem. Por volta da 1h, um grupo de cerca de 500 trabalhadores bloqueou o TDR-Sul, um dos troncos rodoviários de acesso ao complexo industrial portuário, em protesto por melhores salários e condições de trabalho. Publicado no DP em 31/01/2008 (anexo B).
- b) Cerca de 1.800 operários desligaram as máquinas para cobrar horas extras que não teriam sido pagas, segundo trabalhadores. A manifestação provocou um congestionamento de cinco quilômetros. Publicado no JC em 31/01/2008 (anexo A).

Com a temática predominante desenvolvimentista, três matérias trataram sobre a preparação do território com organização da infraestrutura para a nova configuração territorial. Na matéria especial do dia 30/05/2010, é enfatizado os valores que estão sendo investidos nos projetos e a geração de milhares de empregos. As outras duas fazem uma abordagem sobre o fornecimento de água para a refinaria, enfatizando os valores diferenciados estipulados pela Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa). Mesmo alegando que serão utilizados grandes volumes de água e que duas barragens do estado serão destinadas ao fornecimento, não se fez nenhuma abordagem do problema ambiental neste

consumo de água (Pernambuco ter grande deficiência e desigualdade na distribuição de água), o que nos faz supor que é uma matéria pautada pela assessoria de imprensa da RNEST.

- a) Principais investimentos estruturadores em petróleo, gás, naval e offshore em Suape-PE. Publicado no DP em 30/5/2010 (anexo B).
- b) Refinaria é maior cliente da Compesa/ Água // Empreendimento vai receber 1,5 milhão de metros cúbicos, o suficiente para abastecer um município como Garanhuns. Publicado no DP em 24/9/2009 (anexo B).
- c) Refinaria reforçará o caixa da Compesa // Quando estiver funcionando, empreendimento em Suape será o principal cliente da estatal. Por ano, vai gastar R\$ 9 milhões com a conta d'água. Publicado no JC em 24/9/2009 (anexo A).

Com o enfoque econômico, estão representados por dois textos que tratam do crescimento do mercado de prestação de serviços e a euforia com a chegada de novos empreendimentos:

- a) Nova chance para fornecer à refinaria: Encontro//Empresários podem ficar na espera, pois vagas devem ser reabertas (publicado no DP, Economia, 25/04/2010 (anexo B).
- b) Uma siderúrgica em Pernambuco - Se tínhamos razões de sobra para escolher Pernambuco como nosso Partido, o Partido de todos os pernambucanos, com a vinda da refinaria de petróleo e de um estaleiro, agora mais ainda com a anunciada instalação de uma siderúrgica no complexo industrial-portuário de Suape (publicado no JC, Editorial. 28.06.2008 (anexo A).

Em relação ao tema emprego, acompanhando a amostra global, é também bastante representativo no *corpus* com 3 matérias. Como não se tinha em Pernambuco mão de obra com o perfil para atuar nesse novo processo produtivo, a formação de trabalhadores é um dos principais focos de atuação realizado pelos atores envolvidos na expansão do Complexo Industrial através de projetos de qualificação e cursos técnicos:

- a) Petrobras busca trabalhadores no entorno de Suape/A estatal vai fazer o mapeamento dos profissionais que poderão ser usados na construção da refinaria e levantar a real necessidade de treinamento (publicado no JC, Economia.16/8/2007 – anexo A).
- b) Petrobras deve antecipar contratação. REFINARIA // Vagas para 300 profissionais de nível médio, entre técnicos e operadores, podem ser preenchidas ainda este ano (publicado no DP, Economia. 28/8/2007- anexo B).
- c) Senai sempre pronto para atender demanda industrial/ Rede conta hoje com 10 escolas técnicas, uma agência de treinamento e uma agência de consultoria, tecnologia e desenvolvimento (publicado no DP, Especial. 25/5/2008 – anexo B).

Tendo ainda uma matéria com enfoque político (14) e duas com enfoque social, ambas do JC (15 e 16), representam as escassas matérias que demonstram alguma preocupação com o bem estar e o conhecimento que a população tem sobre a RNEST. Porém, vale ressaltar que essa preocupação é vista pelo prisma do crescimento econômico.

- a) Abreu e Lima é "pedra no sapato". A definição sobre a composição societária e a direção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, é uma "pedra no sapato" nas relações entre Brasil e Venezuela. A avaliação é do sociólogo Universidade Central de Venezuela Javier Biardeau (...) (publicado no DP, Mundo em 28/6/2008 – anexo B)
- b) Recifense sabe pouco sobre os projetos de Suape (publicado no JC, Economia em 25/5/2008 – anexo A)
- c) Ipojuca, promissora e desigual. A cidade cresce por causa de Suape, atraindo investimentos e tem indicadores econômicos relevantes. Na esfera social, entretanto, a deficiência é antiga (publicado no JC, Economia em 30/5/2010 – anexo A)

Tabela 4. Descritores Temáticos Predominante

Descritor Temático Predominante	DP	JC	Total
Ambiental	1	2	3
Conflito	1	1	2
Desenvolvimentista	2	2	4
Economia	1	1	2
Emprego	3	1	4
Política	1	0	1
Social	0	2	2
Total	9	9	18

Fonte: Pesquisa elaborada pela autora, 2011.

6.3.3 Os sujeitos sociais nas matérias

No processo comunicativo democrático as diversas vozes são consideradas e negociadas e nessa relação é onde são determinadas as relações de poder. Todo texto é uma polifonia, ou seja, um conjunto de vozes que se exprime. Cada fala é palco de expressão de uma multiplicidade de vozes, algumas arremetidas intencionalmente pelo locutor (nesse caso, o jornalista, autor, que apresenta implicitamente seu discurso no texto, através da escolha da abordagem e de personagens), e outras das quais ele não se dá conta (o discurso do veículo de comunicação). Segundo Bakhtin (1992), estas vozes se articulam, se confrontam, se legitimam ou se desqualificam mutuamente, e esta é a rede interativa que põe em relação as vozes do mesmo texto, o que pode-se chamar de dialogismo.

Nas 18 matérias analisadas as vozes predominantes pertencem aos atores sociais que dão o tom do discurso hegemônico (instituições governamentais, instituições privadas, políticos), ou seja, o discurso desenvolvimentista e econômico que rege essas relações.

Em 17 das 18 matérias tem-se a presença de pelo menos um sujeito social (empresários, instituições governamentais e políticos) que representa esse discurso desenvolvimentista.

Sujeitos que representam instituições acadêmicas (no caso, Universidade Central de Venezuela e Faculdade Francinette do Recife) são enfatizados em duas matérias: *Abreu e Lima é "pedra no sapato"* (DP, Mundo, 28/6/2008), e *Recifense sabe pouco sobre os projetos de Suape* (JC, Economia, 25/5/2008), cuja abordagem é feita a partir do discurso desses sujeitos. A população é representada em apenas em duas matérias: *Recifense sabe*

pouco sobre os projetos de Suape (JC, Economia. 25/5/2008), na verdade, apenas para confirmar a tese apresentada pelo pesquisador e em *Ipojuca, promissora e desigual* (JC, Economia, 30/5/2010).

Setor	Sujeitos Sociais Identificados
Profissional de comunicação	Profissional de comunicação autor da matéria da empresa de comunicação
Instituições acadêmicas	Sociólogo da Universidade Central de Venezuela, Pesquisador Grupo de Estudos do Macroambiente Empresarial de Pernambuco (Gemepe)/ Faculdade Francinette do Recife(FAFIRE)
Empresários	Diretor de recursos humanos da Impsa, Diretor de contrato da obra, Organização Nacional da Indústria do Petróleo, Instituto Brasileiro do Petróleo, Coord. do Fórum Regional do Programa, diretor técnico do Senai, gerente operacional do Itaú de Ipojuca, consórcio que executa o serviço para a Petrobras, Consórcio formado pela Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e Galvão Engenharia
Representantes de instituições governamentais e políticos	Governador de PE, presidente da Petrobrás, secretário de Recursos Hídricos e presidente da Compesa, Chefe da divisão de controle e fiscalização do IBAMA, diretor de engenharia e meio ambiente de Suape, gerente da unidade de controle de monitoramento florestal da CPRH, presidente do CPRH, Presidente do porto de Suape, Sec. Adjunta planej. e desen. Econômico de Ipojuca, assessora especial do prefeito de Ipojuca
Refinaria	Diretor de contrato da obra da RNEST, diretor da RNEST, diretor corporativo da RNEST, Gerente de Suporte da implantação da RNEST, gerente de projeto da RNEST, Gerente de suporte à implantação da RNEST
População	Feirante, administrador de empresa, dona de casa, Gerente de loja de roupas (D'modas) de Ipojuca

Quadro 3: Representação dos Sujeitos sociais nas matérias selecionadas do JC e DP, no período de agosto/2007 a julho/2010. Fonte: Pesquisa elaborada pela autora em 2011.

6.3.4 O discurso jornalístico

6.3.4.1 *Ambiente como parte da determinação da saúde*

Nenhuma matéria abordou os impactos socioambientais na perspectiva do ambiente como parte da determinação social da saúde. As matérias que apresentaram alguma abordagem ambiental tiveram um discurso ambientalista pelo viés econômico e propagandista, sem associar a relação ambiente e saúde. Na verdade, o discurso presente, revela que o engajamento dos setores produtivos nas questões ambientais tornou-se

obrigatório para a divulgação de uma imagem favorável e a aceitação pela população, inclusive aqueles responsáveis por altos índices de poluentes, passou a incluir em suas estratégias de relações públicas, ações ligadas às boas práticas ambientais, como por exemplo, publicizar a autorização de licenças pelos órgãos ambientais, querendo sugerir, que com a licença emitida, todas as questões ambientais decorrentes daquele processo produtivo, estarão asseguradas. Este discurso fica claro através dos seguintes trechos:

- a) Dragagem: o porto do Recife obteve licença ambiental para fazer a dragagem da sua área de atracação. O serviço tem um custo estimado em R\$ 25 milhões que serão bancados com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). (JC, Economia. 18/08/2007)

- b) Refinaria recebe licença de instalação para iniciar obra/Agora só falta retirar a vegetação do local e passar as máquinas (...) “Pela primeira vez a Petrobras vai fazer uma refinaria submetida às novas regras ambientais. É uma licença pioneira para a CPRH e para a Petrobras”, destacou o governador Eduardo Campos, em cerimônia no Palácio do Campo das Princesas. O processo de licenciamento ambiental foi iniciado em março de 2006. (JC, Economia. 28/08/2007).

Nas três reportagens que tiveram o descritor temático ambiental fizeram uma abordagem sobre o ambiente, porém sem apresentar a preocupação e/ou posicionamento de representantes da população sobre os possíveis impactos negativos que o ambiente pode sofrer decorrentes do processo industrial. Nem as frequentes menções e intenções de ampliação desses empreendimentos foram suficientes para trazer alguma preocupação em relação ao projeto e em suas consequências ambientais e sociais. O discurso era de que essas iniciativas iriam conservar alguma porcentagem da vegetação original para cumprir as exigências ambientais, pois “Suape é uma área de sacrifícios”. As matérias abordaram questões de fiscalização e interdição (com multas) de obras de diversas empresas do CIPS, principalmente, por não cumprirem com a compensação ambiental acordada no processo de licenciamento. Como o que motivou essa abordagem no texto foi o fato real da interdição (ver trechos abaixo) fica apresentado que o desmatamento não gera prejuízo desde que seja feita a compensação dele.

- a) "A ocupação da área é viável, tanto que a CPRH emitiu as licenças com a anuência do IBAMA. Mas existem procedimentos que Suape teria que adotar para compensar o impacto", destacou Tavares. No caso da Impsa Wind, que está em fase final de terraplenagem e início da construção dos galpões, teria havido a supressão de uma área de mangue. Na Pamesa, teriam sido devastados 9 hectares de Mata Atlântica, enquanto que na Monte Carlo teria sido destruído um hectare de mangue. Nessas duas últimas não houve embargo porque não há obra (publicado no DP, Economia em 11/04/2008 – anexo B).
- b) (...) Suape terá 20 dias para apresentar defesa. A proposta do Porto é, se confirmada a agressão ambiental, iniciar imediatamente o processo de compensação ambiental. "Se for o caso, vamos contratar uma empresa emergencialmente para fazer a compensação", adianta Padilha. Segundo o IBAMA, a suspensão do embargo poderá ser feita se o Porto se comprometer, com um Termo de Ajustamento de Conduta, a cumprir um plano de reflorestamento. O IBAMA também fiscalizará de forma minuciosa a obra da Refinaria Abreu e Lima, que tem parte da área em território com mangue. "Vamos fazer uma vistoria. Para retirar área de mangue, eles vão precisar de uma autorização do IBAMA", afirmou. Publicado no JC, Economia em 11/04/2010 (anexo B).
- c) A discussão entre o desenvolvimento e a preservação esbarra num obstáculo difícil: a falta de estrutura dos órgãos competentes. O exemplo mais claro disso é que as grandes indústrias do complexo industrial estão em atraso na obrigação de implementação de seus projetos de compensação ambiental. Relatório da Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH) aponta que estão nesta situação a Bunge, o Estaleiro Atlântico Sul e até mesmo a Refinaria Abreu e Lima, que ainda está sendo erguida. Um dos motivos para os atrasos, admite a própria CPRH, é a falta de estrutura do órgão para cobrar as respostas ambientais dos grandes projetos. Publicado no JC, Economia em 25/04/2010 (anexo A).

Podemos perceber com certa clareza como o discurso ambientalista, importante ferramenta de defesa e preservação da qualidade de vida, torna-se um potente aliado nas estratégias de marketing das empresas preocupadas com sua imagem, e não necessariamente, em atividades de responsabilidade social, e como o discurso da mídia impressa é superficial.

6.3.4.2 *Desenvolvimento sustentável*

De maneira geral, as matérias não apresentaram preocupação com o bem estar social e com a população imigrante e os moradores mais antigos. Dentre elas destaca-se a matéria “Ipojuca, promissora e desigual” que denuncia que Ipojuca acumula aumentos sucessivos na arrecadação de ICMS, porém não são utilizados para melhorar a qualidade de vida para maioria das pessoas. O município não acompanha o desenvolvimento industrial com o desenvolvimento do comércio e serviços locais:

- a) Ipojuca acumula aumentos sucessivos na arrecadação de ICMS. Passou de R\$ 95,3 milhões em 2006 para R\$ 153,1 milhões no ano passado, configurando-se como o terceiro maior município do Estado. Além disso, tem um PIB per capita de R\$ 61.959, cinco vezes maior que o do Recife, de R\$ 12.091. Por outro lado, tem taxa de analfabetismo de 37% e um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 0,658 – taxa comparável às de países africanos. Os dados mostram uma alta concentração de riqueza. Uma riqueza que, em grande parte, resulta dos investimentos estruturadores do Porto de Suape. Em outras palavras, Ipojuca continua sendo um município do futuro. Mas o futuro ainda não chegou, pois ainda não conseguiu transformar tantos recursos financeiros numa melhor qualidade vida para a maioria das pessoas (...) A boa notícia é que a prefeitura se mostra atenta às dificuldades e tem um plano diretor de desenvolvimento que tenta estimular o crescimento urbano do município e, por sua vez, reter moradores de forma a estimular o comércio, a geração de empregos e arrecadação de impostos municipais. O fato é que os funcionários graduados dos grandes empreendimentos apenas trabalham em Ipojuca e voltam para viver em municípios vizinhos equipados com os atrativos urbanos, principalmente Recife. Publicado no JC, Economia em 30/5/2010 (anexo A).

Sobre as questões que envolvem educação, formação profissional e qualificação, o *corpus* apresenta um discurso educacional comodificado, isso quer dizer, o que a princípio não teria um propósito de ser uma mercadoria produzida no sentido econômico, passa a ter. Os processos de formação/educação/qualificação da mão de obra para trabalhar nos empreendimentos em Suape são apresentados como produtos:

- b) Petrobras vai mapear mão-de-obra REFINARIA // Técnicos farão cadastro em 20 municípios para qualificar trabalhador. Publicado no DP, Economia em 16/8/2007 (anexo B).
- c) Petrobras busca trabalhadores no entorno de Suape A estatal vai fazer o mapeamento dos profissionais que poderão ser usados na construção da refinaria e levantar a real necessidade de treinamento. Publicado no JC, Economia em 16/8/2007 (anexo A).

Esse discurso reforça a tese que nesses grandes empreendimentos os cargos menores com os salários mais baixos são destinados à mão de obra local que tem o maior protagonismo no momento de construção. Também divulgam os cursos e programas de qualificação, como o Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás (Prominp), sem aprofundar na qualidade dessa formação e a questão da educação básica. Essa oferta de cursos é utilizada principalmente para vender o jornal, pois sempre vem um texto de destaque na capa dos periódicos e nos títulos das matérias.

- a) Petrobras deve antecipar contratação //REFINARIA // Vagas para 300 profissionais de nível médio, entre técnicos e operadores, podem ser preenchidas ainda este ano (publicado no DP, Economia em 28/8/2007 (anexo B).
- b) Senai sempre pronto para atender demanda industrial//Rede conta hoje com 10 escolas técnicas, uma agência de treinamento e uma agência de consultoria, tecnologia e desenvolvimento. Publicado no DP, Especial em 25/5/2008 (anexo A).

Questões referentes à qualidade do emprego são substituídas pelo aumento de ofertas de capacitação e qualificação da mão de obra disponível no estado, que não tem experiência para atuar nesses novos empreendimentos, portanto, necessita de projetos de formação. Também não se identificou preocupação referente ao término das obras de construção, momento em que a oferta de emprego – que até então seria alta – irá diminuir drasticamente, deixando milhares de pessoas sem trabalho. Geralmente esses trabalhadores moram de forma precária nas proximidades dos empreendimentos e ficam mais expostos aos perigos já mencionados.

Percebe-se a ausência de questões problematizadoras e informativas referentes à: desmatamento, aterro de manguezais, proteção dos mananciais, qualidade do ar, da água, do

solo, proteção da biodiversidade, saneamento ambiental das áreas urbanas, adequação das vias públicas para transporte de produtos perigosos, destino final de resíduos sólidos industriais e medidas antipoluição. Mesmo quando houve nas matérias a presença de alguns desses temas, como por exemplo, sobre o aterro de manguezais, citado anteriormente, era apresentado sem levar em consideração os impactos e consequências no ambiente e na vida das pessoas.

Outro exemplo que poderia ilustrar está nas duas matérias (27) sobre o fornecimento de água para a refinaria de petróleo. Ambas apresentaram o discurso desenvolvimentista do estado, fomentador da política de aceleração do crescimento e do empresariado. Ao falar sobre a forma que será fornecida água para a RNEST exalta principalmente o impacto econômico na rentabilidade da Companhia de Saneamento de Pernambuco (Compesa):

a) Refinaria é maior cliente da Compesa/Água // Empreendimento vai receber 1,5 milhão de metros cúbicos, o suficiente para abastecer um município como Garanhuns. (...)"A refinaria é um grande consumidor de água. Utilizamos o produto no processo de refino do petróleo e sofremos muitas perdas, principalmente com a evaporação nas torres de resfriamento e no condensamento de vapor na termelétrica", explicou o diretor corporativo da Abreu e Lima, João Batista Aquino (...). publicado no DP em 24/9/2009 (anexo B).

b) Refinaria reforçará o caixa da Compesa//Quando estiver funcionando, empreendimento em Suape será o principal cliente da estatal. Por ano, vai gastar R\$ 9 milhões com a conta d'água (...) A refinaria será abastecida pelas barragens de Bitá e Utinga, que atualmente são responsáveis pela oferta de água do Complexo de Suape, e pela ampliação desse sistema, que a partir de 2012 vai captar água do Rio Ipojuca e aumentar a atual oferta em 600 litros por segundo (...). Para fechar o contrato, a Compesa criou tarifas diferenciadas, que também poderão ser utilizadas por outros consumidores da mesma faixa de consumo. Publicado no JC em 24/9/2009 (anexo A).

Mesmo reconhecendo que a refinaria gasta uma grande quantidade de água e como é de conhecimento geral que diversos locais de Pernambuco sofrem com o desabastecimento de água, destinar duas barragens exclusivamente para a refinaria e com o valor tarifário mais baixo, é reforçar as desigualdades sociais.

6.3.4.3 Saúde como condição da qualidade da vida humana

Diversos estudos listam os impactos causados por esse tipo de indústria na saúde e no ambiente a curto, médio e longo prazo: o aumento da velocidade da extinção de espécies; surgimento de novas doenças e ressurgimento de doenças antigas em novas configurações; problemas ecológicos globais como mudanças climáticas, redução da camada de ozônio; emissão de hidrocarbonetos; poluição industrial; ausência de saneamento ambiental adequado; acidentes industriais ampliados, como explosão e incêndio; escassez dos recursos naturais básicos e matérias primas; aumento das desigualdades sociais, entre tantos outros.

Em praticamente nenhuma das matérias selecionadas, identificou-se preocupação diante desses possíveis impactos, com exceção de uma: *Ipojuca, promissora e desigual* (JC, Economia. 30/5/2010). No início desta matéria, é apresentada preocupação na aplicação dos impostos em políticas sociais, porém, já no final do texto desta matéria a ênfase volta a ser econômica como se pode ver no seguinte trecho:

- c) A cidade cresce por causa de Suape, atrai investimentos e tem indicadores econômicos relevantes. Na esfera social, entretanto, a deficiência é antiga//Ipojuca acumula aumentos sucessivos na arrecadação de ICMS (R\$ 95,3 milhões em 2006 para 153,1 milhões em 2009. Mas os recursos não melhoraram a qualidade de vida para maioria das pessoas. A cidade não acompanha com o desenvolvimento do comércio e serviços (bancos) e nem com empreendimentos habitacionais. os funcionários graduados dos grandes empreendimentos trabalham em Ipojuca e vivem em municípios mais equipados como Recife (...).
- d) (...) A boa notícia é que a prefeitura se mostra atenta às dificuldades e tem um plano diretor de desenvolvimento que tenta estimular o crescimento urbano do município e, por sua vez, reter moradores de forma a estimular o comércio, a geração de empregos e arrecadação de impostos municipais (...) Segundo a assessora especial do prefeito Pedro Serafim, Simone Osias, o poder municipal está fechando com empresas locais para instalar conjuntos habitacionais populares. “Vamos fechar as primeiras aprovações até o final do mês”, promete. Ela reconhece que o município tem problemas com habitação e, na sua visão, a origem é a qualidade do acesso ao solo. “O perímetro urbano sempre foi muito limitado pela parte rural. No novo plano diretor ampliamos em três vezes o espaço para utilização urbana e a valorização dessas áreas

faz com que os donos de terra tenham interesse em vendê-las. Economicamente vale mais a pena passá-las para o mercado imobiliário do que manter a produção de cana, que pode ser transferida para municípios onde a terra está mais barata, a exemplo de Barreiros”, avalia. Publicado no JC em 30/5/2010 (anexo A).

As matérias que abordam tema que relacione questões de saúde, não as reconhecem como tal, portanto, o *corpus*, não demonstrou aprofundamento ou preocupação com essa questão.

6.3.4.4 *Conflitos socioambientais, informação e comunicação*

Os conflitos são minimizados e praticamente ausentes nas reportagens. Problemas referentes às mudanças culturais, expansão urbana e deslocamentos de comunidades são invisibilizados e não têm representação da mídia impressa. Aqueles que estão tendo suas vidas modificadas com a chegada dos novos empreendimentos parecem ter silenciadas suas reivindicações e questionamentos quanto ao futuro de sua localidade e cidade. Os movimentos sociais também não aparecem.

Apenas uma matéria “*Recifense sabe pouco sobre os projetos de Suape*” (JC, Economia. 25/5/2008) relata como importante o conhecimento da população sobre os novos empreendimentos de Suape ao apresentar o resultado de uma pesquisa que identificou que os recifenses têm pouco ou nenhum conhecimento sobre os investimentos estruturadores do estado e conclui que quanto maior o nível de informação melhor é a compreensão dos aspectos positivos da economia de PE. Sendo esse o grande problema da questão, pois é enfatizado que as pessoas precisam se apropriar dos planos de desenvolvimento para aprovarem apenas os aspectos econômicos positivos, propagandistas, e não para conquistarem a autonomia crítica, co-responsabilidade e participação das decisões políticas, levando em consideração as suas reais necessidades:

- a) A feirante Márcia de Castro, 32 anos, não faz idéia do que seja uma refinaria, nem imagina o que se produz num estaleiro e muito menos tem conhecimento de que esses dois empreendimentos estão em construção no Complexo Industrial e Portuário de Suape. O administrador de empresas Rodrigo Machado, 28 anos – dono de uma

concessionária de motos no município de Paulista – já ouviu falar dos dois projetos, mas reconhece que tem pouca informação sobre eles. Apesar de viverem em realidades bem diferentes, Márcia e Rodrigo engrossam o grupo de recifenses que têm pouco ou nenhum conhecimento sobre os investimentos estruturadores em implantação no Estado. (...) O levantamento, que tem margem de acerto de 90%, ouviu 500 pessoas de 14 municípios da Região Metropolitana do Recife (RMR). Dos entrevistados, 18% responderam que não têm qualquer conhecimento sobre os projetos, 63% disseram ter algum conhecimento e apenas 19% afirmaram ter muito conhecimento. Publicado no JC, Economia em 25/5/2008 (anexo A).

Portanto, o discurso que é construído por um conjunto de falas (pesquisador, prefeitura de Ipojuca, populares, veículo), ressalta a importância de informar sobre os empreendimentos apenas para uma aprovação econômica, apontando a necessidade de fazer publicidade.

- b) (...) O coordenador do Gemepe, Uranilson Barbosa de Carvalho, aponta para a necessidade de aumentar a divulgação sobre os projetos. “É preciso apostar numa linguagem popular para chegar, principalmente, às massas. Isso poderia acontecer por meio de campanhas, palestras, workshops e apresentações nas escolas. Isso sem falar na multiplicação das informações por meio de lideranças comunitárias e rádios populares”, sugere conhecimento. Publicado no JC em 25/5/2008 (anexo A).

A matéria assume a falta de diálogo entre os protagonistas dos projetos industriais de Suape e a população, porém não defende a comunicação como direito humano e não incentiva o debate político através de um espaço plural e diverso e não apenas exclusivo para interesses comerciais e políticos.

6.3.4.5 *Conflitos socioeconômicos*

Apenas duas matérias demonstram questões de conflitos econômicos, que nesse caso, são motivados pelos trabalhadores da obra da refinaria, sendo este evento o início de uma série de problemas que emergiram das relações trabalhistas entre os administradores da terraplanagem e os trabalhadores de Suape. 1.800 operários do canteiro de obras da

terraplanagem para construção RNEST paralisaram o trabalho em protesto contra o pagamento do último salário, pois não teria sido computada a hora extra trabalhada. Os dois jornais fizeram a cobertura da paralisação - *Refinaria/ Trabalhadores paralisam obras* (DP, Economia. 31/1/2008) e *Operários paralisam trabalhos na refinaria* (JC, Economia. 31/1/2008 - porém em nenhum dos textos, teve a presença explícita de representantes dos trabalhadores, o discurso hegemônico foi dominado pelo diretor da Refinaria e pelo diretor de contrato da obra, que não reconheciam o direito de reivindicação dos trabalhadores, mas, para não atrasar as obras, concordaram em pagar o exigido.

Categorias de análise	Variáveis	Presença da variável no discurso da mídia impressa	Comentário Crítico à luz das Teses consideradas no objetivo específico “c” e os conceitos centrais de desenvolvimento sustentável e de justiça ambiental
Ambiente como parte da determinação da saúde	Proteção dos mananciais	NÃO	Nenhuma matéria abordou os impactos socioambientais na perspectiva do ambiente como parte da determinação social da saúde. As matérias que apresentaram alguma abordagem ambiental tiveram um discurso ambientalista pelo viés econômico e propagandista, sem associar a relação ambiente e saúde.
	Boa qualidade do Ar	NÃO	
	Não contaminação do solo	NÃO	
	Saneamento Ambiental das áreas Urbanas	NÃO	
	Adequação das vias públicas para transporte de produtos perigosos	NÃO	
	Destino Final de resíduos sólidos industriais	NÃO	
	Medidas de Antipoluição	NÃO	
	Proteção da Biodiversidade	SIM	3 matérias abordaram sobre desmatamento de mangue, mas não associaram à saúde
Saúde como condição da qualidade da vida humana	Preocupação com as doenças atuais e futuras	NÃO	Em praticamente nenhuma das matérias selecionadas, identificou-se preocupação diante desses possíveis impactos. Apenas 1 matéria abordou os problemas sociais de Ipojuca e falta de aplicação dos impostos arrecadados.
	Preocupação com acidentes	NÃO	
	Preocupação com grupos mais vulneráveis e vulnerabilizados	NÃO	
	Preocupação com os serviços de saúde atuais e os necessários	NÃO	
	Preocupação com a violência	NÃO	
	Preocupação com poluição	NÃO	
	Preocupação com a qualidade da água, do ar e do solo	NÃO	
Desenvolvimento sustentável	Preocupação com o bem estar social	SIM	Apenas 1 matéria abordou os problemas sociais de Ipojuca e falta de aplicação dos impostos
	Preocupação com o ambiente	SIM	3 matérias abordaram sobre desmatamento de mangue
	Preocupação com a população migrante e os moradores mais antigos	SIM	Na matéria sobre os problemas sociais de Ipojuca e falta de aplicação dos impostos arrecadados
	Preocupação com a qualidade do emprego	NÃO	As matérias sobre emprego, apontavam apenas a futura oferta de empregos através de quantitativos
	Preocupação com a educação	SIM	apenas 1 matéria abordou preocupação com a taxa alta de analfabetismo em Ipojuca. As demais apenas trataram de qualificação técnica
Conflitos Socioambientais	Deslocamento	NÃO	Os conflitos são minimizados e praticamente ausentes nas reportagens. Problemas referentes às mudanças culturais, expansão urbana e deslocamentos de comunidades são invisibilizados e não têm representação da mídia impressa.
	Expansão Urbana	NÃO	
	Cultural	NÃO	

Quadro 4: As teses de saúde e ambiente e o discurso da mídia impressa de Pernambuco. (continua)

Fonte: Pesquisa elaborada pela autora em 2011.

Categorias de análise	Variáveis	Presença da variável no discurso da mídia impressa	Comentário Crítico à luz das Teses consideradas no objetivo específico “c” e os conceitos centrais de desenvolvimento sustentável e de justiça ambiental
Conflitos econômicos	Indenizações	SIM	Em duas matérias sobre a paralisação das obras de terraplanagem
	Prioridade de emprego	SIM	Em quatro matérias é enfatizado o surgimento de vagas de trabalho e a necessidade de mão de obra qualificada
	Qualificação	SIM	
Informação e comunicação	Desconhecimento	SIM	Apenas uma matéria apresentou que a maioria da população não tem conhecimento sobre os empreendimentos industriais atuais em construção e os futuros
	Desinformação	SIM	
	Acesso/participação	NÃO	Nenhuma matéria explorou discurso sobre a participação social em processos decisórios, a qualidade e o acesso à informação sobre a nova configuração produtiva em Suape.
	Direito humano a comunicação	NÃO	
	Qualidade da informação	NÃO	

Quadro 4: As teses de saúde e ambiente e o discurso da mídia impressa de Pernambuco (continuação)

7 DISCUSSÃO

A promessa de um devir de bonança, com novos empregos para a região, exerce um poder de convencimento da sociedade e de aceitação dos menos favorecidos sobre os projetos e empreendimentos que ocultam as situações de perigo e as nocividades para a saúde e para o ambiente, que requereriam ações precaucionárias negociadas com as comunidades.

A comunicação entre os atores envolvidos direta ou indiretamente neste momento de crescimento industrial em Pernambuco tem sido pautada principalmente pelo interesse econômico de empresários, políticos e até de parcelas da academia, sem a participação ampla da população, sobretudo naquilo que se refere aos processos de mudanças que estão acontecendo em Suape e que irão sofrer no ambiente e na saúde. No processo de comunicação em saúde a premissa básica e fundamental é o estabelecimento de um fluxo ágil e permanente de comunicação agregando a interação democrática entre os sujeitos sociais. É imprescindível reconhecer a importância da educação/comunicação para a saúde em favor da implementação de espaços que propiciem a circulação da informação na sociedade.

A instalação da Refinaria em Pernambuco é enaltecida e publicizada na mídia impressa por apresentar impactos positivos, principalmente de caráter econômico, não abordando e problematizando questões sobre os impactos socioambientais que um empreendimento desse porte causa em um território.

As matérias observadas são ilustrativas da comunicação unidirecional (vertical) que reproduz apenas os interesses dos empresários e seus aliados governamentais e não-governamentais, não levantando com transparência os devidos questionamentos que poderiam e deveriam ser considerados. Os dados, informações e conhecimentos acabam se constituindo em mercadoria valiosa e por isso, as fontes dessas informações não são isentas na medida em que buscam empreender um esforço mercadológico, nem sempre ético ou transparente para veicular na mídia aquilo que lhe interessa, ou então, para impedir que determinadas informações cheguem à opinião pública, quando estas contrapõem seus interesses.

A mídia exerce controle sobre o seu público diariamente, pois as notícias são veiculadas pouco a pouco, porém de forma contínua. Esse controle é estabelecido na forma como as pessoas reproduzem os discursos veiculados, sem que percebam que essa é uma forma de perpetuar práticas socioculturais da sociedade. Nesse sentido, os produtos ‘vendidos’ (informações, opiniões) pela mídia têm a função de reproduzir valores que a sociedade (ou estratos da sociedade) possui. A mídia ‘vende’ o status de uma sociedade capitalista em que

um grupo exerce o poder sobre o outro. Nas matérias podemos visualizar o poder de uma parceria público/privado sendo exercido sob a classe trabalhadora e das classes sociais mais baixas.

O Jornal do Commercio e o Diário de Pernambuco são jornais direcionados aos estratos médios e altos da população e esses destinatários fazem parte das condições de produção do discurso desses veículos. Os periódicos que atingem as classes mais altas as nomeiam como tal, ou seja, elas estão refletidas na própria topografia do discurso, como, por exemplo, na estrutura de seções e de subseções. Esse é um dos fatores que determinou os jornais terem um desenvolvimento semelhante na abordagem do tema da RNEST, ressaltando as questões econômicas (o caderno economia, não é um caderno que a população das classes mais baixas tem um maior interesse), além do que é uma área específica que tem um público leitor mais restrito. Os cadernos que são destinados a abordar temas mais gerais sobre o estado poderiam ser mais explorados com os temas da refinaria, e os cadernos sobre meio ambiente e saúde, deveriam apresentar as diversas questões pertinentes a este campo, não com o intuito de assustar ou causar pânico, mas de fazer uma abordagem mais qualificada com uma maior diversidade de sujeitos sociais. Mas o que encontramos foi o inverso: uma grande quantidade de matérias revelando o olhar reduzido sobre a saúde e o ambiente, uma questão inaceitável em jornais que se dizem voltados para o debate e o interesse público, como apresentado na missão do JC:

Satisfazer por intermédio dos seus veículos, as necessidades de informação e entretenimento do público, pautando-se pela defesa da democracia, da Justiça social e da livre iniciativa e por uma conduta ética, moral e legal, com o compromisso permanente de apoiar o desenvolvimento e valorizar a cultura de Pernambuco e do Nordeste, buscando a perenidade das empresas e o bem-estar dos associados” (SISTEMA JORNAL DO COMMERCIO, 2011).

Por outro lado, é de grande conhecimento, que os empresários, donos de empresas de comunicação, estabelecem diversas relações econômicas com outros ramos e nichos políticos e isto interfere no direcionamento das pautas jornalísticas, como o episódio de um jornal baiano citado anteriormente. A interferência do capital no processo de produção do discurso da mídia tem tornado cada vez mais tênues os limites entre marketing e comunicação, comprometendo a qualidade das informações e da participação através das fontes utilizadas (instituições e sujeitos sociais). A utilização do release como notícia parece povoar as matérias analisadas, com o discurso de empresas, governos, universidades disfarçados como

matéria isentas. Esta questão apresenta-se imposta pelos dirigentes das empresas de comunicação como pela dificuldade do profissional de comunicação exercer um espírito crítico, seja por deficiência da sua formação, ou pelas dificuldades no processo de trabalho, como a sobrecarga de trabalho, acúmulo de funções e ausência de uma equipe de consultores especializados.

A ideologia do discurso jornalístico sobre o processo de instalação da RNEST apresenta-se como desenvolvimentista e voltada para o mercado econômico e um modelo que enfatiza o progresso e crescimento a todo custo e acima de todos. Segundo Fairclough (2001, pag.117), as ideologias são significações ou construções da realidade que são construídas em várias dimensões de formas e sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, reprodução ou a transformação das relações de dominação. E a prática discursiva produzida nas matérias do jornal impresso, é reproduzida em outros espaços sociais na medida em que esses discursos são naturalizados, tornando-se senso comum. Isso quer dizer, que a ideologia de que a refinaria só trará benefícios como progresso, emprego e crescimento, apresentada pela mídia pode ser encontrada em outras esferas e espaços sociais de uma forma naturalizada, como se percebe serem os discursos de pessoas e de seus familiares que estavam desempregados até a chegada do empreendimento. Esse conceito de ideologia está intimamente conectado ao conceito de poder através de relações de poder, especificamente de relações assimétricas entre os participantes de um evento discursivo, definidas em termos de desigualdade de controle ou de dominação (FAIRCLOUGH, 2001).

A desigualdade entre os sujeitos participantes é recorrente no *corpus* analisado. Mesmo naqueles onde sujeitos sociais distintos que representam a população estão presentes e tem um discurso explícito, este discurso, serve apenas para reforçar o discurso hegemônico já posto. A interdiscursividade, ou, os tipos de discursos presentes no texto, é representada por poucas vozes, ou melhor, poucas vozes distintas. Todos os sujeitos reforçam o discurso desenvolvimentista tecido, exceto em poucos casos, quando são apresentados dois discursos antagônicos. A intertextualidade, que é uma característica forte do texto jornalístico, no caso analisado parece ser manipulada em prol do discurso desenvolvimentista. A implementação desses processos produtivos é palco de conflitos socioambientais, onde a questão da comunicação surge no cenário, geralmente no seu formato unidirecional, com exclusão da diversidade de atores sociais e seus múltiplos olhares do processo de discussão e decisão sobre a nova reconfiguração socioeconômica.

Se por um lado há uma atmosfera pouco reivindicativa e uma baixa presença do setor público regulador, do movimento sindical ou da mobilização social no território de instalação

da refinaria, por outro, algumas dessas vozes parecem estar dispersas em iniciativas isoladas e serem ignoradas pela mídia impressa, conforme demonstra a análise realizada nas matérias.

As questões de saúde e ambiente vêm ganhando maior espaço na mídia impressa, porém tem uma conotação distorcida, duvidosa e sensacionalista. Distorções que ocorrem por falta de conhecimento, outras vezes, intencionalmente em defesa de interesses da empresa ou mesmo de clientes patrocinadores que não seriam beneficiados pela divulgação de determinadas matérias. São questões que merecem ser avaliadas para o surgimento de uma nova sociedade, crítica, esclarecida, conscientizada e preocupada com as questões ambientais, por isso é oportuno refletir sobre a possível contribuição da mídia impressa na proteção ambiental e de cidadania, onde o jornalismo deva contextualizar a população no contexto do ambiente, apresentando os problemas suas causas e consequências, sugerindo soluções, estimulando ações para que possam enfrentá-los. Contribuindo para a formação da cidadania ambiental. Portanto, estimular a solidariedade, justiça social, valorização da vida, debater segurança e exclusão social, esses temas se relacionam com a vida pessoal e coletiva, e estimulam a formação de atitudes humanizadoras na preservação da vida.

Deveria tornar possível o debate através da democratização da comunicação com a participação dos diversos discursos. A imprensa brasileira dificilmente trata dos problemas ambientais com profundidade e clareza na pauta das discussões públicas, geralmente ganham enfoques superficiais ou distorcidos, por vezes ganham destaque as "*Ecocatástrofes*", por meio do terrorismo de manchetes de uma "natureza na UTI.", isto é, ressaltam a ecologia sob a face do medo veiculado, como o que vem acontecendo nas últimas semanas, por causa do acidente na usina nuclear japonesa de Fukushima 1. Após o acidente os perigos e riscos decorrentes da utilização de usina nuclear para produção de energia vêm sendo debatidos em todo mundo.

No entanto, este espaço público é hoje controlado pelos pouquíssimos que têm o poder sobre os meios de comunicação. No Brasil, nove famílias controlam 85% da informação que circula por todos os meios de comunicação, enquanto a imensa maioria dos 180 milhões de habitantes, por impeditivos sociais, políticos, econômicos ou técnicos, não tem garantido o exercício pleno de sua liberdade de expressão e de acesso à informação e comunicação. Esse é um dos principais entraves para que a comunicação cumpra o papel de promotora de direitos.

A teoria da ação comunicativa de Habermas (1989) compartilha a crítica segundo a qual o processo de modernização passou a ocorrer nas sociedades industriais, na forma de racionalidade instrumental, que se caracteriza pela organização de meios adequados de

escolhas estratégicas para a consecução de objetivos. Para ele, a causa dos problemas vividos pela sociedade industrial moderna não reside no desenvolvimento científico e tecnológico em si, mas na sua unilateralidade enquanto perspectiva de projeto de emancipação humana, que deixa de lado as discussões sobre os fundamentos éticos em torno dos quais uma sociedade decide o rumo da sua história. Mesmo a comunicação assumida e internalizada como estratégica para a efetivação destes preceitos, pelos fóruns de discussão sobre saúde e ambiente no Brasil e no Mundo a sua implementação, de fato, parece ainda ser difícil.

Todo o processo de implantação da RNEST é percebido pela mídia impressa como uma questão de desenvolvimento econômico e todas as questões referentes à desapropriação de comunidades, novas configurações e conflitos sociais e ambientais, impactos na cultura, na saúde, no ambiente e na vida de milhares de pessoas pouco abordados e deixados de lado, para o futuro. Da mesma forma que Freire (2001) coloca a educação verdadeira como condição premente de humanização de homens e mulheres, na busca da transformação do mundo, destaca também como condicionante uma comunicação verdadeira:

A instalação da RNEST é enaltecida e publicizada na mídia impressa pelos aspectos positivos, de caráter econômico onde as questões sobre os impactos socioambientais não são problematizadas. As matérias denotam a reprodução da comunicação unidirecional (vertical) que reproduz apenas os interesses dos empresários e seus aliados. Os empresários, donos de empresas de comunicação, estabelecem diversas relações econômicas com outros ramos e nichos políticos e isto interfere no direcionamento das pautas jornalísticas.

A utilização do release como notícia parece povoar as matérias analisadas, apresentando um discurso empresarial e desenvolvimentista disfarçado como matéria isenta. A prática discursiva produzida nas matérias do jornal impresso, é reproduzida em outros espaços sociais na medida em que esses discursos são naturalizados, tornando-se senso comum.

Os dois jornais analisados apresentaram discurso semelhante:

- a) Exaltação e promessa de novos empregos;
- b) Discurso desenvolvimentista e econômico governamental e privado;
- c) Pouca diversidade de vozes sociais – desigualdade;
- d) Quando aparece representação da população é para reforçar o discurso hegemônico;
- e) Discurso ambientalista pelo viés econômico e propagandista;
- f) Processos de formação/educação vistos como mercadorias;

- g) Deveria tornar possível o debate através da democratização da comunicação com a participação dos diversos discursos.

O mínimo que deveria e precisa aparecer:

- a) Preocupação com questões sobre os impactos socioambientais decorrentes aos novos processos produtivos;
- b) Preocupação com o bem estar social, com ambiente e a saúde;
- c) Preocupação com a população imigrante e comunidades tradicionais (Ilha de Tatuoca);
- d) Preocupação com as mudanças no território;
- e) Qualidade do emprego e dos cursos profissionalizantes (educação);
- f) Questões problematizadoras e informativas referentes à: desmatamento, aterro de manguezais, proteção dos mananciais, qualidade do ar, da água, do solo, proteção da biodiversidade, saneamento ambiental das áreas urbanas, adequação das vias públicas para transporte de produtos perigosos, destino final de resíduos sólidos industriais e medidas antipoluição;
- g) Discurso de pesquisadores, estudiosos e especialistas com opiniões diversas sobre o novo processo produtivo;
- h) Discurso da comunidade atingida e instituições responsáveis pela proteção e promoção da vida.

Conhecer, analisar e se debruçar sobre os estudos que envolvem a comunicação social e o papel que esta possui na sociedade é uma tarefa instigante, porém desafiadora. Instigante porque trata de diversos temas sociais e busca apresentar, mesmo que em caráter de reflexão, possíveis alternativas que propiciem uma sociedade mais justa e consciente da importância de cada cidadão no espaço social.

Na medida em que as sociedades tornaram-se complexas em sua organização econômica e política, a valorização do potencial da comunicação foi concentrada nos meios pelos quais ela poderia ocorrer de forma mais dinâmica, rápida, atingindo sempre o maior número possível de pessoas. A invenção de meios de comunicação que impulsionaram e dinamizaram a economia e a política passou a ser prioridade, em detrimento dos atores envolvidos, da relação que era estabelecida entre os mesmos, e da aproximação ou distanciamento gerado.

O que poderia ser um exercício emancipatório, potencializado pelos avanços industriais e tecnológicos da modernidade, passa a sofrer limitações de acesso e participação da maioria, por questões sociais, econômicas, políticas, culturais, ideológicas e, especialmente, pelas disputas de poder.

A comunicação precisa ser reconhecida como um direito humano, para que as pessoas tenham o direito de se expressar, pois ela é um direito universal e indissociável de todos os outros direitos fundamentais.

É preciso que a mídia dê visibilidade a uma pluralidade de olhares e visões sobre uma mesma temática na cobertura jornalística. A ação dialógica, comunicativa, de construção democrática de uma identidade de cidadãos e mesmo de consumidores como sujeitos de direito é estratégica para avançar no diálogo entre muitos sentidos na busca da construção da saúde e da vida.

O desafio está em quebrar paradigmas impostos por veículos de comunicação e por um sistema que manipula e formata a informação de acordo com interesses particulares, capitalistas ou político-partidários. É preciso que a mídia dê visibilidade a uma pluralidade de olhares e visões sobre uma mesma temática na cobertura jornalística. A ação dialógica, comunicativa, de construção democrática de uma identidade de cidadãos e mesmo de consumidores como sujeitos de direito é estratégica para avançar no diálogo entre muitos sentidos na busca da construção da saúde e da vida.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na discussão feita neste estudo é possível concluir que:

- a) A mídia impressa apresentou um discurso hegemônico, que minimiza e oculta as situações de perigos socioambientais em favor dos interesses econômicos;
- b) A comunicação, de forma democrática, como direito humano, é uma estratégia indispensável para as estruturas sociais. Ela é capaz de mobilizar a sociedade para que ela lute pelos seus direitos de cidadania. Comunicar, então, é um direito que possibilita assegurar os demais direitos dos cidadãos;
- c) Participar é ter o poder de partilhar conhecimento e informação, porque esta última significa poder. E compartilhar o poder inclui as pessoas no processo democrático;
- d) A mídia impressa apresentou um discurso hegemônico, que minimiza e oculta as situações de perigos socioambientais em favor dos interesses econômicos;
- e) A comunicação, de forma democrática, como direito humano, é uma estratégia indispensável para as estruturas sociais. Ela é capaz de mobilizar a sociedade para que ela lute pelos seus direitos de cidadania. Comunicar, então, é um direito que possibilita assegurar os demais direitos dos cidadãos;
- f) Participar é ter o poder de partilhar conhecimento e informação, porque esta última significa poder. E compartilhar o poder inclui as pessoas no processo democrático.

A comunicação, de forma democrática, como direito humano, é uma estratégia indispensável para as estruturas sociais. Ela é capaz de mobilizar a sociedade para que ela lute pelos seus direitos de cidadania. Comunicar, então, é um direito que possibilita assegurar os demais direitos dos cidadãos. Participar é ter o poder de partilhar conhecimento e informação, porque esta última significa poder. E compartilhar o poder inclui as pessoas no processo democrático.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE (PE). **Plano Território Estratégico de Suape**. Disponível em: <http://www.portais.pe.gov.br/c/portal/layout?pl_id=PUB.1557.42>. Acesso em: 1 nov. 2010a.

AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE (PE). **Processo de licenças**. Disponível em: <http://www.cprh.pe.gov.br/processos/relatorio/licenca.asp?id_num_proc=08522/2007>, Acesso em: 13 Out. 2010b.

ALVES, J. M. R. O papel da mídia na informação ambiental. Congresso Anual em Ciência da Comunicação INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Salvador, Bahia, setembro, 13 p. 2002.

ARAÚJO, I. S. Mercado Simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas. **Interface: Comunicação Saúde Educação**, Botucatu, v.8, n.14, p. 165-178, 2004.

_____. **Mercado Simbólico: interlocução, luta, poder – Um modelo de comunicação para políticas públicas**. 2002. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

_____. **A reconversão do olhar: prática discursiva e produção do sentido na intervenção social**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2000.

AUGUSTO, L. G. S. (Org.). **Saúde do Trabalhador e sustentabilidade do desenvolvimento humano local: Ensaio em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

AUGUSTO, L. G. S. Riscos ambientais em contextos sociais vulneráveis. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.10 n.4 p.253-259, mar. 2001. Disponível em: <www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/popambient_2/pag_253.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2009.

_____. O desafio da integração das vigilâncias no Brasil. **Revista Brasileira de Vigilância Sanitária**, São Paulo, v. 1, n.1, p. 75-78, 2005.

_____. Meio Ambiente e Saúde do Trabalhador: perspectiva de uma nova aliança no Brasil. Ministério da Saúde. 2ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador. **Anais**. Brasília, DF: Ministério da Saúde. 2002.

_____. **Exposição Ocupacional a Organoclorados em Indústria Química de Cubatão-Estado de São Paulo: avaliação do efeito clastogênico pelo Teste de Micronúcleos**. 1995. Tese (Doutorado em Ciências Médicas) - Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, 1995.

_____. **Estudo das alterações morfológicas (medula óssea) em portadores de neutropenia secundária à exposição ao benzeno**. 1991. Dissertação (Mestrado em Clínica

Médica). Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

AUGUSTO, L.G.S.; FLORENCIO, L.; CARNEIRO, R. M. (Org.). **Pesquisa (ação) em saúde ambiental: contexto, complexidade – compromisso social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

AUGUSTO, L.G.S.; NOVAES, T.C.P., Ação médico-social no caso do benzenismo em Cubatão, São Paulo: uma abordagem interdisciplinar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.4, p.729-738, 1999.

AUGUSTO, L.G.S.; FREITAS, C. M. O Princípio da Precaução no Uso de Indicadores de Riscos Químicos Ambientais em Saúde do Trabalhador. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.3, n. 2, p. 85 – 95, 1998.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

BELTRÃO, A. B. et al. (Org.). **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea: diagnóstico do município de Escada, estado de Pernambuco**. Recife: CPRM, 2005. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/pernambuco/relatorios/ESCA056.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2010.

BIGIO, M. **Comunidade Vila Socó em Porto de Galinhas**. Ipojuca, 1 fotografia, color.

BIGIO, M. **Pontal de Maracaípe**. Ipojuca, 1 fotografia, color.

BITTENCOURT, A. M. Césio 137: Relatos da Segunda Geração do Maior Acidente Radiológico da História. Disponível em: <http://www2.uel.br/grupo-esquisa/gepal/primeirogepal/pdfs_tc/alexandrebittencourt.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2011.

BRASIL. Departamento de Informática do SUS. **População Residente - Estimativas para o TCU - Pernambuco**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/poptpe.def>>. Acesso em: 3 jan. 2010.

BRASIL. Portaria nº 1.125/GM de 6 de julho de 2005. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF 6 jul 2005. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2005/GM/GM-1125.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2010.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. **As Cartas da Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. (Série B. Textos Básicos em Saúde)

BRASIL. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. **Agenda 21 da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 1992.

Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=575>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

BRASIL. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF. 20 set. 1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 30 set. 2010.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF 31 dez 1990. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1990/8142.htm>>. Acesso em: 09 jan. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). Da Saúde. In: _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 32. ed. São Paulo: Saraiva, título 8, seção 2, 2003.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Segurança e medicina do trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994. (Série Manuais de Legislação Atlas, 16).

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso futuro comum**: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CARDOSO, J. M. Comunicação e saúde: notas sobre a trajetória histórica e tendências atuais. In: Silva, J. O. Brondin, R. (Org.). **Máquinas do Sentido**: processos comunicacionais em saúde. Porto Alegre: Dacas, 2003. p. 15-26.

_____. Comunicação, saúde e cidadania: desafios colocados pela implantação do Sistema Único de Saúde. In: **Mídia e Saúde** / Epstein, I (et.al.). (Org.).- Diamantina/SP: UNESCO, 844 p. 2001.

CAVALCANTI, C. **A propósito de Suape**. Recife, 1975. Disponível em: <<http://cloviscavalcanti.blogspot.com/p/manifesto-suape.html>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

_____. **Desenvolvimento a todo custo e a dimensão ambiental: o conflito do complexo industrial-portuário de Suape, Pernambuco**. 2008. Disponível em: <http://www.unicap.br/ihu/wp-content/uploads/2010/06/CI%C3%B3vis-Final3.pdf>. Acesso em: 09 dez 2010.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Subsídios para construção da Política Nacional de Saúde Ambiental**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Série B. Textos Básicos de Saúde)

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE (PE). **Relatório da Conferência Estadual de Saúde Ambiental**. Recife, 2009.

COUTO, J.M. **Entre Estatais e transnacionais**: o polo industrial de Cubatão. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2003.

COSTA, R. J. **Vista aérea de Suape-PE**. Cabo de Santo Agostinho, 2011. Fotografia.

DENÚNCIA: jornalista é demitido por pressão de grupo do mercado imobiliário de Salvador

Veja a matéria que teria gerado demissão de repórter. **Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Químico e Petroleiro da Bahia**. Salvador, 08 de Fevereiro de 2011. Notícias. Disponível em: <<http://www.sind.org.br/noticias/denuncia-jornalista-e-demitido-por-pressao-de-grupo-do-mercado-imobiliario-de-salvador/>>, Acesso em: 15 fev. 2011.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília:Universidade de Brasília, 2001.

FAUSTO-NETO, A. Percepções acerca dos campos da saúde e da comunicação. In: PITTA A. M. R., (Org.). **Saúde e comunicação: visibilidades e silêncios**. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ABRASCO; 1995, p. 267-94.

FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo : Ática, 2008.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREITAS, C. M.; GOMEZ, C. M. Análise de riscos tecnológicos na perspectiva das ciências sociais. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 3, p. 485-504, Nov. 1996-Feb. 1997.

FREITAS, C. M, PORTO, M. F. **Saúde, ambiente e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.

GIRARDI, I. M. T; LOOSE, E. B. A percepção ambiental no discurso jornalístico da revista Sustenta! **Revista Culturas Midiáticas**, João Pessoa, Ano 2, n. 2, jul/dez. 2009.

GOMES, I.M.A.M. **Mídia pernambucana e degradação ambiental: o caso Suape**. Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2010, São Luís.

GOMES, R. A. L. **A comunicação como direito humano: um conceito em construção**. Dissertação (Mestrado em comunicação social) – Programa de pós graduação em comunicação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007.

GURGEL, A.M. **Framework dos cenários de risco no contexto da implantação de uma refinaria de petróleo em Pernambuco**. 2009. Monografia (Residência em Saúde Coletiva) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fiocruz, Recife, 2009.

GURGEL, I. G. D et al. O Impacto da cadeia de petróleo de Suape na Saúde do Trabalhador. **Revista Coletiva Fundaj**, Recife, 2011. V. 2. Disponível em: <http://www.coletiva.org/site/index.php?option=com_k2&view=item&id=23:o-impacto-da-cadeia-de-petr%C3%B3leo-de-suape-na-sa%C3%BAde-do-trabalhador&tmpl=component&print=1> Acesso em 02 fev. 2011.

GURGEL, A. M. **Ilha de Tatuoca**, Cabo de Santo Agostinho, 2011, 1 fotografia color.

GUTBERLET, J. **Cubatão: Desenvolvimento, exclusão social e degradação ambiental**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1996.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HADDAD, E.; GOUVEIA, J. L. N.; POFFO, I. R. F. Acidentes Ambientais e Comunicação de Riscos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO AMBIENTAL, 2., 2005, São Paulo. **Anais Revista Meio Ambiente Industrial e AG Comunicação Ambiental**. São Paulo, 2005.

HANSEN, J. H. **Como entender a saúde na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2004.

HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. (Org.). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

KUO, T. **Oportunidade de negócios**: Suape: Complexo Industrial Portuário Gov. Eraldo Gueiros. Secretaria de Desenvolvimento Econômico Pernambuco. 2008. Powerpoint.

LIEBER, R. R.; ROMANO LIEBER, N. S. Risco, incerteza e as possibilidades de ação na saúde ambiental. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 121-134, 2003.

LIEBER, R.R.; GOUVEIA, N.; AUGUSTO, L.G.S. Os verdadeiros desafios da saúde global. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, 2004. P. 1125-1126

LINHA Direta - Césio 137. Direção de Roberto Talma. Rio de Janeiro: Central Globo de Jornalismo e Produção, 2007. Disponível em:
<<http://www.youtube.com/watch?v=kdC70RKqQWk>>
Acesso em: 21 nov. 2010.

LUNA, R. No caminho do desenvolvimento. Cais do Porto.com, Marão, n. 8, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.caisdoporto.com/detalhe-materiaseducacao.php?id=13&idmateria=148&pg=2>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

MAPA de conflitos envolvendo injustiça ambiental e Saúde no Brasil. Desenvolvido pela FIOCRUZ e FASE. Disponível em:
<<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

MARIANO, J. B. **Impactos Ambientais do Refino de Petróleo**. 2001. Dissertação (Mestrado em Planejamento Energético) – Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

MELO, J. M. **Jornalismo Brasileiro**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MELO, J. M. et al. (org.) **Mídia e Saúde**. Adamantina: UNESCO, 2001.

MENDONÇA, A. V. M.; CARNEIRO, F. F. Entrevista com a comissão organizadora da I Conferência Nacional de Saúde Ambiental. **Tempus: Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, ano 3, n. 4, 2009, p. 14-25.

MINAYO, M.C.S. Saúde e Ambiente: uma relação necessária. In: CAMPOS, G.W.S. et al. (Org.). **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006, cap. 3, p.93-122, 2006.

OLIVEIRA, A.L. **Endemias no território estratégico de Suape: um desafio para a vigilância em saúde**. 2010. Monografia (Especialização em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2010.

PAIM, J.S. Formulação de políticas públicas de saúde: comunicação em vigilância sanitária. In: COSTA, E. A., Rangel-S M. L. (Org.). **Comunicação em Vigilância Sanitária: princípios e diretrizes para uma política**. Salvador: Edufba, 2007. p. 43-58.

PEDÁGIO na ponte do Paiva vai de R\$ 3,70 a R\$ 5,50. **Diário de Pernambuco**. Recife, 24 maio 2010. Caderno de Investimentos. Disponível em: <<http://jc.uol.com.br/canal/cotidiano/pernambuco/noticia/2010/05/24/pedagio-na-ponte-do-paiva-ira-variatar-entre-r-185-e-r-33-222879.php>>, Acesso em: 18 nov. 2010.

PERNAMBUCO. Secretaria de Ciência e Tecnologia. **Relatório da Agenda 21 de Pernambuco**. Recife, 2002. Disponível em: <http://www.sectma.pe.gov.br/download/Agenda_21_Capitulo_2.pdf> Acesso em: 05 fev. 2011.

PITTA, A. M. R **Comunicação, Promoção da Saúde e Democracia: Políticas e estratégias de comunicação no Sistema Único de Saúde no Brasil**. 2001. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

_____. Interrogando os campos da saúde e da comunicação: Notas para o debate. In: Pitta A.M.R. (org.) **Saúde e comunicação: visibilidades e silêncios**. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ABRASCO; 1995. p. 239-65.

PORTO, M. F. S. Entre a Prevenção e a Precaução: riscos complexos e incertos e as bases de uma nova ciência da sustentabilidade. In: MIRANDA, A. C. et al. **Território Ambiente e Saúde**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008, p. 143-157.

PORTO, M. F.S. Saúde do Trabalhador e desafio ambiental: contribuições do enfoque ecossocial, da ecologia política e do movimento pela justiça ambiental. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 829-839, 2005.

PORTO M. F.S; FREITAS C.M. Análise de riscos tecnológicos ambientais: perspectivas para o campo da saúde do trabalhador. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro. v. 13, n. 2, p.59-72, 1997.

PREFEITO teme que Complexo Industrial cause favelização. **O povo online**, Fortaleza, 22 fev. 2011, Economia. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2011/02/22/noticiaeconomiajornal,2105375/>>. Acesso em: 07 mar. 2011.

RANGEL-S, M. L. Risco, cultura e comunicação. In: COSTA E.A.; RANGEL-S M. L. (Org.). **Comunicação em Vigilância Sanitária: princípios e diretrizes para uma política**. Salvador: Edufba, p. 97-116, 2007a.

_____. Comunicação no controle de risco à saúde e segurança na sociedade contemporânea: uma abordagem interdisciplinar. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.12, n. 5, p.1375-1385, 2007b.

_____. Imagens e sentidos no discurso da mídia impressa acerca de uma epidemia de intoxicação ocupacional por benzeno. **Revista Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 10, n. 19, p. 77-92, 2006.

RANGEL-S, M. L.; COSTA, E. A. (Org.). **Comunicação em Vigilância Sanitária: princípios e diretrizes para uma política**. Salvador: Edufba, 2007.

RATTNER, H. Meio Ambiente, saúde e desenvolvimento sustentável. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.14, n. 6, p.1965-1971, dez. 2009.

RIGOTTO, R. “Caiu na rede, é peixe!: a industrialização tardia e suas implicações sobre o trabalho, o ambiente e a saúde no estados do Ceará, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.23, n. 4, p. S559-S611, 2007.

_____. **Desenvolvimento, Ambiente e Saúde: implicações da (des)localização industrial**, Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

RIGOTTO R.M., AUGUSTO L.G.S. Saúde e ambiente no Brasil: desenvolvimento, território e iniquidade social. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, sup 4, S475-S501, 2007.

SANTOS, E. R. R. **Ações de promoção à saúde: caminho para a construção de uma cidade saudável? O caso do Recife**. 2004. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2004.

SANTOS, K.K.S. **Percepção social no contexto das conferências regional e estadual de saúde ambiental frente às questões de saúde e ambiente relacionadas à implantação da Refinaria Abreu e Lima**. 2010. Monografia (Curso de Especialização em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2010.

SANTOS, M. O. S. **Praia de Calhetas**. Cabo de Santo Agostinho, 2011. fotografia

SANTOS, M. O. S. **Estaleiro Atlântico Sul**. Cabo de Santo Agostinho, 2011. fotografia

SILVA, J. M. **Análise da inter-relação Saúde-Trabalho-Ambiente no Estudo e Relatório de Impacto Ambiental da Refinaria Nordeste – RNEST**. 2009. Monografia (Especialização em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2009.

SISTEMA JORNAL DO COMMERCIO. Missão e valores. Disponível em: <<http://ne10.uol.com.br/grupo/institucional/missao/>>, Acesso em: 02 mar. 2011.

SILVA, T.A. A. A dinâmica dos conflitos ambientais na zona da mata de Pernambuco: os assentados como vítimas e causadores de danos ambientais. CIENTEC · **Revista de Ciência, Tecnologia e Humanidades do IFPE**, Recife, ano 1, n.1, p. 93-105, 2009.

STOTZ, E.; PERES, F. Movimentos sociais e saúde ambiental no estado do Rio de Janeiro: contribuições para uma reflexão nacional. **Tempus: Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, DF, ano 3, n. 4, p. 53-71, 2009.

TORRES, M.R.P. **Acidentes de trânsito no contexto do território estratégico de Suape: formação de uma linha de base para a vigilância de saúde**. 2010. Monografia (Especialização em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2010.

UNIDADE SINDICAL. **Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Caxias**. Rio de Janeiro: FUP/CUT, n. 42, nov. 2004. Disponível em: <
http://www.sindipetrocaxias.org.br/imprensa/pdf/us_42.pdf> Acesso em: 23 jun. 2010.

VAZ, C.A.; FREITAS, C. M. Perfil dos acidentes de trabalho em refinaria de petróleo. **Revista de Saúde Pública**. v. 36, n. 5, p. 576-583. 2002.

YOUNG, A. F.; FUSCO, W. Espaços de vulnerabilidade sócio-ambiental para a população da baixada santista: identificação e análise das áreas críticas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2006, p.1-17.

APÊNDICES

Apêndice A - Quadro síntese do corpus de análise

Amostra de matérias sobre a RNEST publicadas no Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco - agosto de 2007 a julho de 2010

N	JN	Data	Título da matéria	Subtítulo	Caderno/sessão	Gênero predominante	Tema principal	Ideia central	Sujeitos sociais explícitos
1	DP	11/4/2008	Ibama embarga obra em Suape	MEIO AMBIENTE // Fiscais encontraram áreas degradadas também na Pamesa e na Monte Carlo. Auto de infração foi de R\$ 108 mil	Economia	Reportagem	Ambiental	Ibama embarga obra da empresa argentina (Impsa Wind) instalada em Suape devido a aterro irregular em área de mangue e atua outras duas empresas do complexo (Pamesa e Monte Carlos)	Chefe da divisão de controle e fiscalização do Ibama - Leslie Tavares Ricardo Padilha - diretor de engenharia e meio ambiente de Suape Alberto Rodrigues - diretor de recursos humanos da Impsa.
2	JC	11/4/2008	Meio Ambiente	Ibama embarga obra de fábrica e autua Suape	Economia	Reportagem	Ambiental	Ibama embargou obra da empresa argentina (Impsa Wind) instalada em Suape devido a aterro irregular em área de mangue e fez três autuações contra supostos problemas ambientais por parte do porto de Suape.	Leslie Tavares - Chefe da divisão de controle e fiscalização do Ibama Ricardo Padilha - diretor de engenharia e meio ambiente de Suape
3	JC	25/4/2010	Órgãos ambientais sem estrutura para fiscalizar		Economia	Reportagem	Ambiental	As grandes indústrias (Bunge, EAS, RNEST) do CIPS estão em atraso na obrigação de implementação de seus projetos de compensação ambiental. Um dos motivos do atraso é a falta de estrutura do órgão, que tem apenas 3 pessoas para monitorar os projetos de todo o Estado	Vileide Lins - gerente da unidade de controle de monitoramento florestal da CPRH
4	DP	31/1/2008	Refinaria // Trabalhadores paralisam obras	---	Economia	Reportagem	Conflito	Obras de terraplanagem são paralisadas pelos trabalhadores em protesto por melhores salários e condições de trabalho	Diretor de contrato da obra - Paulo Falcão Ricardo Barreto - diretor da RNEST
5	JC	31/1/2008	Operários paralisam trabalhos na refinaria		Economia	Reportagem	Conflito	Obras de terraplanagem são paralisadas por 1.800 operários do canteiro em protesto contra o pagamento do último salário. Os contracheques não computaram a hora extra.	Paulo Falcão - Diretor de contrato da obra
6	DP	24/9/2009	Refinaria é maior cliente da Compesa	Água // Empreendimento vai receber 1,5 milhão de metros cúbicos, o suficiente para abastecer um município como Garanhuns	Economia	Reportagem	Desenvolvimento	A Petrobrás firma contrato com a Compesa para fornecimento de 1,5 milhão de metros cúbicos de água e será o maior cliente de PE, pois a refinaria é um grande consumidor de água	João Batista Aquino - diretor corporativo da Abreu e Lima João Bosco de Almeida - secretário de Recursos Hídricos e presidente da Compesa
7	DP	30/5/2010	Principais investimentos estruturadores em petróleo, gás, naval e offshore em Suape-PE		Especial	Reportagem	Desenvolvimento	Refinaria Abreu e Lima, Complexo Petroquímico (PTA, POY e PET), e o Estaleiro Atlântico Sul forma os principais investimentos estruturadores somando um total de US\$ 18,3 bilhões e 8.300 mil empregos diretos	Não tem
8	JC	24/9/2009	Refinaria reforçará o caixa da Compesa	Quando estiver funcionando, empreendimento em Suape será o principal cliente da estatal. Por ano, vai gastar R\$ 9 milhões com a conta d'água	Economia	Reportagem	Desenvolvimento	A Petrobrás com a RNEST será o maior cliente da Compesa, e vai consumir o equivalente a uma cidade do porte de Garanhuns (500 mil litros por segundo), pois a refinaria é um grande consumidor de água	João Batista Aquino - diretor corporativo da Abreu e Lima João Bosco de Almeida - secretário de Recursos Hídricos e presidente da Compesa
9	JC	28/8/2007	Refinaria recebe licença de instalação para iniciar obra	---	Economia	Reportagem	Desenvolvimento	A RNEST recebeu licença de instalação do CPRH. A cerimônia de início das obras será marcada para a próxima semana e terá a presença do presidente da república. Só falta retirar a vegetação do local para começar a terraplanagem	Eduardo Campos - governador de PE José Sérgio Gabrielli - presidente da Petrobrás João Batista Aquino - Gerente de Suporte da implantação da RNEST.

N	JN	Data	Título da matéria	Subtítulo	Caderno/sessão	Gênero predominante	Tema principal	Ideia central	Sujeitos sociais explícitos	
10	DP	25/4/2010	Nova chance para fornecer à refinaria	Encontro/Empresários podem ficar na espera, pois vagas devem ser reabertas	Economia	Reportagem	Economia	Empresas pernambucanas podem se inscrever no 2º Encontro de Negócios da Petrobrás	Elói Fernandes - Organização Nacional da Indústria do Petróleo João Carlos de Luca - Instituto Brasileiro do Petróleo	
11	JC	28/6/2008	Uma siderúrgica em Pernambuco			Editorial	Reportagem	Economia	A vinda da refinaria de petróleo, de um estaleiro e de uma siderúrgica no CIPS deve ser festejada, pois está longe de ser apenas retórica política. PE chega a um momento incomum de sua história e vai mudar a polarização concentrada no sudeste.	Fernando Bezerra Coelho - Sec. Des. PE Eduardo Campos - Governador de PE
12	DP	16/8/2007	Petrobras vai mapear mão-de-obra	REFINARIA // Técnicos farão cadastro em 20 municípios para qualificar trabalhador	Economia	Reportagem	Emprego	Petrobrás faz mapeamento socioprofissional em 20 cidades de PE para balizar cursos de qualificação do Prominp para profissionais que atuarão na RNEST	Ricardo Barreto - gerente de projeto da RNEST Antonio Sotero - coord. Do Fórum Regional do Programa	
13	DP	28/8/2007	Petrobras deve antecipar contratação	REFINARIA // Vagas para 300 profissionais de nível médio, entre técnicos e operadores, podem ser preenchidas ainda este ano	Economia	Reportagem	Emprego	Petrobras prepara concurso para contratação de 750 profissionais. Outros 750 serão terceirizados. O gerente anuncia que a licença de implantação foi entregue e dará início da terraplanagem. O CPRH irá monitorar a obra	Ricardo Barreto - gerente de projeto da RNEST Antonio Sotero - coord. Do Fórum Regional do Programa João Batista Aquino - Gerente de suporte à implantação da RNEST Hélio Gurgel - presidente do CPRH	
14	DP	25/5/2008	Senai sempre pronto para atender demanda industrial	Rede conta hoje com 10 escolas técnicas, uma agência de treinamento e uma agência de consultoria, tecnologia e desenvolvimento	Especial	Reportagem	Emprego	Senai prepara rede de escolas profissionalizantes para oferecer qualificação da mão de obra para atender o Complexo Industrial Portuário de Suape, o polo de confecções, de fruticultura e vitivinicultura de PE	Uaci Matias - diretor técnico do Senai	
15	JC	16/8/2007	Petrobras busca trabalhadores no entorno de Suape	A estatal vai fazer o mapeamento dos profissionais que poderão ser usados na construção da refinaria e levantar a real necessidade de treinamento	Economia	Reportagem	Emprego	Petrobrás faz mapeamento socioprofissional em PE para saber o quantitativo de profissionais disponíveis e qual a experiência deles. Com base nesses dados serão formatados cursos de qualificação do Prominp para profissionais que atuarão na RNEST e demais empreendimentos. O porto de Recife obteve licença ambiental para fazer dragagem.	Ricardo Barreto - gerente de projeto da RNEST Antonio Sotero - coord. Do Fórum Regional do Programa Alexandre Catão - Presidente do porto	
16	DP	28/6/2008	Abreu e Lima é "pedra no sapato"	---	Mundo	Reportagem	Política	Avaliação do sociólogo sobre a questão da composição societária e a direção da RNEST entre Brasil e Venezuela	Javier Biarreau - sociólogo da Universidade Central de Venezuela	
17	JC	25/5/2008	Recifense sabe pouco sobre os projetos de Suape		Economia	Reportagem	Social	Pesquisa do GEMEPE/Fafire aponta que os recifenses têm pouco ou nenhum conhecimento sobre os investimentos estruturadores do estado e conclui que quanto maior o nível de informação melhor é a compreensão dos aspectos positivos da economia de PE.	Uranilson Carvalho - coordenador do GEMEPE Márcia de Castro - feirante Rodrigo Machado - administrador de empresa Vera Lúcia - dona de casa Iana Passos - Sec. Adjunta planej. E desen. Econômico de Ipojuca	
18	JC	30/5/2010	Ipojuca, promissora e desigual	A cidade cresce por causa de Suape, atrai investimentos e tem indicadores econômicos relevantes. Na esfera social, entretanto, a deficiência é antiga	Economia	Reportagem	Social	Ipojuca acumula aumentos sucessivos na arrecadação de ICMS. Mas os recursos não melhoraram a qualidade de vida para maioria das pessoas. A cidade não acompanha com o desenvolvimento do comércio e serviços (bancos) e nem com empreendimentos habitacionais. os funcionários graduados dos grandes empreendimentos trabalham em Ipojuca e vivem em municípios mais equipados	Henrique Santos - gerente operacional do Itau de Ipojuca Gerente da loja D'modas Simone Osias - assessora especial do prefeito de Ipojuca	

Apêndice B – Artigo

Artigo Original submetido para publicação na Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde:

PERIGOS SOCIOAMBIENTAIS DECORRENTES DA CADEIA PRODUTIVA DO PETRÓLEO E A PERSPECTIVA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Mariana Olívia Santana dos Santos, Aline do Monte Gurgel, José Marcos da Silva, Idê Gomes Dantas Gurgel, Lia Giraldo da Silva Augusto

RESUMO

Na atual perspectiva de crescimento econômico do país estão projetadas uma refinaria de petróleo e diversas indústrias petroquímicas para serem instaladas no Complexo Industrial Portuário de Suape/PE. Esse artigo apresenta resultados parciais da pesquisa exploratória que analisou o conteúdo relacionado ao conceito de saúde no Estudo de Impactos Ambientais (EIA); a avaliação do cenário prospectivo de situações de vulnerabilidades relacionadas à exposição ao coque verde de petróleo e o discurso da mídia impressa sobre a implantação da refinaria. Identificou-se que os efeitos à saúde não foram considerados no EIA; os aspectos de saúde e ambiente não são considerados nos processos produtivos que utilizam coque verde de petróleo; e que o discurso abordado pela mídia impressa é essencialmente desenvolvimentista e de crescimento econômico. A partir da identificação das situações de risco para a saúde e para o ambiente verifica-se a necessidade de estratégias de mobilização e proposição de políticas para implementação de medidas adaptativas e de mitigação dos danos, mediante ações de promoção e proteção da saúde e prevenção.

Palavras-chave: refinaria, coque, petróleo, saúde ambiental, comunicação em saúde

ENVIRONMENTAL DANGERS ARISING FROM THE PRODUCTIVE CHAIN OF PETROLEUM AND PERSPECTIVE OF THE MEDIA

SUMMARY

In the current perspective for economic growth of the country are projected to an oil refinery and several petrochemical industries to be installed in the Industrial Port of Suape / PE. This article presents the results of exploratory research that examined the content related to the concept of health in the Environmental Impact Study (EIS), the evaluation of the prospective scenario situations of vulnerability related to exposure to green petroleum coke and the discourse of the press about the deployment of the refinery. It was identified that the health effects were not considered in the EIS; aspects of health and environment are not considered in the production processes that use green petroleum coke, and that the speech covered by the print media is essentially developmental and economic growth. From the identification of impacts there is a need for advocacy and policy proposals for implementation of adaptation measures and mitigation of damage, through health promotion and protection of health and environment.

Key words: refinery, petroleum, coke, environmental health, communication and health.

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX o Brasil experimentou intenso crescimento econômico, com consequente aumento da demanda energética¹. Nesse cenário, o petróleo ocupa um papel de destaque por predominar no setor de transportes e ser o principal responsável pela geração de energia elétrica em diversos países. No Brasil, a descoberta de petróleo na camada do pré-sal reforça a perspectiva do aumento do consumo dessa matriz energética^{2,3}.

Como a produção e as demandas nacionais superam a capacidade de processamento, está prevista a expansão do parque de refino brasileiro com investimentos que representam 50% dos recursos destinados a refino e petroquímica no Brasil⁴.

Com essa expansão espera-se um crescimento na produção de derivados, entre eles o coque verde de petróleo (CVP). O CVP é um resíduo do processo de refino composto tipicamente por carbono fixo, enxofre, material volátil, hidrogênio e cinzas, além de metais pesados, sendo muitos desses compostos extremamente tóxicos para o homem e para o ambiente⁵⁻⁸.

Os danos ambientais e à saúde humana decorrentes dos processos de produção e refino do petróleo e do uso de seus derivados como matriz energética denota as incertezas e o potencial para o acontecimento de desastres ampliados inerentes a essas atividades⁹⁻¹¹.

Nesse sentido, as vulnerabilidades e as situações de perigo inerentes a essas atividades são minimizadas e até ocultadas, e em contrapartida as promessas de benefícios econômicos e sociais delas advindas são tratados de forma ufanista. Essas questões dão forma às vulnerabilidades e nocividades a que a sociedade está sujeita nestes territórios. Dentre essas está o estabelecimento de políticas voltadas à proteção da vida, que priorizem as ações de proteção individual e coletivas.

Os estudos de impacto ambiental (EIA) são instrumentos de promoção e prevenção frente às incertezas envolvendo riscos químicos, tecnológicos e ambientais^{12, 13}. Os EIA podem auxiliar na identificação de vulnerabilidades e potenciais nocividades, permitindo a proposição de medidas corretivas e preventivas para evitar o adoecimento dos trabalhadores e da população no entorno de empreendimentos potencialmente poluidores, considerando questões de ordem social, cultural e ambiental. Considerar os aspectos relativos à saúde nos EIA é, portanto, incorporar os determinantes sociais da saúde nos contextos onde se desenvolve a vida social, incorporando a preocupação com a sustentabilidade no modelo de desenvolvimento adotado^{14, 15}.

Os impactos à saúde estabelecem relação direta com situações de vulnerabilidades socioambientais. Nesse sentido, a exposição de grupos sociais e populacionais aos impactos

envolvendo resíduos perigosos exige inserir a preocupação com os danos ambientais na vigilância em saúde ambiental através da aplicação de abordagens ecossistêmicas nas ações do setor saúde, estabelecendo estratégias de comunicação e promoção da saúde, prevenção de agravos e produção de linhas de cuidado em grupos vulnerabilizados.

É neste contexto que os impactos socioambientais compõem um fenômeno institucional-comunicativo e ao mesmo tempo midiático. Nos espaços de desenvolvimento humano onde ocorrem intervenções orientadas por políticas desenvolvimentistas há conflitos entre as diferentes falas produzidas por distintas vozes (instituições) que são disputadas em meio às estratégias discursivas e de mobilização social a partir de determinados lugares e competências ao modo de um mercado simbólico^{16, 17}. Dependendo do lugar de fala do ator social, o discurso é visibilizado ou silenciado.

Nesse campo ideológico a mídia desempenha um papel importante mediante a veiculação de notícias e matérias de opinião sobre esses temas. A análise da cobertura e diversidade das abordagens jornalísticas permite refletir sobre o papel da mídia no crescimento da consciência crítica da sociedade na proteção da saúde de coletividade.

Identificar os atores, seus diversos discursos e suas interrelações, tanto diretamente quanto através da mídia é um desafio para os que buscam o desenvolvimento da saúde pública baseada nos princípios e diretrizes da promoção da saúde; do desenvolvimento sustentável, do direito humano à comunicação, da Constituição Brasileira de 1988 e suas leis infra-constitucionais da saúde e do meio ambiente. A participação democrática do cidadão torna-se tão constitutiva quanto os conhecimentos técnico-científicos específicos da área.

Diante da perspectiva da implantação de uma refinaria de petróleo em Pernambuco, é fundamental entender os processos de ocultamento e/ou de baixa percepção da população frente aos problemas atuais e futuros para a saúde e para o ambiente na área de abrangência do empreendimento, tornando possível o desenvolvimento de estratégias de comunicação e educação.

O presente estudo buscou analisar os perigos para a saúde e ambiente decorrentes da implantação de uma refinaria de petróleo em Pernambuco e da produção e consumo de subprodutos do processo de refino como matriz energética e qual o discurso da mídia impressa frente a esses perigos.

METODOLOGIA

Trata-se do desenvolvimento de uma abordagem ecossistêmica para investigação de situações complexas e de vulnerabilidades, envolvendo grupos sociais e populações

vulneráveis, na perspectiva de contribuir com a vigilância em Saúde Ambiental e de indicação de prioridades para atender as necessidades de saúde de grupos-comunidades. Assim foi realizada uma pesquisa exploratória do tipo estudo de caso, realizada em três etapas:

1. Análise do conteúdo temático sobre o conceito de saúde no EIA/RNEST

Realizou-se análise narrativa de conteúdo temático utilizando o *software QSR Nvivo 2.0*, permitindo a criação de variáveis/categorias e a releitura de textos com recortes já incluídos nas categorias. A partir de fontes de dados do tipo diário de campo, transcrições, documentos copiados e literatura científica, informações que tinham algo em comum foram agrupadas, permitindo a construção da concepção teórico-conceitual do conceito de saúde no EIA/RNEST^{12, 18}.

Categorias foram definidas e armazenadas numa caixa de texto gerada automaticamente pelo software, possibilitando representar e armazenar a definição de uma categoria ou uma ideia abstrata. Foram criadas as seguintes categorias analíticas: conteúdo temático relacionado ao conceito de saúde presente no EIA/RNEST; pontos críticos da integração saúde-ambiente; perspectivas para um olhar integrador saúde-ambiente.

2. Avaliação prospectiva de danos a saúde e ao ambiente decorrentes da exposição ao coque verde de petróleo no contexto da produção de derivados de petróleo a partir da implantação e operação da refinaria

Foi realizada modelagem de cenários de risco frente ao uso do coque verde de petróleo como matriz energética em diferentes processos produtivos no Estado de Pernambuco, a partir da ampliação da sua produção e consumo após a instalação da refinaria.

Para a modelagem foi realizada uma análise documental a partir de dados secundários disponibilizados pela ANVISA, CPRH, CONDEPE/FIDEM, FIEPE, IBAMA, IBGE, PETROBRAS, SECTMA, SEPLAN-PE, IARC, IPCS, EXTOXNET, WHO, periódicos indexados (MEDLINE, LILACS, SCIELO); livros, dissertações, teses e jornais.

Os dados secundários foram utilizados para identificar os danos à saúde e ao ambiente relacionados ao uso do coque verde de petróleo, bem como para a perspectivas de situações de risco com a consolidação do polo petroquímico em Suape que devem mobilizar ações de Saúde Pública integradas a outras políticas.

3. Análise do Discurso da mídia impressa sobre a RNEST

Realizou-se a construção do corpus a partir de 13 textos jornalísticos (12 reportagens e 1 editorial) coletados das edições do Jornal do Commercio (JC) nos meses de agosto de 2007 (mês de publicação da licença de instalação da RNEST, N° 00880/2007, pela Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH) e agosto de 2008 (um ano depois da licença).

Os critérios para escolha do jornal foram: ser representativo para o estado, maior antiguidade, ampla circulação e disponibilidade do acervo. Para a busca na plataforma virtual do JC foram utilizadas as seguintes palavras-chave: Refinaria Abreu e Lima, Refinaria de Suape e RNEST, em todos os cadernos e sessões do jornal.

As notícias foram sistematizadas e analisadas utilizando conceitos e princípios orientadores da Análise Crítica do Discurso (ACD)¹⁹, a partir das teses que dão sustentação a perspectiva da saúde e do ambiente no processo de desenvolvimento sustentável, como a Agenda 21, a Constituição Federal e a legislação de saúde e meio ambiente; a comunicação social promotora da emancipação e do *empoderamento* social e da gestão participativa.

RESULTADOS

• O conceito de saúde no EIA da RNEST

Em relação aos conteúdos temáticos presentes no EIA verificou-se que se utiliza o conceito de saúde enquanto a ausência de doença, resultante da visão da unicausalidade na qual os fenômenos são explicados de forma reduzida e isolada. O EIA reproduz uma visão restrita da saúde baseada na abordagem biologicista e individual, em uma perspectiva linear, deixando de considerar as inter-relações existentes entre adoecer e morrer com os aspectos socioculturais e ambientais nos contextos de vida e trabalho dos povos.

Desse modo, o EIA desconsiderou a determinação social da saúde como delineada no artigo 200 da Constituição de 1998. Não internalizou as idéias de promoção da saúde, qualidade de vida e de integralidade da saúde.

Embora a legislação infraconstitucional tanto da saúde como do ambiente incorpora o conceito de saúde como um direito social para a realização do direito fundamental que é o direito à vida o EIA da refinaria de modo algum apresenta os possíveis impactos que devem merecer ações de vigilância. Claramente os indicadores de morbi-mortalidade relacionáveis a situações de risco específico e também os indiretos pelas transformações do território não foram abordados.

- **Riscos e vulnerabilidades socioambientais relacionadas ao Coque Verde de petróleo**

O atual quadro sanitário relacionado com a utilização do coque verde de petróleo em Pernambuco não está delineado pelos órgãos de saúde pública ou de meio ambiente.

Devido à composição do coque verde de petróleo, o consumo dessa matriz energética pode provocar danos à saúde humana, em especial a dos trabalhadores, e ao ambiente. Os efeitos tóxicos decorrentes da exposição ao CVP resultam tanto da exposição ao pó de coque quanto das emissões atmosféricas resultantes de sua queima. Algumas das substâncias que constituem o coque tais como enxofre, metais pesados e hidrocarbonetos aromáticos policíclicos (HAP) são extremamente tóxicas para o homem e para o ambiente, assim como são as emissões atmosféricas resultantes de sua queima^{8,20} (Quadro 1).

O CVP é rico em hidrocarbonetos residuais (até 15%), incluindo hidrocarbonetos aromáticos policíclicos (HAP). Mais de 20 diferentes tipos de HAP podem ser encontrados nas emissões liberadas durante a queima do coque de petróleo, tais como o benzo(a)pireno, benzantraceno, criseno, fenantraceno, benzeno, tolueno e xileno^{7,21}.

A queima do CVP libera gases poluentes na atmosfera, tais como o dióxido de enxofre (SO₂). Em altas concentrações, o SO₂ reage com a água dos pulmões e forma ácido sulfuroso. Em contato com o oxigênio, água e outros compostos presentes na atmosfera, o SO₂ transforma-se em ácido sulfúrico (H₂SO₄)^{22,23}. Todos esses compostos podem causar danos à saúde e ao ambiente.

Por ser um subproduto do refino, o CVP possui baixo preço quando comparado com outras matrizes energéticas²¹ e vem sendo largamente utilizado como matriz energética em Pernambuco. De janeiro de 2008 a março de 2009 os principais consumidores de CVP no Estado foram empresas produtoras de cimento, gesso e cerâmica²³. Esses empreendimentos utilizam o coque principalmente como matriz energética, expondo os trabalhadores e a população ao coque in natura e aos vapores emitidos pela sua queima.

Por ter diversas aplicações industriais, o CVP em Pernambuco é largamente utilizado como matéria prima para calcinação, para coqueria e redutor à base de carbono, sendo usado primariamente como combustível sólido. O setor cimenteiro é o maior consumidor de coque de petróleo, utilizando como combustível 40% do coque produzido no mundo. O segmento de calcinação é o segundo maior consumidor, com 22% de participação^{21,24}.

Com a implantação de uma refinaria no Estado, o uso do coque como matriz energética tornar-se-á mais intensa em diferentes processos produtivos. O coque produzido pela RNEST será beneficiado no Polo Petroquímico de SUAPE, sendo este um investimento

atual orçado inicialmente em R\$ 350 milhões²⁵. O que evidencia um cenário de risco ampliado para a saúde pública.

• **O Discurso Jornalístico, otimismo pelo desenvolvimento e a ocultação dos impactos**

O Jornal do Commercio, cujo dono é o empresário João Carlos Paes Mendonça, tem 87 anos de existência e congrega o Sistema Jornal do Commercio de Comunicação com outros veículos: TV Jornal, Rádios Jornal e JC/CBN e JC OnLine. Destaca-se como um dos principais jornais de Pernambuco, com maior tiragem e abrangência no estado, constituindo-se como uma empresa jornalística, pretensamente independente, jovem e de vanguarda, mas sabidamente vinculada politicamente a alguns interesses do grupo político hegemônico na sociedade Pernambucana²⁶.

A análise das matérias do JC sobre o tema da implantação da RNEST em Pernambuco revela um olhar reduzido sobre a saúde de modo semelhante nos dois períodos analisados (agosto de 2007 e agosto de 2008). Do total de 13 matérias, 12 foram publicadas na editoria economia e apenas 01 em outro caderno, no caso, o editorial do jornal. Isso explicita que a questão do novo processo de industrialização em Pernambuco é apenas visto e apresentado como uma questão econômica, pois em nenhuma outra editoria ou caderno do Jornal do Commercio (Ciência e meio ambiente, cidades, caderno C) foi localizada matéria sobre a refinaria. Todas as reportagens apresentaram um enfoque voltado para o desenvolvimento econômico e futuro promissor do estado, como se os problemas de anos de desemprego, miséria e pobreza pudessem ser resolvidos apenas com a chegada desses novos empreendimentos e como se estes estivessem imunes a promoção de danos sócio-ambientais..

Essa mesma abordagem pode ser observada no gênero do texto, sendo 12 do tipo informativo, com características de reportagem - que é quando se tem um relato ampliado de um acontecimento, um texto mais extenso, resultante de uma investigação - e apenas 01 do tipo opinativo - que tem característica mais subjetiva, com opiniões de colaboradores e editores - publicado no editorial.

Os títulos das matérias também denotam um otimismo pelos avanços econômicos e tecnológicos na região: 1. *Petrobrás busca trabalhadores no entorno de Suape*; 2. *ICMS do município terá aumento de R\$ 60 milhões*; 3. *Petroquímica Suape ainda negocia incentivos fiscais*; 4. *Refinaria recebe licença de instalação para iniciar obra*; 5. *Governo vai honrar projeto habitacional*; 6. *Lula dá início à obra da refinaria Abreu e Lima*; 7. *Refinaria em construção*; 8. *Estudo de canal vai custar R\$ 15,6 mi*; 9. *Suape receberá R\$ 475 milhões para obras de infra-estrutura*; 10. *Acesso ao estaleiro vai custar R\$ 26,5 mi*; 11. *Refinarias farão*

do NE exportador de petróleo; 12. Técnicos debatem investimento da CSN; 13. O desafio de quem está à margem.

De todos os títulos das matérias, apenas um chama a atenção: a matéria publicada no dia 31.08.2008: *O desafio de quem está à margem*. O que a princípio parecia ser uma matéria sobre as pessoas que estão à margem do desenvolvimento, abordando pelo lado social, ao ler a matéria percebe-se, na verdade, que ela trata dos municípios ‘vizinhos’ à Suape e que estão à margem do desenvolvimento (Moreno, Escada e Jaboatão dos Guararapes). E que estes municípios precisam correr para alcançar o nível de desenvolvimento dos municípios sede dos principais empreendimentos: Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, e que precisam “aprender a se vender como localidade atrativa para sediar empreendimentos”.

Referente ao discurso emergente no corpus analisado pode-se sintetizar como um discurso: desenvolvimentista; apropriação econômica do território; chantagem do emprego (ênfata os empregos gerados); questões políticas e governamentais; otimismo tecnológico e econômico (a volta do “milagre econômico”); omissão da problemática ambiental, dos conflitos e impactos socioambientais, da violação de direitos humanos, injustiça ambiental e da dominação política.

Foram identificados alguns pontos fundamentais na análise:

1. Ambiente como parte da determinação da saúde

Nenhuma das matérias tratou dos impactos socioambientais na perspectiva do ambiente como parte da determinação social da saúde. Apenas abordaram esse processo pelo prisma econômico e desenvolvimentista. Em 2007, quando o momento ainda era de expectativa do início das obras, as matérias relatam ainda os acordos políticos, discussão quanto aos incentivos fiscais, importação e exportação de matéria prima, processo de licenciamento, eventos de lançamentos de início das obras, e preocupação com a qualificação da mão de obra. De todas, apenas uma reportagem apresentou uma questão referente à relocação de moradores de três vilas, isso porque o governador antecedente havia já feito esta pactuação e o governo atual não concordava. Mas em nenhum momento foi apresentado os questionamentos dos moradores em questão na matéria.

Em 2008, momento em que as obras de construção da refinaria estão em ritmo acelerado, as matérias se dedicaram à ampliação da cadeia produtiva do petróleo, citando questões de investimento para a petroquímica, a siderúrgica, o estaleiro, o porto de Suape, estudos sobre a viabilidade econômica estrutural para receber novos empreendimentos e até a duplicação da capacidade de produção da refinaria.

Percebe-se a ausência de questões problematizadoras referentes à proteção dos mananciais, qualidade do ar, da água, do solo, proteção da biodiversidade, saneamento ambiental das áreas urbanas, adequação das vias públicas para transporte de produtos perigosos, destino final de resíduos sólidos industriais e medidas antipoluição. Todas essas questões são ignoradas e não aparecem como preocupação.

Sobre o EIA e a problemática do coque verde de petróleo, nota-se ausência de informação.

2. Saúde como condição da qualidade da vida humana

Diversos estudos listam os impactos causados por esse tipo de indústria na saúde e no ambiente a curto, médio e longo prazo: o aumento da velocidade da extinção de espécies, surgimento de novas doenças e ressurgimento de outras com novas configurações, problemas ecológicos globais como mudanças climáticas, redução da camada de ozônio, emissão de hidrocarbonetos, poluição industrial, ausência de saneamento ambiental adequado, acidentes industriais ampliados, como explosão, incêndio, escassez dos recursos naturais básicos e matérias primas, aumento das desigualdades sociais, entre tantos outros^{13, 14, 27-30}. Em nenhuma das matérias do período analisado identificou-se preocupação com essas questões.

3. Desenvolvimento sustentável

Das 13 reportagens analisadas, apenas três fizeram alguma abordagem sobre o ambiente, porém sem denotar preocupação de nenhum ator social e nem com os grandes impactos decorrentes do processo. O discurso era de que os empreendimentos iriam conservar alguma porcentagem da vegetação original para cumprir das exigências ambientais, pois “*Suape é uma área de sacrifícios*”. Não apresentaram também preocupação com o bem estar social e com a população imigrante e os moradores mais antigos. Apenas a matéria “*Governo vai honrar projeto habitacional*” apresenta esta questão, mas apenas pelo viés político, como um impasse entre governos e não como uma preocupação pelo bem estar dos moradores.

Questões referentes à qualidade do emprego são substituídas pelo aumento de ofertas de capacitação e qualificação da mão de obra disponível no estado, que não tem experiência para atuar nesses novos empreendimentos, portanto, necessita de projetos de formação. Também não se identificou preocupação referente ao término das obras de construção, momento em que a oferta de emprego – que até então seria alta – irá diminuir drasticamente, deixando milhares de pessoas sem trabalho. Geralmente esses trabalhadores moram de forma precária nas proximidades dos empreendimentos e ficam mais expostos aos perigos já mencionados.

4. Conflitos socioambientais, informação e comunicação

Os conflitos são minimizados e praticamente ausentes nas reportagens. Questões referentes às mudanças culturais, expansão urbana e deslocamentos de comunidades são invisibilizados e não têm representação da mídia impressa. Mais recentemente a questão fundiária começa a ser veiculada. Aqueles que estão tendo suas vidas modificadas com a chegada dos novos empreendimentos parecem ter silenciadas suas reivindicações e questionamentos quanto ao futuro de sua localidade e cidade. Os movimentos sociais também não aparecem. A avaliação dos possíveis impactos na saúde da população deve ser integrada a um processo de comunicação permanente, que requer um estudo do cenário cultural local frente às transformações produtivas, ambientais e sociais que estão em desenvolvimento para a constituição de uma linguagem que de fato comunique os conteúdos da promoção da saúde nos territórios que estão sofrendo os impactos da Refinaria.

DISCUSSÃO

Vários problemas fazem parte do cenário de impactos da implantação de uma refinaria de petróleo e conseqüente produção de derivados e resíduos de processo³⁰⁻³⁴.

Nesse cenário, o licenciamento ambiental surge como o principal mecanismo público de prevenção ou precaução a ser seguido no momento da implantação de ameaças à saúde e ao ambiente nos territórios. Apesar do caráter preventivo, no EIA da RNEST os efeitos à saúde não foram devidamente considerados. Os estudos se limitaram a analisar o ambiente físico e biológico, não incluindo aspectos relativos à humana. Com um enfoque exclusivamente conservacionista, aspectos sociais e a relação dos impactos ambientais com a saúde das comunidades e dos trabalhadores não foram aprofundados. A exclusão dos possíveis impactos à saúde humana e a negação da incomensurabilidade dos valores ambientais demonstram a falta de uma abordagem ecossistêmica para o complexo problema socioambiental^{30, 32}.

Tradicionalmente, aspectos de saúde e ambiente também não têm sido considerados nos processos de produção e consumo de coque verde de petróleo, resultantes do modelo de crescimento econômico e aumento no consumo de matrizes energéticas mais baratas, característico de contextos contemporâneos.

Os riscos negativos para a saúde e o ambiente decorrentes da produção e consumo do coque como matriz energética está sendo ocultados e por isso identificar os impactos em diferentes contextos produtivos em Pernambuco torna-se estratégico para o planejamento de

ações de promoção da saúde e prevenção de agravos. Nesse Estado o coque vem sendo largamente utilizado pela indústria cimenteira, na calcinação do gesso e na produção de cerâmica vermelha. Devido à composição do coque verde de petróleo e as emissões resultantes de sua queima, seu uso representa risco para o ambiente e a saúde humana, em especial a dos trabalhadores. Com a implantação da refinaria e de uma unidade de beneficiamento de coque no Estado há uma expectativa de aumento de consumo e uso desse resíduo de processo.

Considerando que a Saúde Pública local ainda não identificou o problema que o coque de petróleo representa para a população, as vigilâncias em saúde não estão preparadas para lidar com essa questão, faz-se necessário debatê-la para sinalizar os potenciais riscos e danos e preparar o sistema de saúde para cumprir a sua missão de promoção e proteção da população em geral, especialmente dos grupos populacionais vulneráveis como a população do entorno do empreendimento e os trabalhadores.

A comunicação entre os atores envolvidos direta ou indiretamente neste momento de crescimento industrial em Pernambuco tem sido pautada principalmente pelo interesse econômico de empresários, políticos e até de membros da academia, mas sem a ampla participação da população, sobretudo naquilo que se refere aos processos de mudanças que estão acontecendo e que irão causar danos no ambiente e na saúde²⁷.

A implementação desses processos produtivos é palco de conflitos socioambientais, onde a questão da comunicação surge no cenário, geralmente no seu formato unidirecional, com exclusão da diversidade de atores sociais e seus múltiplos olhares do processo de discussão e decisão sobre a nova reconfiguração socioeconômica.

Se por um lado há uma atmosfera pouco reivindicativa e uma baixa presença do setor público regulador, do movimento sindical ou da mobilização social no território de instalação da refinaria, por outro, algumas dessas vozes parecem estar dispersas em iniciativas isoladas e serem ignoradas pela mídia impressa, conforme demonstra a análise realizada nas matérias. Talvez aumentando o período de monitoramento da mídia, objetivo de pesquisas futuras, alguns desses atores apareçam; porém, provavelmente devido às promessas desenvolvimentistas e de geração de emprego, bem como das frentes de capacitação profissional e de especulação imobiliária essa ainda parece ser uma minoria em Pernambuco.

As matérias observadas são ilustrativas da comunicação unidirecional (vertical) que reproduz apenas os interesses dos empresários e seus aliados governamentais e não-governamentais, não levantando com transparência os devidos questionamentos que poderiam e deveriam ser considerados. Um dos principais jornais da região tem como proprietário da

concessão um empreendedor com fortes interesses econômicos na região de Suape. Segundo a teoria da ação comunicativa de Habermas, o processo de modernização passou a ocorrer nas sociedades industriais na forma de racionalidade instrumental, que se caracteriza pela organização de meios adequados de escolhas estratégicas para a consecução de objetivos. Para ele, a causa dos problemas vividos pela sociedade industrial moderna não reside no desenvolvimento científico e tecnológico em si, mas na sua unilateralidade enquanto perspectiva de projeto de emancipação humana, que deixa de lado as discussões sobre os fundamentos éticos em torno dos quais uma sociedade decide o rumo da sua história. A teoria da ação comunicativa está fundamentada numa concepção da linguagem na qual as dimensões de significado e validade estão ligadas internamente²⁶.

Todo o processo de implantação da RNEST é percebido como uma questão de desenvolvimento econômico e todas as questões referentes à desapropriação de comunidades, novas configurações e conflitos sociais e ambientais, impactos na cultura, na saúde, no ambiente e na vida de milhares de pessoas são deixados de lado, para o futuro. Da mesma forma que Freire coloca a educação verdadeira como condição premente de humanização de homens e mulheres, na busca da transformação do mundo, destaca também como condicionante uma comunicação verdadeira³⁴.

É preciso que a mídia dê visibilidade a uma pluralidade de olhares e visões sobre uma mesma temática na cobertura jornalística. A ação dialógica, comunicativa, de construção democrática de uma identidade de cidadãos e mesmo de consumidores como sujeitos de direito é estratégica para avançar no diálogo entre muitos sentidos na busca da construção da saúde e da vida.

AGRADECIMENTOS

Ao apoio da Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental (CGVAM/SVS), Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), e da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

REFERÊNCIAS

1. Tolmasquim MT, Guerreiro A, Gorini R. Matriz energética brasileira: uma prospectiva. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 79, nov. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 jun. 2010.

2. Godoi M. [Petrobras destinará R\$ 50 bi por ano a indústrias do País]. DCI - Comércio, Indústria & Serviços, 2010. Disponível em: <http://www.dci.com.br/noticia.asp?id_editoria=1&id_noticia=331494>. Acesso em: 23 jun. 2010.
3. Petrobras. Pré-sal: Perguntas e respostas. 2010a. Disponível em: <<http://www2.petrobras.com.br/presal/perguntas-respostas/>>. Acesso em: 23 de jun. 2010.
4. Petrobras. Plano de Negócios 2010-2014. 2010b. Disponível em: <http://www2.petrobras.com.br/ri/pdf/webcast-plano-negocios-2010-2014_port.pdf>. Acesso em: 23 de jun. 2010.
5. Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH). Norma CPRH nº 1.007: Condições para utilização de Coque Verde de Petróleo - CVP como Combustível em Fornos e Caldeiras. 2004. Disponível em: <<http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/norma-CPRH-N-1-007.pdf>>. Acesso em: 08 de out. 2009.
6. Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Rio de Janeiro, ANP, 2009, 218 p. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?dw=14162>>. Acesso em: 12 jun. 2010.
7. Environmental Protection Agency (EPA). Petroleum coke test plan. 2000. 13 p. Disponível em: <<http://www.epa.gov/chemrtk/pubs/summaries/ptrlcoke/c12563tp.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2010.
8. Sevá Filho AO, Santi AMM. Os Princípios da Precaução e da Segurança Química diante de novos riscos : uso de resíduos industriais na fabricação de cimento. Encontro Nac. de Eng. de Produção, XXIII. Anais... Ouro Preto, MG, Brasil, 21 a 24 de out. de 2003. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2003_TR0802_1036.pdf>. Acesso em: 05 de abr. 2010.
9. Monié F. Petróleo, industrialização e organização do espaço regional. In: PIQUET R. Petróleo, royalties e região. Rio de Janeiro: Garamond; 2003. P.257-286.
10. Porto MFS. Uma Ecologia Política dos Riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2007.
11. Porto MFS. Saúde do Trabalhador e desafio ambiental: contribuições do enfoque ecossocial, da ecologia política e do movimento pela justiça ambiental. Ciência & Saúde Coletiva. 2005; 10 (4): 829-839.
12. Cancio JA. Inserção das questões de saúde no estudo do impacto ambiental. [Dissertação de Mestrado]. Brasília (DF): Universidade Católica de Brasília; 2008.
13. Rigotto RM. Inserção da saúde nos estudos de impacto ambiental: o caso de uma termelétrica a carvão mineral no Ceará. Ciência & Saúde Coletiva. 2009; 14 (6): 2049-2059.
14. Augusto LGS. Saúde do trabalhador e a sustentabilidade do desenvolvimento humano local: ensaios de Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE; 2009.

15. Buss PM, Pelegrini Filho, A. A saúde e seus Determinantes Sociais. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*. 2007; 17 (1): 77-93.
16. Araújo, I. Mercado Simbólico: interlocução, luta, poder – Um modelo de comunicação para políticas públicas. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro (RJ): Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2002.
17. Fausto-Neto A. Percepções acerca dos campos da saúde e da comunicação. In: Pitta AMR. Saúde e comunicação: visibilidades e silêncios. São Paulo/ Rio de Janeiro: HUCITEC/ ABRASCO; 1995. p. 267-94.
18. Tobar F, Yalour MR. Como fazer teses em saúde pública: conselhos e ideais para formular projetos e redigir teses e informes de pesquisa. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
19. Fairclough N. Discurso e mudança social. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
20. Petrobras. Ficha de informação de segurança de produto químico (FISPQ): coque verde de petróleo. Brasil, 2004. 05 p.
21. Santos AR, Silva RJ. Análisis del consumo de coque de petróleo en algunos sectores industriales. *Inf. tecnol., La Serena*, v. 19, n. 2, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-07642008000200011&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 13 de jun. 2010.
22. Environmental Protection Agency (EPA). [Acid rain]. 2007a. Disponível em: <<http://www.epa.gov/acidrain/what/index.html>>. Acesso em: 12 de jun. 2010.
23. Environmental Protection Agency (EPA). [Acid rain]. 2007b. Disponível em: <<http://www.epa.gov/acidrain/effects/index.html>>. Acesso em: 12 de jun. 2010.
23. Ministério Público do Trabalho 6ª Região. Procuradoria Regional do Trabalho. Inquérito Civil Público nº 717/2008. 971 fls
24. Carvalho RL, Assis PCL. Coque verde de petróleo: uma visão geral sobre qualidade, produção no Brasil e exterior e suas aplicações. Apresentação em .ppt. 2007. Disponível em: <<http://www2.petrobras.com.br/minisite/premiotecnologia/pdf/carbono2007.pdf>>. Acesso em: 30 de maio 2010.
25. Diário de Pernambuco. [Planta de beneficiamento de coque vai gerar 300 empregos em Suape]. Diário de Pernambuco, Caderno de Investimentos, 05 de maio 2010. Disponível em: <<http://www.diariodepernambuco.com.br/economia/nota.asp?materia=20100405184315>>. Acesso em: 11 de abr. 2010.
26. Habermas J. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro (RJ): Tempo Brasileiro; 1989.
27. Rigotto RM. “Caiu na rede, é peixe!": a industrialização tardia e suas implicações sobre o trabalho, o ambiente e a saúde no estados do Ceará, Brasil. *CAD. Saúde Pública* vol.23 suppl.4 Rio de Janeiro, 2007: p.519- 611.

28. Rigotto RM. Desenvolvimento, Ambiente e Saúde: implicações da (des)localização industrial./ Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p.426.
29. Freitas CM, Porto MF. Saúde, ambiente e sustentabilidade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. p.124
30. Gurgel AM, Medeiros, AKLV, Alves PC, Silva JM, Gurgel IGD, Augusto LGS. Framework dos cenários de risco no contexto da implantação de uma refinaria de petróleo em Pernambuco. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2009; 14 (6): 2027-2038.
31. Augusto LGS. Estudo das alterações morfológicas (medula óssea) em portadores de neutropenia secundária à exposição ao benzeno. [Dissertação de Mestrado]. Campinas (SP): Universidade de Campinas; 1991.
32. Augusto LGS, Florêncio L, Carneiro RM (Org.). Pesquisa (ação) em saúde ambiental: contexto, complexidade – compromisso social. Recife: Ed. Universitária da UFPE; 2001.
33. Augusto LGS. Exposição Ocupacional a Organoclorados em Indústria Química de Cubatão-Estado de São Paulo: avaliação do efeito clastogênico pelo Teste de Micronúcleos. [Tese de Doutorado] Campinas (SP): Universidade de Campinas; 1995.
34. Freire P. Extensão ou comunicação? 12^a. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANEXOS

ANEXO A – Corpus das matérias sobre a RNEST publicadas no Jornal do Commercio

MATÉRIA 01 – 16/08/2007

ECONOMIA

» DESENVOLVIMENTO

Petrobras busca trabalhadores no entorno de Suape

Publicado em 16.08.2007

A estatal vai fazer o mapeamento dos profissionais que poderão ser usados na construção da refinaria e levantar a real necessidade de treinamento

A Petrobras dará início, nos próximos dias, a um mapeamento dos profissionais que poderão ser usados durante a construção da Refinaria Abreu e Lima. A obra vai demandar, no pico da produção, até 15 mil pessoas, e a estatal de petróleo quer saber a disponibilidade de profissionais na região do entorno de Suape e qual será a necessidade de treinamento.

“O mapeamento profissional terá início nos cinco municípios do entorno de Suape. Se tudo correr bem, em três semanas cada município poderá ter mapeado esse número de profissionais, com exceção de Jaboatão que é um município maior”, aponta Antonio Sotero, secretário executivo no Estado do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás (Prominp). Primeiro a Petrobras quer saber quantos profissionais estarão disponíveis e qual a qualificação de escolaridade e experiência. Com base nesses dados, serão formatados cursos para qualificação profissional e até mesmo nivelamento prévio de português e matemática.

Segundo Sotero, o detalhamento dos cursos que serão oferecidos ainda este ano será feito em breve. “Algumas profissões vão ser demandadas para a refinaria e também para outros empreendimentos, como o pólo petroquímico”, diz. O gerente do projeto da refinaria, Ricardo Barreto, reforça que algumas profissões serão usadas para a refinaria e para outras empresas. “Existem formações básicas que serão necessárias, como montador de andaime. O que tem que se ver é o número de vagas que serão fornecidas”. Dado o aquecimento do mercado de construção civil e petróleo e gás em todo o País, a própria Petrobras atua no estímulo a capacitação. “O empreendedor (a Petrobras) tem que atuar na capacitação também”, lembra. A empresa iniciou, na terça-feira, maiores contatos com empresas locais para que se tornem potenciais fornecedoras de serviços e equipamentos para a Petrobras.

A refinaria é um empreendimento da Petrobras e da PDVSA (da Venezuela), com investimento total de US\$ 4 bilhões. A unidade ocupará 630 hectares em Suape, com produção de 200 mil barris de petróleo por dia. O empreendimento já possui licença ambiental prévia e deverá receber, até o final deste mês da Agência Estadual do Meio Ambiente (CPRH), a licença de instalação. O início das obras de terraplenagem está previsto para 5 de setembro.

DRAGAGEM

O Porto do Recife obteve a licença ambiental para fazer a dragagem da sua área de atracação. O serviço tem um custo estimado em R\$ 25 milhões que serão bancados com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). “A nossa expectativa é que a liberação dos recursos ocorra em setembro e que as obras se iniciem ainda este ano”, comentou o presidente do Porto do Recife, Alexandre Catão.

Ele acrescentou também que a estatal já está preparando o edital de licitação para a contratação da dragagem, já que pretende lançar a concorrência num prazo de 15 dias depois da liberação dos recursos.

MATÉRIA 02 – 28/08/2007

ECONOMIA

» **PROJETOS ESTRUTURADORES****Refinaria recebe licença de instalação para iniciar obra**

Publicado em 28.08.2007

Agora só falta retirar a vegetação do local e passar as máquinas. A refinaria Abreu e Lima recebeu ontem a licença de instalação (LI) da Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH), necessária para o início das obras. A cerimônia de início das obras está marcada para a próxima semana com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Só na fase de terraplenagem, que vai durar 18 meses, 1.000 empregos serão gerados. Também com a licença na mão está a Petroquímica Suape, integrante da cadeia petroquímica pernambucana.

“Pela primeira vez a Petrobras vai fazer uma refinaria submetida às novas regras ambientais. É uma licença pioneira para a CPRH e para a Petrobras”, destacou o governador Eduardo Campos, em cerimônia no Palácio do Campo das Princesas. O processo de licenciamento ambiental foi iniciado em março de 2006. A partir daí, a Petrobras preparou um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para ser analisado pela CPRH, que realizou uma audiência pública em Suape. A primeira licença emitida foi a prévia (LP), que indica a viabilidade do empreendimento, mas condiciona o início das obras ao envio de uma série de informações, como os projetos executivos de ações relacionadas no EIA. Agora, com a entrega da licença de instalação, pouco mais de 20 dias após a liberação da LP, a Petrobras poderá, de fato, trabalhar no local da refinaria.

A presença do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que recentemente criticou a suposta demora no início das obras da refinaria, não está confirmada. Segundo o governador, o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, esteve na semana passada na Venezuela e iria formalizar o convite ao mandatário daquele País. “O importante é que cumprimos o prazo combinado de licenciamento ambiental e a Petrobras está cumprindo os prazos dela”, destacou o governador.

Segundo o gerente de suporte da implantação da refinaria, João Batista Aquino, a obra começará pela remoção da cobertura vegetal. Dos 630 hectares da refinaria, cerca de 500 terão que passar por terraplenagem pelo consórcio Camargo Corrêa, Odebrecht, Queiroz Galvão e Galvão Engenharia. A maior parte do terreno ainda está ocupado com cana-de-açúcar, que será removido até 20 de setembro. “Com a licença na mão, vamos dar a autorização para o serviço”, disse Aquino.

MATÉRIA 03 – 31/08/2008**SUAPE****Operários paralisam trabalhos na refinaria**

Publicado em 31.01.2008

Cerca de 1.800 operários desligaram as máquinas para cobrar horas extras que não teriam sido pagas, segundo trabalhadores. A manifestação provocou um congestionamento de cinco quilômetros

Adriana Guarda - adriana guarda@jc.com.br

A obra de terraplenagem da Refinaria Abreu e Lima, em Suape, foi paralisada ontem pela manhã e só será retomada hoje. Os cerca de 1.800 operários do canteiro decidiram desligar as máquinas e suspender os trabalhos em protesto contra o pagamento do último salário. Segundo os trabalhadores, os contracheques não computavam corretamente as horas extras trabalhadas e traziam valores diferentes para funcionários que atuam numa mesma função. A mobilização provocou um congestionamento de cinco quilômetros, que se estendeu da fábrica da M&G até a PE-60. Depois que a diretoria do consórcio responsável pela obra se comprometeu a revisar os valores, o movimento se dispersou.

Integrado pelas empresas Odebrecht, Queiroz Galvão, Camargo Corrêa e Galvão, o consórcio está recebendo R\$ 430 milhões para executar a terraplenagem, que vai movimentar 23 milhões de metros cúbicos de terra. O diretor de contrato do consórcio, Paulo Falcão, explica que o desentendimento em relação aos valores foi motivado pelas festas de fim de ano. “Os funcionários trabalharam quatro domingos para compensar as folgas que receberam e esses dias foram pagos pelo valor normal. Mas a reivindicação deles é o pagamento de 100% de hora-extra – pelo fato de ser domingo –, mesmo tendo folgado”, diz.

Diante da paralisação, a diretoria do consórcio decidiu atender o pleito dos operários. “O pagamento adicional será feito até a sexta-feira (amanhã)”, garante Falcão. O executivo afirma que como seria complicado analisar cada caso, todos os funcionários vão receber as horas extras.

Num dia de paralisação da obra, o consórcio deixa de movimentar 100 mil metros cúbicos de terra. “É um volume considerável, principalmente se levarmos em consideração que este mês queremos bater nosso recorde e mover 2 milhões de m³”, observa. A obra de terraplenagem teve início em outubro do ano passado e a expectativa é estar concluída em janeiro de 2009. O consórcio tenta correr com os trabalhos, prevendo o período de chuvas.

Dos 1.800 trabalhadores da obra, 80% são operadores e motoristas de máquinas pesadas. O restante está distribuído em oito categorias, que incluem serventes, encarregados, operadores de caçamba, topógrafos e outros. O menor salário é de R\$ 450, chegando a R\$ 2 mil entre os operadores. Segundo Falcão, 84% dos funcionários são do Estado.

“Tivemos um problema pontual e vamos ajustar, mas o consórcio está fazendo um trabalho diferenciado. Nossos funcionários têm até plano de saúde e odontológico”, ressalta Falcão.

Os trabalhos no canteiro de obras da refinaria acontecem em dois turnos, com horários das 7h às 17h e das 17h às 3h. A obra é coordenada por um gerente de produção e por seis engenheiros, que se distribuem nos dois turnos. De acordo com a diretoria do consórcio, 15% da movimentação de terra já foi realizada no terreno da refinaria, que tem 630 hectares.

MATÉRIA 04 – 11/04/2008**MEIO AMBIENTE****IBAMA embarga obra de fábrica e autua Suape**

Publicado em 11.04.2008

Porto foi multado em R\$ 108 mil e a operação interrompeu a construção da fábrica de aerogeradores Wind Power Energy (WPE)

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) embargou, ontem pela manhã, a obra da fábrica de aerogeradores Wind Power Energy (WPE) e fez três autuações contra supostos problemas ambientais por parte do Porto de Suape. O IBAMA aplicou multa de R\$ 108 mil alegando a supressão de vegetação de mata nativa sem a autorização do IBAMA e sem a devida compensação ambiental.

O órgão ambiental detectou que na Zona Industrial-3 (ZI-3) foi realizada supressão de mata nativa sem autorização e sem a devida compensação ambiental. Segundo o IBAMA, um hectare de mangue foi suprimido onde se localiza a fábrica Monte Carlos, de cerâmica, nove hectares de mata atlântica na área da Pamesa e 8,5 hectares de mangue no terreno em que estão sendo feitas as obras da WPE. Com base na legislação vigente, aplicou multa de R\$ 108 mil na administração de Suape.

O diretor de engenharia e meio ambiente de Suape, Ricardo Padilha, recebeu com surpresa a autuação. No caso da área da Monte Carlos, o Porto já fez um projeto de reflorestamento, mas o IBAMA considera inadequado. “Não adianta colocar mudas para elas morrerem por falta de cuidado. O acompanhamento é necessário para que a recuperação seja completa”, comentou o chefe da fiscalização do IBAMA em Pernambuco, Leslie Tavares, responsável pela autuação. Padilha também contesta a informação de que a área da WPE tivesse destruído área de mangue. “O terreno tem 11 hectares, que foram terraplenados pela própria administração de Suape. E a autuação alega que foram invadidos 8,5 hectares de mangue. Isso não procede”, defende-se Padilha. Já o IBAMA afirma ter prova das acusações. “Temos fotografias da terra em cima do mangue”, afirmou Tavares. Cerca de 380 pessoas trabalham na obra da WPE, que tem previsão de conclusão em junho.

Segundo Padilha, a prioridade na defesa do Porto será a retomada das obras. “É um empreendimento muito importante e que tem prazo para entregar seus produtos. Um dia parado é um prejuízo enorme”, afirmou o diretor de Suape. A WPE é um investimento de R\$ 143 milhões da empresa argentina Impsa e produzirá aerogeradores para usinas de geração de energia eólica, com contrato já fechado com um empreendimento que se instalará no Ceará. “A fábrica pode ser muito importante para o Estado, do ponto de vista econômico, mas tem que respeitar o meio ambiente”, rebate Leslie Tavares.

Suape terá 20 dias para apresentar defesa. A proposta do Porto é, se confirmada a agressão ambiental, iniciar imediatamente o processo de compensação ambiental. “Se for o caso, vamos contratar uma empresa emergencialmente para fazer a compensação”, adianta Padilha. Segundo o IBAMA, a suspensão do embargo poderá ser feita se o Porto se comprometer, com um Termo de Ajustamento de Conduta, a cumprir um plano de reflorestamento. O IBAMA também fiscalizará de forma minuciosa a obra da Refinaria Abreu e Lima, que tem parte da área em território com mangue. “Vamos fazer uma vistoria. Para retirar área de mangue, eles vão precisar de uma autorização do IBAMA”, afirmou.

MATÉRIA 05 – 25/05/2008**EMPREENDIMENTOS ESTRUTURADORES**

Recifense sabe pouco sobre os projetos de Suape

Publicado em 25.05.2008

Adriana Guarda - adrianaguarda@jc.com.br

A feirante Márcia de Castro, 32 anos, não faz idéia do que seja uma refinaria, nem imagina o que se produz num estaleiro e muito menos tem conhecimento de que esses dois empreendimentos estão em construção no Complexo Industrial e Portuário de Suape. O administrador de empresas Rodrigo Machado, 28 anos – dono de uma concessionária de motos no município de Paulista – já ouviu falar dos dois projetos, mas reconhece que tem pouca informação sobre eles. Apesar de viverem em realidades bem diferentes, Márcia e Rodrigo engrossam o grupo de recifenses que têm pouco ou nenhum conhecimento sobre os investimentos estruturadores em implantação no Estado.

A constatação está na pesquisa Nível de conhecimento e perspectivas do recifense sobre os investimentos estruturadores do Grupo de Estudos do Macroambiente Empresarial de Pernambuco (Gemepe), da Faculdade Frassinetti do Recife (Fafire). O levantamento, que tem margem de acerto de 90%, ouviu 500 pessoas de 14 municípios da Região Metropolitana do Recife (RMR). Dos entrevistados, 18% responderam que não têm qualquer conhecimento sobre os projetos, 63% disseram ter algum conhecimento e apenas 19% afirmaram ter muito conhecimento.

O coordenador do Gemepe, Uranilson Barbosa de Carvalho, aponta para a necessidade de aumentar a divulgação sobre os projetos. “É preciso apostar numa linguagem popular para chegar, principalmente, às massas. Isso poderia acontecer por meio de campanhas, palestras, workshops e apresentações nas escolas. Isso sem falar na multiplicação das informações por meio de lideranças comunitárias e rádios populares”, sugere.

O economista explica que só tendo conhecimento dos projetos é que a população poderá se inserir, apostando em qualificação profissional e até investindo em pequenos empreendimentos para usufruir do bom momento econômico. “A economia vive muito de expectativa positiva. Se o cenário é de otimismo, a tendência é que as pessoas se deixem levar”, avalia Carvalho.

A pesquisa aponta que quanto maior é o nível de informação sobre os projetos, melhor é a compreensão dos impactos positivos que podem trazer para a economia do Estado e para a vida das famílias. Se tentarmos montar o perfil do pernambucano mais bem informado, poderíamos dizer que ele é homem (70,83%), tem ensino fundamental 2 completo ou nível superior incompleto (51%), tem renda entre R\$ 831 e R\$ 2.150 (42%) e idade entre 36 e 45 anos (31%).

A dona de casa Vera Lúcia da Silva, 25 anos, diz que nunca ouviu falar dos projetos. Moradora da Vila Popular, em Olinda, ela afirma que se os empreendimentos trouxerem progresso para o Estado, espera que as gerações futuras, como a de sua filha Raiane e de sua vizinha Tainara, possam se beneficiar. “Eu só estudei até a 4ª série, acho que não consigo emprego num lugar desses (refinaria, estaleiro)”, lamenta.

A existência dos projetos se torna mais presente na cabeça das pessoas quando vinculados ao presidente da República. “Já vi Lula falando na TV desses projetos, mas não entendo o que significam”, diz Valmir Francisco Alves, 38 anos, que trabalha com serviços gerais e faz bordado para garantir uma renda média de R\$ 250 por mês. A feirante Márcia também relaciona o crescimento do Estado com o governo Lula. “Não sei o que seria da gente sem ele, que criou o Bolsa-Família para melhorar a nossa vida”, diz com esperança e convicção, demonstrando otimismo no futuro.

A secretária adjunta de Planejamento e Desenvolvimento Econômico de Ipojuca, Iana Passos, afirma que a prefeitura encontrou um canal para se comunicar com a população. “É claro que em função da proximidade dos projetos, os ipojuicanos estão mais bem informados do que em outros municípios da Região Metropolitana. Como muitas vezes precisamos informar as pessoas sobre cursos de capacitação, processos de seleção e até da necessidade de atualização de cadastro na Agência do Trabalho, adotamos a estratégia de nos comunicar por meio de carros de som, rádios comunitárias e pelas escolas”, observa.

MATÉRIA 06 – 28/06/2008

Uma siderúrgica em Pernambuco
Publicado em 28.06.2008

Se tínhamos razões de sobra para escolher Pernambuco como nosso Partido, o Partido de todos os pernambucanos, com a vinda da refinaria de petróleo e de um estaleiro, agora mais ainda com a anunciada instalação de uma siderúrgica no complexo industrial-portuário de Suape. A forma como a notícia foi trazida à sociedade mostra, em primeiro plano, que está longe de ser mera retórica política, em ano eleitoral: foi a própria Companhia Siderúrgica Nacional quem deu a boa nova. O anúncio deve deixar a todos em estado de graça, principalmente porque vem com a identificação do fundamental – custo do empreendimento, área disponível e até cronograma apontando para o primeiro semestre de 2009 como período de início da construção.

Por todas as razões imagináveis este é um acontecimento ainda apenas anunciado, é verdade, mas que deve ser festejado desde já, até porque, pela ênfase com que foi posto na ordem do dia, não poderia ser mero efeito especial. Pela dimensão, impossível se tratar de mera manifestação de intenção para enganar o eleitorado. Muito pelo contrário, vem fortalecido pelos números e pela agenda: a previsão de produção, dentro de seis anos, de 3,5 milhões de toneladas de aços especiais com alto valor agregado, num investimento de 6 bilhões de dólares para atender a todos os segmentos industriais – linha branca, naval, automobilística.

Com esta siderúrgica, Pernambuco chega a um momento incomum de sua história. Acompanhando, como acompanhamos, o discurso de substituição de importações e início da era de industrialização nacional com a chegada da Companhia Siderúrgica, com a produção de carros e de petróleo, com o desenvolvimento da indústria eletroeletrônica, em cada fase que entrávamos na produção e no mercado de bens duráveis como marco de aproximação aos ricos países industrializados, o Nordeste sempre ficou à margem, com vislumbres aqui, acolá, de alguma coisa parecida com o outro Brasil, o de primeiro mundo.

O complexo de Suape foi concebido para mudar um pouco a polarização concentrada no Sudeste, assim como Camaçari na Bahia. Apesar da evidência da importância do porto pernambucano como plataforma exportadora, o processo foi lento demais para a velocidade com que o crescimento das economias se manifestou nas últimas décadas do século 20. Nos últimos anos, porém, parece que entramos definitivamente, em uma nova dinâmica, encurtando prazos de investimentos impensáveis há menos de uma década. Sempre apaixonadamente defendidos, é verdade, mas impensáveis pelo enorme fosso de desigualdades regionais que ainda nos distancia de centros mais evoluídos.

Agora, nesse novo impulso, já não mais no plano dos desejos, mas da realidade palpável, temos um diretor executivo de produção da Companhia Siderúrgica Nacional afirmando que o início da construção de nossa siderúrgica será mesmo no primeiro semestre de 2009, que será em uma área de 337 hectares, que dentro de 30 meses a indústria deverá produzir. De outro lado, o secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Fernando Bezerra Coelho, apresenta desde já a siderúrgica como “o maior empreendimento da história de Pernambuco”, o que é reiterado pelo governador Eduardo Campos. Isso, para um Estado que já tem pela frente uma refinaria de petróleo e um estaleiro – sem contar com empreendimentos menores e, mesmo assim, entre os maiores do Nordeste, como a Perdigão/Batavo no interior do Estado – significa que entramos, sim, numa fase extraordinária, que nos permite imaginar a superação do atraso crônico de nosso Estado num espaço de tempo curtíssimo, se comparado com a longa espera que vem dos anos 50, com JK.

Juntando todas essas peças, insistimos: neste momento, o grande vitorioso é o Partido de Pernambuco, que necessariamente deverá ser a escolha preferencial de todos, em especial das nossas elites dirigentes. É inaceitável qualquer tipo de divisão nesta matéria, porque aqui não se trata de governo nem de oposição. Trata-se, sim, de um momento único na história de todos os pernambucanos.

MATÉRIA 07 – 24/09/2009**INFRAESTRUTURA****Refinaria reforçará o caixa da Compesa**

Publicado em 24.09.2009

Quando estiver funcionando, empreendimento em Suape será o principal cliente da estatal. Por ano, vai gastar R\$ 9 milhões com a conta d'água

Adriana Guarda - adriana guarda@jc.com.br

A Refinaria Abreu e Lima, em construção no Complexo de Suape, será a maior cliente da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) nos próximos anos. O empreendimento vai consumir 500 litros de água por segundo, o equivalente a uma cidade do porte de Garanhuns, com uma população de cerca de 130 mil habitantes. O novo cliente também vai engordar o caixa da companhia em R\$ 9 milhões por ano, a partir de 2013, quando estiver em pleno consumo. Ontem, durante a VIII Fitabes - Feira Internacional de Tecnologias de Saneamento Ambiental, que termina amanhã no Centro de Convenções, as diretorias das duas empresas assinaram contrato para fornecimento de água bruta e tratada.

A refinaria será abastecida pelas barragens de Bita e Utinga, que atualmente são responsáveis pela oferta de água do Complexo de Suape, e pela ampliação desse sistema, que a partir de 2012 vai captar água do Rio Ipojuca e aumentar a atual oferta em 600 litros por segundo.

O diretor corporativo da Refinaria Abreu e Lima, João Batista Aquino, diz que essa será a primeira vez que a Petrobras contrata serviços de fornecimento de água a uma concessionária para suas refinarias no Brasil. “Sempre fazíamos o nosso próprio sistema de abastecimento, porque as refinarias foram construídas em áreas rurais e não num distrito industrial organizado como Suape”, destaca.

Antes da refinaria, o maior cliente da Compesa era o Estaleiro Atlântico Sul, com um consumo de 45 litros por segundo. “Com a chegada de consumidores de grande porte, aumenta a responsabilidade da Compesa com a segurança operacional do sistema”, observa o presidente da companhia, João Bosco de Almeida. Para fechar o contrato, a Compesa criou tarifas diferenciadas, que também poderão ser utilizadas por outros consumidores da mesma faixa de consumo. A refinaria começa pagando R\$ 0,53/m³ e o valor cairá para R\$ 0,40/m³ (em 2013). A unidade de refino começa a receber água tratada em janeiro e água bruta em julho de 2010.

MATÉRIA 08 – 25/04/2010

Órgãos ambientais sem estrutura para fiscalizar
Publicado em 25.04.2010

A discussão entre o desenvolvimento e a preservação esbarra num obstáculo difícil: a falta de estrutura dos órgãos competentes. O exemplo mais claro disso é que as grandes indústrias do complexo industrial estão em atraso na obrigação de implementação de seus projetos de compensação ambiental. Relatório da Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH) aponta que estão nesta situação a Bunge, o Estaleiro Atlântico Sul e até mesmo a Refinaria Abreu e Lima, que ainda está sendo erguida. Um dos motivos para os atrasos, admite a própria CPRH, é a falta de estrutura do órgão para cobrar as respostas ambientais dos grandes projetos.

“Há o descumprimento mesmo, mas não há diferença para empreendimentos instalados em outros Estados. A questão é que os órgãos ambientais só ficam na expectativa. A CPRH, por exemplo, não possuía técnicos suficientes para analisar o progresso dos projetos de compensação, não tínhamos carros suficientes também. Agora o órgão fez concurso e ficará mais ágil”, informou a gerente da Unidade de Controle e Monitoramento Florestal da CPRH, Vileide Lins. Segundo ela, antes do concurso, a agência possuía apenas três pessoas para monitorar os projetos de todo o Estado de Pernambuco. “Além disso, esse mesmo pessoal é responsável pelo monitoramento do desmatamento florestal.”

O órgão federal que cuida do tema, o IBAMA, vem apresentando melhores progressos. Este mês multou o Complexo Industrial e Portuário de Suape em R\$ 1,8 milhão por não ter replantado 26,8 hectares de mangue e 10,5 hectares de restinga desmatados ano passado para a ampliação da área do Estaleiro Atlântico Sul.

Segundo a CPRH, o moinho de trigo (Bunge) de Suape está devendo o projeto de compensação relativos a 47,4 hectares de mangue suprimidos da área. O EAS deve o projeto de 37,4 hectares e a Refinaria Abreu e Lima de outro 1,76 hectare.

MATÉRIA 09 – 30/05/2010**Ipojuca, promissora e desigual**

Publicado em 30.05.2010

A cidade cresce por causa de Suape, atrai investimentos e tem indicadores econômicos relevantes. Na esfera social, entretanto, a deficiência é antiga
Leonardo Spinelli - lspinelli@jc.com.br

Ipojuca acumula aumentos sucessivos na arrecadação de ICMS. Passou de R\$ 95,3 milhões em 2006 para R\$ 153,1 milhões no ano passado, configurando-se como o terceiro maior município do Estado. Além disso, tem um PIB per capita de R\$ 61.959, cinco vezes maior que o do Recife, de R\$ 12.091. Por outro lado, tem taxa de analfabetismo de 37% e um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 0,658 – taxa comparável às de países africanos. Os dados mostram uma alta concentração de riqueza. Uma riqueza que, em grande parte, resulta dos investimentos estruturadores do Porto de Suape. Em outras palavras, Ipojuca continua sendo um município do futuro. Mas o futuro ainda não chegou, pois ainda não conseguiu transformar tantos recursos financeiros numa melhor qualidade de vida para a maioria das pessoas.

Exemplo da economia bipolar ipojucana são os bancos instalados na sede do município. Há cerca de dois anos funcionavam apenas o Banco do Brasil e o Real (antigo Bandepe). Antes, o centro do município presenciou o fechamento do Bradesco e da Caixa Econômica Federal, que concentraram suas operações no Cabo. A profusão de novas indústrias fez as duas instituições voltarem. Além disso, mais uma fixou-se no centro da cidade, o Banco Itaú. Mais para marcar presença do que, necessariamente, fechar novos negócios. “Nosso objetivo é ficar mais próximo das grandes empresas que estão no porto (de Suape). Já havia no município o Banco do Brasil, o Real, a Caixa e o Bradesco. Só faltava o Itaú. Fora isso, o comércio de Ipojuca precisa evoluir, até porque a cidade é muito espalhada e isso dificulta um pouco a conquista de novos clientes”, observa o gerente operacional do Itaú em Ipojuca, Henrique Santos.

Quando Santos fala da dispersão do município, ele se refere aos três centros urbanos de Ipojuca, todos separados entre si por imensas faixas de plantação de cana-de-açúcar, produto econômico histórico da região da Zona da Mata. Politicamente, o município integra a Região Metropolitana do Recife. As áreas urbanas da cidade são Ipojuca Centro, Nossa Senhora do Ó (incluindo Porto de Galinhas) e Camela.

A boa notícia é que a prefeitura se mostra atenta às dificuldades e tem um plano diretor de desenvolvimento que tenta estimular o crescimento urbano do município e, por sua vez, reter moradores de forma a estimular o comércio, a geração de empregos e arrecadação de impostos municipais. O fato é que os funcionários graduados dos grandes empreendimentos apenas trabalham em Ipojuca e voltam para viver em municípios vizinhos equipados com os atrativos urbanos, principalmente Recife.

Atualmente obras como a da Refinaria Abreu e Lima valorizaram apenas o preço dos aluguéis e dos poucos imóveis disponíveis na cidade. Muitas empresas tentam alocar seus funcionários na cidade, o que é bom porque estimula a economia local. “O nosso movimento não mudou porque trabalhamos com moda feminina. A maioria dos trabalhadores de Suape é homem. Não houve alteração”, atesta a gerente da D’Modas, loja instalada no centro da cidade, especializada em moda feminina.

Atualmente há apenas um empreendimento habitacional tocado pela iniciativa privada no município. Trata-se do condomínio para funcionários do Estaleiro Atlântico Sul. Num terreno de 71 hectares, beirando a PE-60, serão construídas 1.328 casas de 49,5 metros quadrados, com dois quartos, sala, cozinha, banheiro, área de serviço e garagem. A terraplenagem começou em novembro e as primeiras casas serão entregues ainda este ano. Segundo a assessora especial do prefeito Pedro Serafim, Simone Osias, o poder municipal está fechando com empresas locais para instalar conjuntos habitacionais populares. “Vamos fechar as primeiras aprovações até o final do mês”, promete. Ela reconhece que o município tem problemas com habitação e, na sua visão, a origem é a qualidade do acesso ao solo. “O perímetro urbano sempre foi muito limitado pela parte rural. No novo plano diretor ampliamos em três vezes o espaço para utilização urbana e a valorização dessas áreas faz com que os donos de terra tenham interesse em vendê-las. Economicamente vale mais a pena passá-las para o mercado imobiliário do que manter a produção de cana, que pode ser transferida para municípios onde a terra está mais barata, a exemplo de Barreiros”, avalia.

ANEXO B – Corpus das matérias sobre a RNEST publicadas no Diário de Pernambuco

MATÉRIA 01 - 16/08/2007

Economia
Petrobras vai mapear mão-de-obra

REFINARIA // Técnicos farão cadastro em 20 municípios para qualificar trabalhador

Cerca de 20 mil pessoas deverão ser contratadas para trabalhar na construção e montagem da Refinaria Abreu e Lima, em Suape. Segundo a Petrobras, as obras de edificação das unidades operacionais e administrativa e a montagem de equipamentos podem começar ainda no primeiro semestre de 2008. Nos próximos dias, técnicos da estatal vão começar a visitar 20 cidades de Pernambuco para fazer um mapeamento sócio-profissional e identificar o perfil da mão-de-obra disponível. Inicialmente, o cadastro será realizado em Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho e Escada. Depois será ampliado para Moreno e Jaboatão dos Guararapes e outros municípios que ficam no entorno do complexo industrial portuário.



Foto: Glauco Spíndola/DP - 7/6/06

O mapeamento será feito em conjunto com o governo do estado e prefeituras e servirá para balizar os cursos de qualificação do Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás (Prominp). Os profissionais que passarem por essa qualificação, como instrumentistas, soldadores e caldeireiros, estão aptos a disputar uma vaga para trabalhar na refinaria. "Eles poderão ser contratados pelas empresas que vencerem a licitação aberta pela Petrobras para executar as obras", explica o gerente do projeto da refinaria, Ricardo Barreto.

A seleção para os cursos do Prominp acontece através de concurso público. Segundo o coordenador do Fórum Regional do programa, Antônio Sotero, o mapeamento ainda não tem data para começar, mas quando estiver pronto vai possibilitar o desenvolvimento de ações para atender à demanda requerida pela refinaria. Também vai permitir a definição de um orçamento para bancar a realização dos cursos. "Isso envolve reforço escolar em matérias como português e matemática e nivelamento técnico, além dos cursos de qualificação em si", detalha.

Sotero diz que a situação é emergencial. "Estamos dentro do cronograma da refinaria, mas não podemos demorar. É muita gente para ser qualificada". O Plano de Qualificação Profissional do Prominp prevê o treinamento em todo o país de 112 mil profissionais nos níveis básico, médio, técnico superior, abrangendo 170 categorias das áreas de petróleo e gás.

A Refinaria Abreu e Lima está orçada em US\$ 4,5 bilhões (cerca de R\$ 9 bilhões) e deverá entrar em operação em 2010. Terá capacidade para processar 200 mil barris/dia de petróleo, podendo empregar cerca de 1,5 mil pessoas. As obras de terraplenagem, orçadas em R\$ 400 milhões, devem começar no dia 5 de setembro, com a presença do presidente Lula. Ontem, representantes da Petrobras solicitaram à Companhia Pernambucana de Meio Ambiente (CPRH) a licença de instalação, necessária para o início das obras. (M.B.)

MATÉRIA 02 - 28-08-2007

economia

Petrobras deve antecipar contratação

REFINARIA // Vagas para 300 profissionais de nível médio, entre técnicos e operadores, podem ser preenchidas ainda este ano

A Petrobras quer antecipar para o final deste ano o concurso para a contratação dos primeiros 300 profissionais que vão trabalhar na operação da Refinaria Abreu e Lima. Pelo cronograma inicial da empresa, o processo seletivo ocorreria só em 2008. O gerente de suporte à implantação do projeto, João Batista Aquino, disse ontem que as vagas são de nível médio para operadores e técnicos de manutenção, por exemplo. "Essa turma precisa de dois a três anos de treinamento", explicou Aquino, que ontem recebeu da Companhia Pernambucana de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH) a licença de instalação da refinaria, orçada em US\$ 4,05 bilhões.



Eduardo Campos disse, durante a entrega da licença ao gerente da Petrobras, João Aquino, que o importante agora é a operação. Foto: Roberto Pereira/SEI

De acordo com o gerente, a estatal já está preparando o edital para o concurso. No total, devem ser contratados diretamente pela Petrobras 750 profissionais, a metade do total necessário para operar a refinaria. Outros 750 profissionais serão contratados por empresas terceirizadas, para manutenção e serviços complementares. Na fase de construção e montagem do empreendimento, serão contratados cerca de 20 mil profissionais. A capacitação será feita através do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás (Prominp) - que também tem a seleção feita através de concurso público.

João Batista Aquino falou também sobre o início das obras. A terreplenação, que será iniciada na próxima terça-feira, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, deve durar um ano e meio. Serão terreplenações mais de 500 dos 630 hectares da área da refinaria. "Mas antes de terminar essa fase a gente já começa a fazer as obras civis das unidades. Isso deve acontecer em setembro ou outubro do ano que vem". Semana passada, o governo do estado sancionou o acordo que transfere 250 hectares da Usina Salgado. "O termo está pronto. Não sei se já chegou no Rio de Janeiro. Mas está tudo certo", garantiu o gerente.

Implantação - A licença de implantação foi entregue ontem depois de 141 dias de análise da documentação enviada pela Petrobras. O presidente da CPRH, Hélio Gurgel, lembrou que os sócios (Petrobras e PDVSA) terão que pagar 0,5% sobre o valor total do projeto como compensação ambiental por conta da supressão de 1,7 hectare de mangue. Este percentual representa US\$ 20 milhões (cerca de R\$ 40 milhões). O dinheiro será depositado em um fundo e CPRH vai definir como ele será empregado. A licença também traz uma série de exigências - não divulgadas pela estatal. "Elas garantem que teremos o cumprimento da legislação", afirmou Gurgel.

O presidente da CPRH disse ainda que a companhia vai monitorar constantemente a instalação da refinaria. O governador Eduardo Campos destacou que a Abreu e Lima é a primeira refinaria a ser construída pela Petrobras obedecendo normas ambientais. "Agora, vamos cuidar da licença de operação, que é a mais importante", lembrou o governador, que não soube dizer se o presidente venezuelano, Hugo Chávez, virá ao estado acompanhando Lula. A PDVSA tem 40% do empreendimento. Ontem, o presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, garantiu que a refinaria será construída mesmo sem participação da PDVSA.

MATÉRIA 03 - 31-01-2008

Home | Diário | Economia | **Refinaria // Trabalhadores paralisam obras**

Refinaria // Trabalhadores paralisam obras

As obras da terraplenagem da Refinaria Abreu e Lima, em Suape, ficaram paralisadas durante a madrugada e parte da manhã de ontem. Por volta da 1h, um grupo de cerca de 500 trabalhadores bloqueou o TDR-Sul, um dos troncos rodoviários de acesso ao complexo industrial portuário, em protesto por melhores salários e condições de trabalho. O tráfego de veículos foi afetado. A área só foi liberada após negociação com o consórcio que executa o serviço para a Petrobras, formado pela Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e Galvão Engenharia. A obra emprega entre 1,7 mil e 1,8 mil pessoas.

Segundo o diretor de contrato da obra, Paulo Falcão, ontem era dia de pagamento e alguns trabalhadores demonstraram insatisfação com a remuneração de horas extras referentes à última semana de dezembro. "Todos foram dispensados e devem retornar hoje ao trabalho", informou. Logo mais, à tarde, acontece uma reunião na Delegacia Regional do Trabalho para acertar os pontos pendentes. Caso nada seja resolvido, os operários prometem fazer uma novaparalisação na próxima sexta-feira. O gerente da refinaria, Ricardo Barreto, garantiu que o incidente não compromete o cronograma do projeto. "Esperamos que haja um entendimento", frisou.

MATÉRIA 04 – 11/04/2008[Home](#) | [Diário](#) | [Economia](#) | **IBAMA embarga obra em Suape****IBAMA embarga obra em Suape**

MEIO AMBIENTE // Fiscais encontraram áreas degradadas também na Pamesa e na Monte Carlo. Auto de infração foi de R\$ 108 mil

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) embargou ontem a obra da Impsa Wind, empresa argentina montadora de geradores eólicos que está se instalando em Suape. Segundo o órgão, foi encontrado na área aterro irregular em 8,5 hectares de mangue. Os fiscais também emitiram outros dois autos de infração contra o complexo industrial portuário por irregularidades nos terrenos da Pamesa (fábrica de cerâmica) e da Monte Carlo (fábrica de louças sanitárias). Os três autos somam R\$ 108 mil. Suape terá 20 dias para apresentar sua defesa.

As áreas autuadas estão localizadas na chamada Zona Industrial 3. Segundo o chefe da divisão de controle e fiscalização do IBAMA em Pernambuco, Leslie Tavares, existe um termo de compromisso firmado entre IBAMA, CPRH (Companhia Pernambucana de Meio Ambiente e Recursos Hídricos) e Suape que prevê a execução, pela administração do complexo, de medidas compensatórias para reduzir o impacto ambiental causado pelos projetos industriais.

"A ocupação da área é viável, tanto que a CPRH emitiu as licenças com a anuência do IBAMA. Mas existem procedimentos que Suape teria que adotar para compensar o impacto", destacou Tavares. No caso da Impsa Wind, que está em fase final de terraplenagem e início da construção dos galpões, teria havido a supressão de uma área de mangue. Na Pamesa, teriam sido devastados 9 hectares de Mata Atlântica, enquanto que na Monte Carlo teria sido destruído um hectare de mangue. Nessas duas últimas não houve embargo porque não há obra. As empresas já estão em funcionamento.

Leslie Tavares afirma que, enquanto a situação não for regularizada, a CPRH não concederá novas autorizações. O diretor de engenharia e meio ambiente de Suape, Ricardo Padilha, afirmou que a empresa irá se defender no prazo previsto e, se os argumentos forem aceitos, a multa será extinta. "Ainda estamos levantando os dados para apresentar nossa defesa. Tudo indica que, no caso da Monte Carlo, fizemos a compensação mas o IBAMA não ficou satisfeito com a manutenção", justificou. Em relação à Impsa, Suape informa que a compensação está em andamento.

Tanto Suape quanto Impsa esperam que o impasse seja resolvido o mais rápido possível para que não haja prejuízo ao cronograma. "Nosso cronograma não é muito rígido, mas tudo vai depender da quantidade de dias que a obra permanecer paralisada", comentou o gerente de recursos humanos da Impsa, Alberto Rodrigues. O investimento é de R\$ 143 milhões.

MATÉRIA 05 – 25/05/2008Home | Diário | Especial | **Senai sempre pronto para atender demanda industrial****Senai sempre pronto para atender demanda industrial**

Rede conta hoje com 10 escolas técnicas, uma agência de treinamento e uma agência de consultoria, tecnologia e desenvolvimento

Em 65 anos de atuação em Pernambuco, o Senai se consolidou como uma referência em educação industrial. Para capacitar toda essa gama de profissionais que são demandados pela indústria, que cada vez exige mais conhecimentos em tecnologias avançadas, a entidade tem investido na ampliação da infra-estrutura física de suas escolas e no leque de cursos oferecidos.

Se em 1943, quando foi criada a primeira escola do Senai em Pernambuco, no bairro de Areias, no Recife, eram oferecidos apenas cinco cursos técnicos (serralheiro, torneiro mecânico, leitura e desenvolvimento mecânico e moldador), hoje a rede do Senai é formada por 10 escolas técnicas, uma agência de treinamento e uma agência de consultoria, tecnologia e desenvolvimento. Os cursos técnicos são gratuitos para alunos entre 14 e 21 anos que fazem o ensino médio em paralelo ao profissionalizante. A entidade também oferece aperfeiçoamento profissional, atendendo a solicitação de empresas.

Com a promessa de tantos investimentos industriais aportando, o Senai tem se antecipado, vislumbrando as qualificações que serão necessárias em poucos anos. "A história do Brasil é marcada por períodos de grande crescimento, com outros de estagnação. O Senai sempre respondeu a estes períodos - nas décadas de 40, de 50, com Juscelino Kubitscheck, com a indústria automobilística, depois na década de 70, com Geisel. Estamos vivendo um período de grande crescimento. Então, neste momento, o Senai está respondendo. Só em Pernambuco podemos listar a BR-101, o estaleiro, a refinaria da Petrobras, a Perdígão - um conjunto que trará desenvolvimento grande", considera Uaci Matias, diretor técnico da entidade.

Ele explica que em 2007 a CNI lançou o Plano da Indústria 2007-2015, um documento que aponta para as áreas nas quais a indústria deve crescer e ganhar foco. "Esse movimento foi percebido em 2005 e chamou-se Tendência da Indústria. Apenas em Pernambuco, entre 2005 e 2008, serão investidos cerca de R\$ 50 milhões, não apenas nas áreas físicas. No Cabo, por exemplo, estamos quase quadruplicando o tamanho da escola com cursos voltados para o estaleiro e a refinaria, entre outros projetos", detalha Matias.

O diretor técnico acrescenta que o foco do Senai em Pernambuco são os pólos de desenvolvimento econômico do estado. "No dia 8 de janeiro de 2005 foi feito o anúncio do estaleiro, por uma feliz coincidência, pelo então ministro de Ciência e Tecnologia e hoje governador Eduardo Campos. A partir daí muda tudo", aponta.

Além da Escola do Cabo de Santo Agostinho, onde estão sendo investidos cerca de R\$ 12 milhões para atender o Complexo Portuário de Suape, o Senai investiu cerca de R\$ 4 milhões no Agreste, em Caruaru e em Santa Cruz do Capibaribe, tendo em vista o Pólo de Confeções; em Petrolina, visando o Pólo de Fruticultura e Vitivinicultura, foram cerca de R\$ 12 milhões e intercâmbio com empresas e universidades na Alemanha e na Espanha. Na unidade de Paulista, serão investidos R\$ 3 milhões na reforma, ampliação e compra de equipamentos para equipar a escola com um Centro Técnico de Alimentos.

"Ainda temos Garanhuns, onde montamos uma escola nova, com foco em laticínios, para atender empresas como a Perdígão e a volta da Parmalat. Quer dizer, o Senai está se antecipando, com foco nos grandes projetos de Pernambuco", avalia.

MATÉRIA 06 - 28.06.2008**Abreu e Lima é "pedra no sapato"**

Sabrina Craide
Da Agência Brasil

Caracas - A definição sobre a composição societária e a direção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, é uma "pedra no sapato" nas relações entre Brasil e Venezuela. A avaliação é do sociólogo Universidade Central de Venezuela Javier Biarreau. Segundo ele, o governo venezuelano quer fazer um tipo de convênio com o qual o Brasil não está de acordo no que diz respeito a quanto cada sócio terá direito e sobre a direção da empresa. Para Biarreau, a questão ainda não está "madura" suficientemente para que uma decisão fosse anunciada ontem.

"É um convênio que tem, como dizem na Venezuela, chumbo na asa. É como um pássaro que tem peso em uma de suas asas, que impede que ele voe à altura e à velocidade que se deseja", explica. No ano passado, os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez definiram, em encontro na capital venezuelana, que a participação acionária da futura parceria seria de 60% da Petrobras e 40% da petrolífera venezuelana PDVSA, mas desde então nenhuma decisão foi anunciada.

Na avaliação do sociólogo, os outros convênios firmados entre os dois presidentes em Caracas, como o intercâmbio energético, são mais factíveis de serem concretizados, mas continuarão em um nível tradicional de relação comercial entre os países, priorizando a política em detrimento da economia.

Outro ponto pendente entre Lula e Chávez é o ingresso da Venezuela no Mercosul. Para Biarreau, a entrada na comunidade não é conveniente para a Venezuela do ponto de vista industrial, pois as medidas que deverão ser estabelecidas vão permitir maiores entradas de produtos de países mais industrializados.

MATÉRIA 07 – 24/09/2009

Economia

Edição de quinta-feira, 24 de setembro de 2009

Refinaria é maior cliente da Compesa

Água // Empreendimento vai receber 1,5 milhão de metros cúbicos, o suficiente para abastecer um município como Garanhuns

A Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) vai fornecer 1,5 milhão de metros cúbicos, ou 450 litros por segundo, de água bruta para a Refinaria Abreu e Lima. Para se ter uma ideia, esse volume dá para abastecer um município como Garanhuns, no Agreste, com seus cerca de 150 mil habitantes. A empresa também vai entregar 70 mil metros cúbicos (ou 21 litros/segundo) de água tratada para o empreendimento.

Os contratos entre Petrobras e Compesa foram assinados ontem no Recife, durante a VIII Feira Internacional de Tecnologias de Saneamento Ambiental (Fitabes), evento que segue até amanhã no Centro de Convenções. A refinaria passa, agora, a ser o maior cliente da companhia pernambucana. Depois dela, o maior contrato é com o Estaleiro Atlântico Sul, cuja demanda é de 150 mil metros cúbicos, ou 45 litros por segundo - ou seja, apenas 10% do que representa a refinaria.

"A refinaria é um grande consumidor de água. Utilizamos o produto no processo de refino do petróleo e sofremos muitas perdas, principalmente com a evaporação nas torres de resfriamento e no condensamento de vapor na termelétrica", explicou o diretor corporativo da Abreu e Lima, João Batista Aquino.

Segundo ele, esta é a primeira vez que a Petrobras firma um contrato desse tipo. "Para nós também é algo novo e está sendo um aprendizado. Nas outras refinarias, sempre instaladas em locais isolados, tivemos que implantar captação própria. Agora é diferente. Estamos nos instalando em um distrito industrial organizado que oferece toda a infraestrutura", acrescentou.

O fornecimento de água tratada começa em janeiro do próximo ano e, de água bruta, em julho, significando um acréscimo de R\$ 3 milhões na receita da Compesa já em 2010. O contrato, entretanto, é progressivo de acordo com as fases de implantação do empreendimento. O volume total de água bruta, por exemplo, só deverá ser atingido em 2013. O preço contratado foi de R\$ 0,40 a cada mil litros/mês.

Hoje, o sistema Suape, formado pelas barragens de Bitá e Utinga, produz 820 litros por segundo, porém apenas 270 litros/segundo ficam no complexo industrial portuário porque a demanda ainda é baixa. O restante vai para o Cabo de Santo Agostinho (500 l/s) e o distrito de Nossa Senhora do Ó, em Ipojuca (50 l/s). Estimativas indicam, entretanto, que Suape terá uma demanda de 1.200 litros/segundo a partir de 2012.

"Vamos ter 1.420 litros/segundo disponíveis quando o sistema do Engenho Maranhão entrar em produção. Aí teremos o suprimento para Suape definitivamente garantido, ainda mais porque o Cabo e esses distritos passarão a ser abastecidos por Pirapama, que entra em operação no fim de 2010", assegurou o secretário de Recursos Hídricos e presidente da Compesa, João Bosco de Almeida.

Ele disse que o Engenho Maranhão, obra de R\$ 40 milhões, está em fase de estudo de impacto ambiental (EIA/RIMA) e deve ser licitada em julho de 2010. Entrando de fato em operação em 2012, haverá como suprir as necessidades da refinaria. E esse é só um dos itens. João Batista Aquino calcula que a Abreu e Lima vai demandar cerca de 2,5 milhões de metros cúbicos/dia de gás natural. O contrato ainda não foi discutido com a Copergás. (M.B.)

MATÉRIA 08 – 24/04/2010

Economia

Edição de domingo, 25 de abril de 2010

Nova chance para fornecer à refinaria

Encontro // Empresários podem ficar na espera, pois vagas devem ser reabertas

Os empresários que não conseguiram se inscrever na primeira fase do 2º Encontro de Negócios Petrobras terão uma nova chance. Durante a realização da segunda fase do evento, em que ocorrerão rodas de negócios, haverá uma lista de espera. Quem quiser tentar a sorte poderá enviar um representante e aguardar uma oportunidade, pois vagas poderão ser abertas em razão do não comparecimento de alguma empresa ou caso algumas reuniões durem menos do que o tempo estimado, que é de 15 minutos. A nova etapa do 2º Encontro de Negócios Petrobras acontece de segunda a quinta-feira (26 a 27) no Arcádia Paço Alfândega, das 8h às 18h30.

O objetivo do evento é aumentar o número de empresas pernambucanas que são subfornecedoras de bens e serviços dos consórcios contratados para construir a Refinaria Abreu e Lima, em Suape - Odebrecht/OAS, Conduto/Egesa, Egesa/TKK, Camargo Corrêa/CNEC, Construcap/Progen, Queiroz Galvão/IESA e Tomé/Alusa/Galvão, além da empresa Jaraguá Equipamentos. Os contratos firmados equivalem a mais de R\$ 13 bilhões, trazendo novas possibilidades de negócios para a região. Durante o evento, a Petrobras também estará cadastrando fornecedores locais.

Mais de 2,5 mil representantes de mais de duas mil empresas participaram da primeira fase deste encontro, dia 7 de abril no Centro de Convenções. Para esta segunda etapa, mais de 400 empresas já agendaram horários para se apresentarem aos consórcios. As oportunidades de negócio são inúmeras. Há demandas em áreas como metalmecânica, construção civil, alimentação, segurança, projetos de engenharia, materiais e serviços, equipamentos. O evento é realizado pelo Sebrae em parceria com as federações da indústria (Fiepe) e do comércio (Fecomércio) e com o governo do estado.

Palestra - Também na terça-feira, dia 27, a Fiepe realiza uma palestra sobre as perspectivas das indústrias de petróleo e gás. Na ocasião serão informadas as oportunidades e desafios para os próximos dez anos nesses segmentos, com exposições do presidente da Organização Nacional da Indústria do Petróleo (Onip), Elói Fernandes, e do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), João Carlos de Luca. O evento ocorre das 9h às 12h. Vagas limitadas. Inscrições pelo e-mail petroleogas@fiepe.org.br. Informações: 81-3412.8458. Para participar basta entregar duas latas de leite em pó no dia do evento.



Objetivo é ampliar número de empresas locais para fornecer à refinaria Foto: Inês Campelo/Dp/D.A Press

MATÉRIA 09 – 30/05/2010

Especial

Edição de domingo, 30 de maio de 2010

Principais investimentos estruturadores em petróleo, gás, naval e offshore em Suape-PE

Refinaria Abreu e Lima - Em fase de implantação. Investimento de US\$ 13,3 bilhões. Com 1500 empregos diretos, a refinaria tem uma área de 630 hectares. A capacidade de processamento é de 230 mil barris por dia. Quase 70% da sua produção é diesel. Com previsão de uma primeira fase em 2012.

Complexo Petroquímico - Três plantas PTA, POY e PET em fase de implantação. Previsão de conclusão em 2011. Investimento de US\$ 4 bilhões e a geração de 1.800 empregos diretos. A fábrica de PTA terá capacidade de produção de 640 mil toneladas ano. A fábrica de POY terá capacidade 240 mil toneladas ano. E a fábrica de PET 450 mil toneladas por ano.

Estaleiro Atlântico Sul - Em operação. Investimento de US\$ 1 bilhão. Geração de cinco mil empregos diretos, quando da sua capacidade total. Hoje já está com 3.700 trabalhadores contratados. Possibilitando ainda a geração de 25 mil empregos indiretos. Capacidade de processamento de 160 mil toneladas. Primeiro navio produzido já está no cais de acabamento.

Total de investimentos: US\$ 18,3 bilhões, total da geração de postos de trabalho: 8.300 mil empregos diretos.